



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Thaís Rodrigues Martins

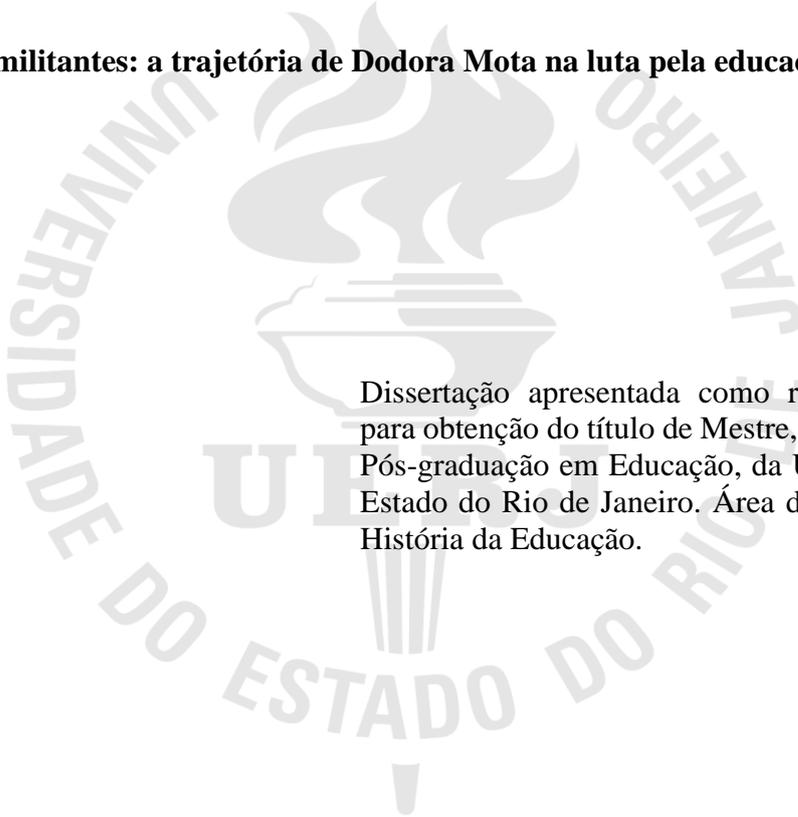
**Memórias militantes: a trajetória de Dodora Mota na luta pela educação
pública**

Rio de Janeiro

2019

Thaís Rodrigues Martins

Memórias militantes: a trajetória de Dodora Mota na luta pela educação pública



Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História da Educação.

Orientadora Prof.^a Dra. Lia Ciomar Macedo de Faria

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

M386 Martins, Thaís Rodrigues.
Memórias militantes: a trajetória de Dodora Mota na luta pela educação pública / Thaís Rodrigues Martins. – 2019.
146 f.

Orientador: Lia Ciomar Macedo de Faria.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Educação

1. Educação – Teses. 2. Sindicalismo – Teses. 3. Mulheres – Teses. I. Faria, Lia Ciomar Macedo de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

es CDU 37.014(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Thaís Rodrigues Martins

Memórias militantes: a trajetória de Dodora Mota na luta pela educação pública

Dissertação apresentação como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História da Educação.

Aprovada em 28 de agosto de 2019.

Banca Examinadora

Prof.^a Dra. Lia Ciomar Macedo de Faria (Orientadora)
Faculdade de Educação - UERJ

Prof.^a Dra. Ana Chrystina Venancio Mignot
Faculdade de Educação - UERJ

Prof.^a Dra. Libânia Nacif Xavier
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2019

DEDICATÓRIA

Dedico essa pequena contribuição à minha mãe, Célia, minha avó, Terezinha, mulheres que me sustentaram os passos, às companheiras do SEPE/VR, propósito dessa pesquisa, e à todas as mulheres que não desistem de buscar vida plena e emancipada.

AGRADECIMENTO

Quero expressar profunda gratidão a inúmeras pessoas que foram fundamentais para que eu conseguisse iniciar e prosseguir até o final dessa pesquisa.

Em primeiro lugar ao meu amor e companheiro, Marcos Aurélio Ramalho Gandra, o principal incentivador e apoiador de toda essa jornada.

À minha família, minha mãe Célia e meu pai Sérgio, por todo o apoio que sempre me deram em todos os momentos. São sustentação para os meus passos. Aos avós, exemplo de vida e de luta. Ao irmão e irmã, Thiago e Wanderléia, e às pequenas sobrinhas, Letícia e Isadora, pela alegria nas brechas da vida. Também, à família do meu companheiro, que ficou na torcida permanente, em especial meu enteado querido, Vinícius, socorro nos desafios tecnológicos, minha sogra, Wanda e cunhado, Márcio, pelo apoio moral.

Agradeço aos amigos e amigas pelo incentivo e apoio concreto em diversos momentos, Cláudia, Érica, Lândia, Luciana, Alvino, Emília, Adriana, à Juliana e Samuel pelo carinho e olhar atento na leitura, ao Alejandro, pela contribuição solidária, e a tantos outros e outras companheiras de vida e de luta, tão importantes em meu caminho, que não darei conta de enumerar aqui.

Às companheiras e companheiros do SEPE e PSOL, por compartilhar o sonho e a vida militante, fortalecendo o espírito nas horas mais duras.

Às companheiras e companheiros do LER/UERJ, pelo incentivo e parceria, em especial à Caren, por toda a sensibilidade e colaboração solidária e incrível.

Às colegas de trabalho, que precisaram lidar com ausências e turbulências durante o período da pesquisa, em especial à minha diretora de escola, Márcia, por generosa compreensão e apoio em momentos nos quais achei que não conseguiria.

Às companheiras que concederam entrevistas e, solidariamente, tornaram a contribuir em inúmeros outros momentos, Marlene, Solange, Jussara, em especial, à Dodora, por sua disponibilidade e ética ao longo de todo o processo.

À professora Lia Faria, por toda a compreensão e apoio quando mais precisei.

Quando nasci um anjo esbelto,
desses que tocam trombeta, anunciou:
vai carregar bandeira.
Cargo muito pesado pra mulher,
esta espécie ainda envergonhada.
Aceito os subterfúgios que me cabem,
sem precisar mentir.
Não tão feia que não possa casar,
acho o Rio de Janeiro uma beleza e
ora sim, ora não, creio em parto sem dor.
Mas, o que sinto escrevo. Cumpro a sina. Inauguro linhagens, fundo reinos
— dor não é amargura.
Minha tristeza não tem pedigree,
já a minha vontade de alegria,
sua raiz vai ao meu mil avô.
Vai ser coxo na vida, é maldição pra homem.
Mulher é desdobrável. Eu sou.

Adélia Prado, *Com licença poética*, do livro *Bagagem*, 1976.

RESUMO

MARTINS, Thaís R. *Memórias militantes: a trajetória de Dodora Mota na luta pela educação pública*. 2019. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2019.

A presente pesquisa tem como propósito de estudo a trajetória da professora Maria das Dores Pereira Mota, Dodora, militante sindical e política na cidade operária de Volta Redonda. Baseando-se nos pressupostos da história oral, como opção metodológica fundamental, assim como em análise documental e bibliográfica, em arquivos públicos e particulares, aborda as memórias da referida professora quanto à sua própria formação e escolarização, à atuação no magistério, a alguns dos fatos históricos marcantes para o contexto de lutas local, às origens e percurso do movimento sindical docente na cidade, bem como ao exercício de seu mandato de vereadora. Considerando sua relevância na história da cidade, por se tratar de uma de suas principais lideranças, fundadora do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação, do Partido dos Trabalhadores e atuante nos primórdios da Central Única dos Trabalhadores. O trabalho tem como recorte temporal, desde os anos finais da década de 1970 até meados da década de 1990, mais precisamente o ano de 1996, no qual se encerra o mandato de vereadora de Dodora Mota. Compreendendo, portanto, o período final da Ditadura Civil-militar brasileira, a fase de redemocratização do regime e o processo inicial de implantação do neoliberalismo no país. A investigação desenvolve-se a partir da fundamentação teórica que considera, também, o trabalho com trajetórias de vida de professores, com a história do associativismo docente no Brasil e com a história operária da cidade de Volta Redonda. Em seus resultados, levanta aspectos como a configuração das lutas sociais e o papel da Igreja Católica progressista em Volta Redonda, a ocorrência da primeira eleição para direção de escola no Estado do Rio de Janeiro, a primeira greve de massas da cidade de Volta Redonda, uma greve majoritariamente feminina numa cidade de operariado fortemente masculino, a predominância constante das mulheres, como lideranças, desde a fundação do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação na cidade e a importância histórica da atuação de Dodora na educação e na política da cidade. Conclui apontando a importância do registro histórico dessa trajetória, cujo cunho pedagógico se evidencia no combate ao regime autoritário, na consolidação democrática das instâncias educacionais e políticas do país e na perspectiva do exercício da luta contra hegemônica para a construção de um projeto emancipatório de sociedade, imprescindíveis para pensar e agir nos tempos atuais.

Palavras-chave: Sindicalismo docente. Eleição de diretores. Memória de mulheres. Volta Redonda.

RESUMEN

MARTINS, Thaís R. *Memorias militantes: a trajetória de Dodora Mota en la lucha por la educación pública*. 2019. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2019.

La presente investigación tiene como propósito de estudio la trayectoria de la profesora Maria das Dores Pereira Mota, Dodora, militante sindical y política en la ciudad obrera de Volta Redonda. El trabajo se sustenta a través de la historia oral como opción metodológica fundamental, así como en el análisis documental y bibliográfico, en archivos públicos y particulares. Además, aborda las memorias de la referida profesora en cuanto a su propia formación y escolarización, su actuación en el magisterio, algunos de los hechos históricos que marcaron el contexto histórico de luchas locales, los orígenes y el desenvolvimiento del movimiento sindical docente en la ciudad, así como el ejercicio de su mandato como veedora. Considerando su relevancia en la historia de la ciudad por tratarse de una de las principales lideresas, fundadora del Sindicato Estatal de los Profesionales de la Educación, del Partido de los Trabajadores y con activa participación en los comienzos de la Central Única de los Trabajadores. El trabajo tiene como delimitación temporal, desde finales de la década de 1970 hasta mediados de la década de 1990, más específicamente el año de 1996, en el cual se termina el mandato de veedora de Dodora Mota. Abarcando, por lo tanto, el periodo final de la Dictadura Civil-Militar brasileña, la fase de redemocratización del régimen y el proceso inicial de implantación del neoliberalismo en el país. La investigación se desarrolla a partir de la fundamentación teórica que considera, también el trabajo con trayectorias de vida de profesores, con la historia del sindicalismo docente en el Brasil y con la historia obrera de la ciudad de Volta Redonda. En las consideraciones finales, se toma en cuenta aspectos como la configuración de las luchas sociales y el papel de la Iglesia Católica progresista en Volta Redonda, las primeras elecciones para la dirección de la escuela en el Estado de Rio de Janeiro, la primera huelga de masas de la ciudad de Volta Redonda, una huelga mayoritariamente femenina en una ciudad con fuerte presencia de trabajadores masculinos, el predominio constante de las mujeres, como lideresas, desde la fundación del Sindicato Estatal de los Profesionistas de Educación en la ciudad y la importancia del registro histórico de esta trayectoria, cuya huella pedagógica se evidencia en el combate al régimen autoritario, en la consolidación democrática de las instancias educacionales y políticas del país y en la perspectiva del ejercicio de la lucha contra hegemónica para la construcción de un proyecto emancipatorio de sociedad, imprescindible para pensar y actuar en los tiempos actuales.

Palabras clave: Sindicalismo docente. Elección de directores. Memoria de mujeres. Volta Redonda.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 -	Década de 1960. Momento de irreverência, na foto: Dodora no centro, de joelhos, ao redor Dilce Esmeraldina, Rosário (prima), Hélio Brun, Antônio Hitler (presidente ou secretário da JUDICA), Péricles (primo), Cláudio, José Nevile e Padre Barreto.	29
Figura 2 -	1964 Carteira de sócia fundadora da ACAJ.....	29
Figura 3 -	Década de 1960. Arquivo pessoal. Posse da diretoria da ACAJ. Dodora, a segunda da esquerda para a direita.....	30
Figura 4 -	Verso da fotografia anterior, onde se lê o nome de Dodora na lista de membros da primeira diretoria efetiva da ACAJ, no cargo de vice-secretária.	30
Figura 5 -	Década de 1960 – Arquivo pessoal. Atividade desportiva do grupo de jovens da Igreja, dentre as jogadoras agachadas, Dodora é a primeira da direita para a esquerda.	36
Figura 6 -	2016. 2ª via do diploma de curso superior, concluído em 1973.	43
Figura 7 -	Década de 1980. Arquivo pessoal. Dodora em sala de aula - fotografia de Cláudia Ferreira para a exposição "Um dia na vida de uma professora".....	44
Figura 8 -	Década de 1980. Arquivo pessoal. Posse de Dodora como diretora eleita da Escola Estadual Santos Dumont em uma de suas gestões.	53
Figura 9 -	2017. Reportagem sobre a eleição de Dodora à Direção da Escola Santos Dumont em 1984.....	54
Figura 10 -	1984. Arquivo pessoal. Regimento para as eleições de diretores de escolas.	56
Figura 11 -	1983 – Acervo do jornal A Voz da Cidade. Jornal local Opção noticiando mobilização dos docentes em prol das eleições para diretores de escola. ...	57
Figura 12 -	1996. Folha de informação sobre a vida funcional de Dodora, parte do processo de aposentadoria da Rede Municipal de Educação.	62
Figura 13 -	1983. Portaria que designa Dodora para a função de coordenadora da SME.	62
Figura 14 -	1975. Capa de material utilizado pela equipe pedagógica do Estado, com identificação de Dodora como membro da coordenação.	66
Figura 15 -	Idem. Página interna em cujo conteúdo consta o nome da equipe organizadora, incluindo o de Dodora.....	67
Figura 16 -	Acervo SEPE/RJ - 1º Encontro da SEP (1978), onde se observa maioria masculina na mesa.	71

Figura 17 -	Agenda "Mulher" de 1990 - Projeto CACES. Na qual houve a publicação de uma das fotos da exposição.....	75
Figura 18 -	1980. Acervo do SEPE/VR. 2º boletim do CEP/VR.	90
Figura 19 -	1980. Acervo do SEPE/VR. Carta do CEP/VR dirigida à comunidade.	93
Figura 20 -	de junho de 1980. Acervo do SEPE/VR. Carta ao prefeito assinada pelas professoras atingidas pelos atos punitivos, dialogando sobre o movimento e ponderando sobre a resolução do caso.....	94
Figura 21 -	1980. Acervo do SEPE/VR. Assinaturas das professoras que subscrevem a carta referente à imagem anterior.....	94
Figura 22 -	1980. Acervo do SEPE/VR. Carta dirigida ao funcionalismo municipal, com objetivo de estabelecer diálogo sobre a campanha salarial.....	98
Figura 23 -	1982. Acervo do SEPE/VR. Convocação para reunião geral do CEP/VR.	101
Figura 24 -	2019. Acervo SEPE/RJ. Encontro Estadual de Aposentadas(os), Teresópolis. Hildézia ao microfone, Dodora, segunda à mesa, observando.	102
Figura 25 -	1988. Arquivo pessoal. Passeata da greve da Rede Estadual. Foto: Cláudia Ferreira.	104
Figura 26 -	Década de 1990. Arquivo pessoal. Dodora e Sãozinha, também professora e sindicalista, em manifestação do SEPE no Rio de Janeiro....	105
Figura 27 -	Década de 1990. Acervo pessoal..	106
Figura 28 -	1993. Arquivo pessoal. Panfleto do 8 de março, do Mandato Popular da Dodora (vereadora).	108
Figura 29 -	1989. Arquivo pessoal. Praça de Volta Redonda repleta em manifestação que mostra cartaz da campanha do Brizola, bandeiras do PT, faixas sobre o movimento na CSN e a atuação das pastorais sociais. Uma síntese da luta social na cidade.	113
Figura 30 -	1989. Arquivo pessoal. Dodora em atividade municipal do PT, descalça, exercendo a fala ante uma mesa masculina.	116
Figura 31 -	1999. Arquivo pessoal. Marcha à Brasília com o MST (Dodora ao centro).	118
Figura 32 -	1992. Arquivo pessoal. Comitê de campanha da candidatura de Dodora para vereadora em Volta Redonda.	134

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: DE ENCONTROS MILITANTES E VOZES SILENCIADAS	11
1 A PROFESSORA: DA ATUAÇÃO COMUNITÁRIA À JOVEM PROFESSORA	21
1.1 Sentimentos e olhares sobre o viver comunitário	28
1.2 Viver a escola como espaço democrático – a pioneira eleição de diretora de escola no Estado do Rio de Janeiro	44
1.3 Para além dos muros da escola: intervir nas políticas	60
2 SINDICALISTA: A DOCÊNCIA ENGAJADA E A FORMAÇÃO DO SEPE/VR	70
2.1 As greves de 1979 e a luta contra a Ditadura Civil-militar	75
2.2 Forjar-se coletivo nas lutas de base	85
2.3 De SEP em SEPE: construindo o sindicato	97
3 MILITANTE, UMA VOZ FEMININA NA CIDADE OPERÁRIA	107
3.1 Novas lentes na militância no PT	110
3.2 A greve dos metalúrgicos de 1988	118
3.3 Estando vereadora numa Câmara masculina	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS - UMA VIDA MILITANTE EM DEFESA DE OUTRO PROJETO DE SOCIEDADE	135
REFERÊNCIAS	139
ANEXO - Reconstituição da exposição “o sol por testemunha” – 1987 (Cláudia Ferreira/fotos e Isis Baião/texto)	143

INTRODUÇÃO: DE ENCONTROS MILITANTES E VOZES SILENCIADAS

Sobre a história das mulheres e seu espaço de voz, a historiadora francesa Michelle Perrot (2007, p. 17) nos relata: “porque são pouco vistas, pouco se fala delas. E esta é uma segunda razão de silêncio: o silêncio das fontes”. Nesse sentido, embora sua análise se debruce sobre a opressão que se produz ao longo da história, um olhar aproximado e atento aos tempos atuais constata sem dificuldades que esta ainda é uma realidade a ser superada. Em conta desta urgência, que se coloca especialmente para nós, pesquisadoras, este trabalho se propõe a registrar memórias femininas da política, da luta e da trajetória de vida de uma mulher, professora, militante política e sindical e importante liderança local, num universo social e político da trajetória de uma cidade operária, sobre a qual discorrem inúmeras pesquisas, dissertações e teses onde, na sua grande maioria, predomina a narrativa masculina.

“Eu sempre digo que o movimento aqui não era o movimento de uma categoria, mas um movimento da cidade...”¹, relata a voz feminina que queremos desvelar, da professora Maria das Dores Pereira Mota, quando reorganiza oralmente suas memórias. Dodora, como é conhecida por onde passa, evidencia, então, algo que nos desperta para a importância de destacarmos um pouco mais sobre a história e o contexto sociopolítico que vamos abordar e que, portanto, representa também o *locus* de formação e atuação daquela cuja trajetória pessoal se cruza ao itinerário de constituição da identidade da própria cidade e, compõe, assim, nossas investigações.

Volta Redonda, conhecida como “cidade do aço”, é uma cidade operária que nasceu a partir de uma gigantesca mobilização nas décadas de 1940 e 1950 em prol da construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Num Brasil que se industrializava sob a política nacional-desenvolvimentista do Estado Novo, a Vila de Santo Antônio de Volta Redonda, distrito de vocação cafeeira pertencente à Barra Mansa, torna-se município de Volta Redonda e ganha projeção e importância nacional por ser parte dos primórdios deste processo.

Mulheres, homens e crianças povoam este município em busca de trabalho e de novos horizontes de vida. Famílias inteiras deslocam-se, por vezes de forma quase “compulsória”, e fundam um novo território, motivadas pela construção da usina siderúrgica e de fixarem-se num novo lugar, que acreditam ser capaz de oferecer mais oportunidades e estrutura para uma condição de vida mais digna, na expectativa fomentada por um governo que buscava implementar uma concepção de Estado compreendida como forte e nacionalista, embora sob

¹ Entrevista concedida em 16 de julho de 2018.

uma lógica de negociações que garantia interesses geopolíticos dos Estados Unidos da América (EUA).

Deste modo, considerando as origens históricas da “cidade do aço”, é possível acompanhar sua estruturação e urbanização, que se deu nos padrões do modelo de vila operária das cidades industriais americanas, conforme previa o plano diretor do complexo siderúrgico elaborado, por encomenda, pela empresa norte-americana Arthur G. Mackee & Company. Assim, observando a aplicação de uma lógica que atribuía à organização e planejamento espacial das moradias e serviços um critério desigual, privilegiando os setores hierarquicamente superiores da CSN e com maior poderio econômico na cidade.

O discurso da construção de uma cidade operária de fato nunca passou de discurso. “O modelo de vila operária implantado em Volta Redonda se diferencia das experiências anteriores, principalmente do modelo das indústrias têxteis do início do século. É um modelo importado dos Estados Unidos da América e terá como ponto central seu caráter hierarquizado... Os bairros repetiam a hierarquização existente no mundo da fábrica (VEIGA e FONSECA, 2008, p. 19).

Em decorrência da construção da cidade e da estruturação da usina e sua produção, vão se compondo as práticas sociais e culturais que caracterizam “o trabalhador”, “o metalúrgico”, “o arigó”², na sua forma de organizar a vida, o trabalho e, também, as lutas e resistências por direitos e melhores condições de vida. Praças, campos de futebol, áreas de preservação ambiental, hospital, escola, dentre outros equipamentos urbanos, faziam parte dos serviços que a CSN oferecia aos seus trabalhadores, trabalhadoras e familiares. Percebe-se, também, conforme a análise de Bedê (2010), um caráter pedagógico nas experiências que contribuíram para a formação da classe operária da cidade e, por extensão, repercutiram também no surgimento de práticas sociais e culturais das famílias, cidadãos e cidadãs que viviam majoritariamente em torno do que a “Companhia” os proporcionava.

Ainda no processo de construção da CSN, na década de 1940, os trabalhadores fundaram sua primeira associação profissional (BEDÊ, 2010, P. 64-65) e, ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970 vimos consolidar-se a atuação do Sindicato dos Metalúrgicos, fundado em 1945, e o avanço do movimento sindical e de suas formas de atuação e relação com a cidade como um todo.

Em consonância com esse trajeto que passa pela construção, início da fase produtiva da usina e expansão de suas bases, como já vimos, ocorreu a expansão e estruturação da cidade, de seus serviços e demais instituições. No decorrer deste processo, em vista das relações sociais,

² “Arigó é o nome que se dá ao pássaro de arribação, ou seja, o que migra. Nas primeiras décadas da Companhia Siderúrgica Nacional os trabalhadores tomam este nome para si”. VEIGA, S. M. e FONSECA, I. Volta Redonda, entre o aço e as armas. Rio de Janeiro, Imo’s gráfica e editora, 2008, p. 22.

econômicas e políticas que se estabelecem no cotidiano deste espaço territorial demarcado que se caracteriza por cidade, desenvolvem-se também outros movimentos associativos e sindicais, como associações de moradores nos bairros, sindicatos de base representantes de outras categorias para além da metalúrgica, movimentos pastorais da Igreja Católica, movimentos específicos de mulheres, movimento negro, movimento estudantil, dentre outros.

É neste cenário, então, que se dá o processo formativo e, por conseguinte, a atuação social, política, profissional e sindical de amplos grupos de mulheres, com forte participação nos espaços da cidade, dentre elas aquela sobre a qual nos debruçamos a conhecer os caminhos que se constituem como nosso objeto de pesquisa. Mulheres essas, em grande parte, oriundas das famílias migrantes mineiras, mais especificamente da região da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais, das quais falamos quando tratamos da movimentação de massas ocorrida em função da construção da CSN.

Com o propósito de ressaltar a importância de registrar as vozes femininas deste contexto histórico específico, citamos aqui algumas das principais produções acadêmicas já apresentadas a respeito, num breve, e ainda limitado, mapeamento dos registros. Algumas delas tratam das origens da CSN e, conseqüentemente, da cidade, até o período da Ditadura Civil-militar, como a do professor Edgard D. A. Tonolli Bedê (BEDÊ, 2010), que levanta a hipótese da ocorrência de um movimento grevista de resistência ao golpe civil-militar. Outra publicação aborda especificamente as narrativas relacionadas à histórica greve de 1988, onde três operários foram assassinados pelo Exército Brasileiro numa invasão à Usina, é o caso do trabalho do operário Isaque Fonseca em parceria com Sandra Mayrink Veiga (VEIGA e FONSECA, 2008), então militante fundadora do PT e pesquisadora da UFRJ. Edilson J. Graciolli (GRACIOLLI, 2007) também aborda o período da greve de 1988 em uma de suas pesquisas, avançando até a privatização da CSN no início da década de 1990, nas pesquisas seguintes. Já Marcos Aurélio Ramalho Gandra (GANDRA, 2009), professor de história residente na cidade e militante estudantil à época, disserta sobre uma possível experiência embrionária de poder popular na cidade, durante a greve de 1988. Também verificamos a produção de Regina Lúcia de Moraes Morel (MOREL, 1989), cujos trabalhos abrangem temáticas relacionadas à construção da ideia de “família siderúrgica” e ao disciplinamento e formação dos trabalhadores. Há ainda pesquisas que trabalham aspectos relativos ao modelo de planejamento e urbanização da cidade (FONTES e LAMARÃO, 1986), assim como algumas outras que aprofundam a análise sobre o processo de privatização da Usina em si (CARUSO, 2009), o período pós-privatização da CSN (LIMA, 2010) e, ainda, os que investigam projetos católicos e movimentos sociais na região, destacando personalidades fundamentais, como Dom Waldyr Calheiros, o bispo militante que teve

participação estratégica nos movimentos políticos da cidade e pesquisando a origem e formação das Comunidades Eclesiais de Base no município (ESTEVEZ, 2013 e SOARES, 2001).

Destarte, com este breve levantamento de produções acadêmicas acerca dos registros históricos sobre Volta Redonda, almejamos evidenciar que em grande parte delas há o predomínio de investigação e registro de vozes masculinas e suas memórias. O que corresponde a uma lacuna na equiparação do direito à fala e à memória, dimensionada pelo critério de igualdade de gêneros, como sinaliza Joan Scott (1992), quando reconstitui historicamente o campo da história das mulheres.

A pesquisadora destaca que esse campo de pesquisa se forma, em seu processo de composição enquanto campo acadêmico, a partir da luta pelos direitos específicos das mulheres, sendo o direito à voz para contar a própria história um dos mais evidentes. Enuncia, então, períodos em que as narrativas apresentavam-se inicialmente mais associadas às práticas dos movimentos feministas, transitando para um momento em que ocorre a ampliação e aproximação própria do campo, que passa a documentar diversos aspectos da vida das mulheres, evoluindo para a predominância da concepção de gênero. No entanto, ressalta que essa narrativa necessita de reflexão crítica para não recair numa compreensão simplista de sua perspectiva histórica e, embora discorra sob um enfoque mais centrado no contexto acadêmico norte americano, destaca que “a maior parte da história das mulheres tem buscado de alguma forma incluir as mulheres como objeto de estudo, sujeitos da história” (SCOTT, 1992, p. 77), em contraposição a incorporação dominante do sujeito como um homem branco.

Portanto, consideramos estratégica a opção por registrar as memórias das mulheres que estiveram presentes no percurso histórico desta cidade, muitas vezes contribuíram decisivamente no correr dos fatos e garantiram, também, a sustentação dos processos organizativos, a reprodução social de trabalhadores e trabalhadoras da CSN e, para além, o avanço na democratização das relações e das instituições, ocupando os espaços da rua, do sindicalismo, da política e constituindo-se como importantes lideranças.

Tal possibilidade de registro surge no contexto de relações pessoais e políticas originadas a partir de uma mudança de vida. Trata-se do fato de que, ao buscar mudar de cidade e de local trabalho por motivações pessoais, a mestranda que se constitui aqui pesquisadora é acolhida por um círculo de pessoas e se depara com um inusitado grupo de mulheres professoras, que dedicam suas vidas à militância sindical e política há, no mínimo, quarenta anos.

Ao me perceber, então, numa cidade marcada pela presença ostensiva de uma indústria siderúrgica que, com suas labaredas de fogo e cortinas de fumaça, atravessa diversos bairros,

acompanhando o caudaloso rio Paraíba do Sul, dividindo o município entre o lado mais poluído e o lado menos poluído, vou descobrindo o quanto essa presença sela na vida de grande parte das moradoras e moradores uma relação decisiva na constituição de suas identidades. Torna-se nítido, na observação cotidiana, que a “Companhia” (a CSN), como é chamada por muitos das antigas gerações, foi, também, impactante no caminhar de todas essas mulheres educadoras, seja através dos vínculos empregatícios de suas famílias, seja através das experiências de participação nas lutas coletivas que ultrapassavam fronteiras e dialogavam com suas próprias lutas pessoais e profissionais por direitos, por educação pública de qualidade, por liberdade, democracia e vida.

Assim, como num encontro que descortina saberes sobre os caminhos pessoais, profissionais e políticos que produzem práticas mais ou menos engajadas na construção de um projeto de sociedade e de um projeto de educação coerente com essa visão mais ampla de mundo, foi possível testemunhar experiências, ouvir e coletar relatos de memórias que traduzem um sentimento comum de construção coletiva, onde a resistência ao autoritarismo e a luta pelo reestabelecimento de uma democracia, ainda que formal, são motivações compartilhadas por essas mulheres que passam a fazer parte do convívio cotidiano.

As andanças pela cidade, entre atos, assembleias, reuniões e conversas em bares (as reuniões pós-reuniões), caracterizaram uma espécie de encontro militante inesperado, visto que também eu buscava me organizar sindical e politicamente por melhores condições de trabalho e de vida na cidade que agora me recebia. Estes encontros, por toda a riqueza de informações e experiências, também despertavam o olhar curioso e o ímpeto pesquisador e proporcionaram, então, a observação das práticas e as inúmeras conversas nas quais se deu, claramente, a constatação da importância destas trajetórias femininas militantes para a história operária da cidade e do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE).

Destacamos, entretanto, que, embora incorporando a contribuição de um grupo de mulheres selecionadas devido ao seu papel e importância para a história da cidade, cujos relatos e memórias foram coletados e inseridos conforme o direcionamento da pesquisa - no que se refere à garantia dos direitos de participação feminina, bem como à democratização dos espaços, instituições e relações - a pesquisa se desenvolve, nesse momento, com um enfoque na área da educação pública e tem como percurso investigativo central a história de vida e militância de apenas uma dessas mulheres: Maria das Dores Pereira Mota.

A atuação de Maria das Dores Pereira Mota, como também das demais mulheres citadas, acontece em especial no âmbito da educação pública, onde se formaram professoras, diretoras de escola e militantes políticas e sindicais. Tal atuação se amplia para os espaços de inserção

política onde se discutem e disputam as decisões sobre a cidade e seus rumos, ganhando, portanto, um viés de contribuição para instauração e consolidação de práticas democráticas, seja na educação pública, no campo sindical ou no campo legislativo, no qual Dodora exerceu, por um mandato, a função de vereadora em seu município.

Quando enfatizamos a educação pública como espaço prioritário da atuação a ser investigada, queremos afirmar “a percepção da escola pública enquanto o *locus* / território da política”, como define Faria (2014, p.169) ao descrever os objetivos de sua pesquisa sobre as memórias de docentes luso-brasileiros em momentos históricos entre ditaduras e democracias de seus países. Com apoio na contribuição da pesquisadora, elucidamos ainda mais a compreensão deste cenário, conforme observamos quando descreve “a educação enquanto paixão política, visando identificar o perfil dos professores que optaram pela militância política”, paixão essa que acreditamos ter sido um dos fatores centrais de motivação para definir uma opção de vida, na trajetória da professora Maria das Dores Pereira Mota, cujas evidências, observadas em seus relatos e em sua prática, demonstram tal coerência.

Ao decidirmos trabalhar com trajetória de vida, investindo fortemente nas fontes orais, compreendemos também estar perpassando a história comunitária e social de coletivos com os quais Dodora (como é mais comumente chamada Maria das Dores Pereira Mota) interagiu e nos quais se formou mulher, professora e militante. Lelis e Nascimento nos trazem essa reflexão

Nesse sentido, as narrativas, embora feitas por indivíduos, evidenciam mais que elementos da existência individual, pois através delas é possível captar as relações do narrador com os membros de seu grupo social, sua profissão, sua sociedade. Busca-se com as histórias de vida, atingir a coletividade de que seu informante faz parte (LELIS E NASCIMENTO, 2010, p. 255).

Sendo assim, é importante, também, considerar “os diferentes processos de socialização experimentados pelos professores ao longo das suas trajetórias de vida, logo, os diferentes espaços por onde transitaram e que, por ventura, propiciaram algum tipo de socialização que os levassem a desenvolver “certo” gosto pela política”, conforme sinaliza Silva (2012, p. 21) ao pesquisar trajetórias de vida de professores vinculados ao SEPE³ / Baixada Fluminense. Alertando-nos assim, para a necessária recomposição dos contextos que orbitaram o itinerário de Maria das Dores (BOURDIEU, 2005), ainda que resguardando os limites inerentes a essa abordagem.

Igualmente estratégica para a compreensão dos objetivos a que nos propomos com a pesquisa é a centralidade da análise da formação de Maria das Dores, num espectro de inter-

³ Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Estado do Rio de Janeiro, do qual Dodora participa desde sua fundação e sobre o qual discorreremos mais adiante.

relações com as demais mulheres, frente às questões de gênero postas nos diversos espaços e tempos de sua atuação, visto que consideramos, como cerne da pesquisa, sua atuação para a democratização da escola pública (no período final da Ditadura Civil-militar no país, bem como no processo de redemocratização e pós-redemocratização), para a organização dos movimentos associativos de classe na cidade, inclusive na fundação do atual SEPE (Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação) e para a transformação social e política através de seu mandato de vereadora na cidade.

Alguns questionamentos centrais direcionam a exploração do nosso objeto de pesquisa: que percursos formativos foram determinantes para as orientações morais e políticas que pautaram as decisões de Maria das Dores Pereira Mota ao longo de sua vida? De que forma a mulher, professora, sindicalista, vereadora e mãe Maria das Dores, cercada por práticas de controle e de censura institucionalizadas pelo regime autoritário, bem como por um tempo de relações ainda fortemente marcadas por opressões de gênero, forjou sua atuação democratizante nos espaços de exercício e defesa da educação pública? Como os aspectos relacionados às opressões de gênero foram percebidos e abordados ao longo de sua trajetória? Que elementos de reflexão essa trajetória nos traz para pensar também o tempo presente, no que se refere ao enfrentamento dos vestígios da Ditadura Civil-militar percebidos em práticas e políticas que se propõem a desmontar estruturas democráticas em construção no campo da educação?

Tomaremos como fio condutor de nosso texto a trajetória de vida e militância de Maria das Dores, cujo itinerário se cruza com os itinerários da cidade de Volta Redonda e do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação, mediada por essas questões centrais. O que nos leva a construir algumas hipóteses como a compreensão de que sua conduta pessoal e sua prática militante foram forjadas, inicialmente, no seio de influências familiares, religiosas e comunitárias imbricadas na história operária da cidade onde cresceu e se formou, bem como, posteriormente, na formação profissional e no exercício mesmo da profissão que possibilita, devido às condições materiais e ao contexto político do país, o contato e o engajamento em frentes de atuação políticas e sindicais, que exercem um papel imprescindível em sua formação.

Desta forma, para auxiliar nessa reflexão quanto à com a formação das identidades docentes refletida na relação com a pesquisa sobre trajetórias de vida, em consonância com nosso intuito de ressaltar a dimensão da atuação de Maria das Dores na luta pela educação pública, contamos com a contribuição significativa de Libânia Xavier

Considerando o caráter pessoal do ato de ensinar, vem se desenvolvendo entre os estudiosos do assunto a perspectiva de cruzar as histórias de vida dos professores com o desenvolvimento profissional da categoria docente. A atenção para as histórias de vida dos professores tem se colocado como um importante dado para ampliarmos o

conhecimento a respeito da educação escolar em suas mais diversas dimensões (XAVIER, 2013, p. 35-36).

Assim, entendemos que, ao desenvolver pesquisa com o propósito de registrar trajetórias individuais de mulheres no campo da educação pública, inevitavelmente perpassamos a dimensão das relações escolares, bem como daquelas que orbitam essa área de atuação (comunitária, sindical, etc.) e jogamos luz sobre elas, ainda que nosso enfoque se estenda para um âmbito mais amplo das práticas democratizantes e de resistência, nos mais variados espaços onde nossa professora esteve atuante.

Portanto, é fundamental, para dar a conhecer a contribuição de nossa investigada, apostar na investigação de sua participação em práticas relacionadas à democratização das gestões escolares e de diversas instâncias democratizantes na cidade (incluindo-se a eleição para o cargo de direção escolar num contexto em que tal mecanismo não estava ainda institucionalizado), bem como de sua atuação mais orgânica na fundação e organização do movimento associativo de professores (posteriormente, de profissionais da educação), hoje concretizada na organização do SEPE (Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação). Endossando, inclusive, como sua história de vida e militância se relacionam com a história operária da cidade, caracterizando-se fortemente o aspecto de sua formação sindical. Ao analisar o percurso de vida ou trajetória individual, no âmbito da formação pessoal e profissional, perpassando as dimensões de gênero, da atuação profissional, política e sindical, procuramos abrir espaço a essa voz feminina que ainda não foi destacada no itinerário histórico dessa cidade.

No que tange à metodologia, esclarecemos que se trata de um estudo de cunho qualitativo, cuja abordagem aproxima-se de referências da concepção histórico-dialética. Desenvolvendo-se através da exploração de fontes orais, documentais e bibliográficas, como alguns arquivos públicos e, prioritariamente, arquivos pessoais. Ressaltamos que, através das fontes orais, que têm lugar estratégico na pesquisa, trabalhamos a partir de entrevistas com a professora, cuja trajetória investigamos, e outros elementos de seu círculo pessoal e profissional, destacando-as como caminho metodológico central.

Considerando ainda que, no que se refere às fontes pesquisadas, além de alguns arquivos públicos e privados, as fontes orais se tornam uma opção inevitável, compreendemos que grande parte do conteúdo a ser abordado é proveniente de memórias ainda não sistematizadas. Através da oralidade e com a coleta de memórias e informações, como já pontuamos, exploramos estas entrevistas, tendo como entrevistadas não só Maria das Dores, mas, também,

outras mulheres que se relacionam com a mesma em seus contextos de atuação. Como referência para compreensão desse trajeto metodológico apontamos Aceves Lozano (1994)

Nesse estilo de trabalho, a tarefa de produzir conhecimentos históricos se torna válida, especialmente rica e atual, já que implica: reflexão teórica, trabalho empírico e de campo; maior ligação e vínculo pessoal com os sujeitos estudados; um processo de constituição de uma fonte e um processo de produção de conhecimentos científicos... (LOZANO, 1998, p.24)

Compreendendo, então, a importância de fundamentar essa reflexão teórica e de garantir a diversidade de fontes, especificamos, também, as fontes documentais que se caracterizam por documentos recolhidos em arquivos de escola, do sindicato (SEPE), da imprensa escrita, arquivos pessoais e por pesquisa bibliográfica específica.

A respeito da abordagem de fontes orais, ponderamos, ainda, sobre os limites a que Bourdieu (2005) nos alerta, quanto à “ilusão biográfica”, discorrendo sobre a Teoria do Relato e o postulado do sentido da existência, onde o relato da história de vida apresentaria, necessariamente, uma ordem cronológica e lógica segundo a compreensão do biografado, implicando no risco da criação de relações inteligíveis motivadas pelo desejo de dar sentido à existência. Considerando o risco da produção de sentido artificial, impulsionada pelo entendimento da vida como um todo coerente.

Nesse processo de análise da produção do discurso sobre si, o autor também ressalta a importância do desvio para a construção prévia dos contextos, contribuindo para a formação de uma concepção do investigador que promova uma noção de trajetória em que os acontecimentos biográficos sejam analisados criticamente, considerando suas colocações, deslocamentos, relações entre sentido e valor, os momentos e espaços diversos de atuação do agente e suas relações com outros agentes. Contextualização que procuramos caracterizar ao longo dos capítulos, destacando no primeiro capítulo a formação inicial da Dodora professora na relação com a história da cidade e com seu espaço de atuação na educação pública, bem como, no segundo capítulo, quando abordaremos a Dodora sindicalista, relacionando sua atuação com o processo, concomitante, de formação histórica do SEPE / Núcleo Volta Redonda e, ainda, no terceiro capítulo ao tratar da Dodora militante política, intervindo ativamente nas lutas mais amplas pela transformação de sua cidade e de seu país. Ressaltando, em todos esses aspectos, a dimensão de gênero e procurando trazer também outras vozes fundamentais, de mulheres que caminharam e lutaram ao seu lado, nos relatos que se cruzam com sua trajetória.

Quanto ao recorte temporal de nossa pesquisa, abrangerá desde o final da década de 1970 até meados da década de 1990, um período que coloca em pauta a transição da Ditadura Civil-militar para o processo de redemocratização, experiências como os debates pró-

constituente pelo país, a reestruturação das instituições e relações a partir da nova Constituição Federal Brasileira de 1988, o surgimento de mecanismos de democratização das instâncias públicas, dentre outros fatos e aspectos essenciais para a contextualização necessária.

Sendo assim, detalhamos um pouco mais sobre como organizamos este trabalho, iniciando-se por um primeiro capítulo que apresenta a Dodora em seu processo de formação inicial, como mulher, religiosa e professora, reconstituindo também o contexto histórico, numa perspectiva espaço-temporal, caracterizando aspectos da história operária da cidade de Volta Redonda. Em seguida, apresentamos, como segundo capítulo, aspectos que tangem a Dodora atuante como sindicalista, numa reconstituição do que foi a fundação e formação inicial do SEPE – Núcleo Volta Redonda (Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação), apontando a participação de Dodora, bem como de outras mulheres que fizeram parte deste itinerário, com destaque para a relação entre esse espaço de atuação e a história mais abrangente das lutas na cidade, que já nos leva ao terceiro capítulo, onde enfocamos a Dodora militante política, engajada nas lutas da cidade e do país, também contribuindo para a fundação do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores em Volta Redonda, inclusive através do exercício de um mandato político de vereadora. Procuramos traçar, assim, um enredo analítico, a partir dos relatos orais, dos aspectos de sua formação familiar, educacional, profissional e política, bem como de sua atuação nas variadas dimensões e posicionamentos frente à vida e às questões com as quais se deparou em sua condição de mulher. Refletindo acerca dos papéis exercidos por Dodora, bem como de suas contribuições para os processos de redemocratização da cidade.

A contribuição dos relatos organizados de figuras que se cruzam com a trajetória de vida de Maria das Dores Pereira Mota, a saber, as demais mulheres militantes da educação, constitui-se como enriquecimento essencial, compondo a compreensão e sistematização das relações e narrativas imbricadas com nosso objeto de estudo. Delinearemos, então, reflexões sobre as questões centrais da pesquisa, contando com a contribuição das demais mulheres destacadas, conforme os critérios definidos, que possuíram relações de convívio, parceria profissional, companheirismo militante e/ou de outro tipo, com Maria das Dores, a Dodora.

Nossa pesquisa pretende, pois, ao final, prestar significativa contribuição para romper o *silêncio das fontes*, caracterizando-se como um estudo local/regional sobre memórias da militância docente do Estado do Rio de Janeiro.

1 A PROFESSORA: DA ATUAÇÃO COMUNITÁRIA À JOVEM PROFESSORA

[...] a escola também é lugar de conflito.

Dodora

A escola como lugar de conflito, é desta forma que Maria das Dores Pereira Mota, a Dodora como é conhecida em todos os seus círculos sociais, expressa, ainda que não intencionalmente, uma breve síntese de suas concepções acerca deste espaço vivo em que se traduz o ambiente escolar.

Trazendo em sua trajetória as marcas de ser uma das fundadoras do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação, de ser, também, a primeira diretora de escola eleita na Rede Estadual do Rio de Janeiro e de ter tido um mandato de vereadora de esquerda numa das cidades operárias mais pesquisadas do Brasil, a professora engajada, militante política determinada, deixa latente o repertório de memórias, ainda não compartilhadas de maneira pública e sistematizada, nos inusitados encontros pela vida.

As lembranças das escolas que cruzaram seu caminho, ora como estudante, ora como professora e militante, permeiam grande parte de seus relatos, entre experiências marcantes de contextos de ensino tradicionais, com poucas possibilidades de interação ou criação, e outras vivências, em que o potente convívio pedagógico e as trocas comunitárias contribuíram decisivamente para uma formação política que atravessou toda a sua trajetória.

É como se, numa história de vida individual - mas isso acontece igualmente em memórias construídas coletivamente houvesse elementos irredutíveis, em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças. Em certo sentido, determinado número de elementos tornam-se realidade, passam a fazer parte da própria essência da pessoa, muito embora outros tantos acontecimentos e fatos possam se modificarem função dos interlocutores, ou em função do movimento da fala. (POLLAK, 1992, p. 201)

Ao recompor essa trajetória, baseada especialmente na memória e na história oral, a escola, a educação, a luta sindical docente se traduzem nessa “essência” e vale pensar no que nos pontua Pollak, quando explica sobre os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva, caracterizados por acontecimentos, personagens e lugares. Suscetível, também, a processos de projeção ou transferência, em função da construção cultural mediada pelo outro ou outros.

Nascida em Minas Gerais no ano de 1946, mais precisamente num pequeno distrito rural da cidade de Abre Campo, conhecido como Granada, passou a infância no município de Caputira, na companhia dos pais, irmãos e avós maternos, enriquecida pelo convívio de tios,

tias, primos e primas, de uma família grande, onde conversar sobre política era atividade cotidiana.

Da infância de prosas e “coisas miúdas” que encantam uma vida, como dizia Manoel de Barros, relembra a família movimentada e alegre, entre os parentes num interior mineiro em que participar da vida política era coisa ainda muito arriscada, que se dava em meio ao estilo coronelista predominante no fazer político brasileiro. Especialmente numa época em que, embora em transição entre um contexto nacionalista e a fase nacional-desenvolvimentista⁴, no qual o país entrava numa segunda etapa de seu processo de industrialização, os contrastes com o perfil rural e pouco desenvolvido de muitas localidades impunham uma mentalidade ainda vinculada a um Brasil dos grandes latifundiários e coronéis, que comandavam a política no cabresto.

Nesse embalo, apreendeu sempre das histórias contadas pela mãe, Jurandina Muniz Pereira, informações sobre um avô que, outrora proprietário de terras, maçon, envolvia-se na política local e teria comemorado a vitória da Aliança Liberal na Revolução de 1930. E, embora Halbwachs (1990) pondere que uma lembrança descrita pelos outros não é uma lembrança própria, afirma também que os testemunhos auxiliam na recomposição das recordações, sendo assim, para Dodora, a herança do gosto pela política, observada nos efervescentes debates cotidianos entre seus doze tios maternos, alguns agricultores, outros trabalhadores do comércio e comerciantes, ainda repercute significativamente em sua memória.

[...] a memória individual existe, mas ela está enraizada dentro dos quadros diversos que a simultaneidade ou a contingência reaproxima momentaneamente. A rememoração pessoal situa-se na encruzilhada das malhas de solidariedades múltiplas dentro das quais estamos engajados. Nada escapa à trama sincrônica da existência social atual, e é da combinação destes diversos elementos que pode emergir esta forma que chamamos de lembrança [...] (HALBWACHS, 1990, p. 14)

Enquanto a família por parte de mãe esteve sempre muito presente em sua infância até seus nove anos, sendo a casa da avó um lugar profundamente marcante, com a família de seu pai, Vicente de Paulo Pereira, de origem rural e mais humilde economicamente, não teve oportunidade de convívio. Apesar de lembrar, com certo entusiasmo remanescente do imaginário infantil, de ter tido um avô fogueteiro...

— [...] o ambiente da casa da minha avó, isso foi muito marcante positivamente porque eram doze tios, muitos primos, uma casa muito grande. Então, era uma convivência muito interessante, todo mundo falava alto [...] tinha muita troca, na história da tradicional família mineira. Engraçado que não era uma família mineira no estilo conservador, não era tão avançada [...] ambiente religioso, todos iam na igreja,

⁴ Contexto histórico: nacionalismo e nacional-desenvolvimentismo (BEDÊ?).

mas meus tios dançavam muito, então era uma família muito alegre [...] Isso foi muito positivo.⁵

Assim, nota-se que é sobre esse universo de vivência familiar ampliada, que surgem relatos sobre as primeiras observações da menina Dodora a respeito de práticas comunitárias, onde a família, compreendida também entre tios e primos, compartilha preocupações, alegrias e gestos solidários. Como Adélia Prado (1976), em seu *Licença Poética*, traduz sobre a persistência de uma alegria herdada quando diz “Minha tristeza não tem pedigree, já a minha vontade de alegria, sua raiz vai ao meu mil avô”.

Pois, em contrapartida, a escola daquele tempo, na pequena Caputira, ainda era o local de onde fugia para “matar aulas” ao pé da mangueira, embora um espaço de encontro e “lugar de prazer”, como ela mesma afirmou, de cujas lembranças guarda os nomes das primeiras professoras, Maria Celso e Maria de Lourdes, mas, também, as varadas na mão levou outrora, muito provavelmente no intuito de “correção” dos comportamentos considerados livres por demais para a conduta de uma menina. Considerando o contexto da década de 1950, onde ainda era observada uma concepção de educação majoritariamente tradicional, pautada na ordem e nos castigos, e carregada de uma visão patriarcal das meninas. “A precaução é um ingrediente antigo na educação das mulheres. ‘As meninas devem ser refreadas desde cedo’, segundo Rousseau”, é como analisa PERROT (2007, p. 42), ao discorrer sobre a história das mulheres no que se refere ao poder exercido sobre seus corpos.

A menina mineira, depois professora incomodada com a negação do espaço de conflito que cabe à escola, inicia sua trajetória reflexiva sobre a vida num ambiente efervescente de debate e vai se deparar, alguns anos depois, com diferentes e decisivas dimensões que se complementam neste percurso formativo.

Neste sentido, no diálogo com os elementos que esta trajetória nos traz, a partir dos caminhos que se perfazem ante os relatos e documentos, muitas vezes envoltos em emoção e enredos contados e recontados, é importante pontuar que percebemos, ao abordar a história de vida de Dodora como objeto de pesquisa, registro e análise, que isto nos remete, pois, a observar algumas considerações metodológicas essenciais. Portanto, nos reportamos à Lelis e Nascimento

Recorrendo às advertências feitas por Pierre Bourdieu sobre a ilusão biográfica, podemos pensar as trajetórias de vida, não na perspectiva de uma sucessão longitudinal de acontecimentos sem qualquer integração à estrutura social, mas como “acontecimentos biográficos que se definem como colocações e deslocamentos no espaço social” (BOURDIEU, 2006, p. 190). Só assim superamos a dimensão individualista e personalista da história de vida, passando a percebê-la no conjunto das relações sociais que unem os agentes. (LELIS E NASCIMENTO, 2010, p. 269)

⁵ Entrevista concedida em 31/05/2011.

É partindo de um emaranhado de relações, então, que localizamos no seio familiar dinâmico, vivo e solidário, os primeiros agentes significativos nesse processo inicial de sua educação. Ainda que, compreendendo que os itinerários formativos de Maria das Dores Pereira Mota se cruzam com outras dimensões já enunciadas e consideradas mais adiante, constituindo-se numa composição caleidoscópica sobre a vida, como as histórias relacionadas à atuação na Igreja Católica progressista, na consolidação de práticas democráticas nas redes públicas de educação, na fundação do SEPE⁶ – núcleo de Volta Redonda (à época CEP) e na vida política da própria cidade, no que tange às narrativas envoltas nas lutas operárias da CSN⁷ e ao mandato de vereadora. Portanto, nos cabe também desvelar o “conjunto das relações sociais”, que se coloca como pano de fundo, especialmente num contexto posterior de ditadura e transição democrática. Trata-se de um recorte espaço-temporal que delimita a pesquisa mais especificamente ao município do Rio de Janeiro que, então, recebe Dodora e sua família, num espaço-tempo em que a própria localidade vai crescendo e se desenvolvendo em concomitância com sua história pessoal.

Justamente neste momento de sua vida já percebe os impactos do processo da migração familiar, que se inicia com o pai, Vicente, que já havia realizado a saga da busca por trabalho fora de sua cidade, tendo passado tempos em São Paulo e provocando, a cada retorno, os ciúmes da pequena Dodora no vai-e-vem do cotidiano familiar,

— [...] o negativo foi a ausência do meu pai que não estava presente porque, como ele não tinha terra pra trabalhar e não tinha como sobreviver como alfaiate numa cidade daquela...ele viajava, ia pra São Paulo, ficava um ano, dois anos. Então, eu me lembro que quando ele chegava era uma festa [...] e eu me sentia meio misturada nesse contexto, acho que isso me dava ciúmes.⁸

Tendo sido atribuído, por força das circunstâncias, à Jurandina (mãe de Dodora) o papel de criar os filhos e filhas com “mão forte”, cujo controle é ressaltado nos relatos de Dodora, numa composição familiar em que dos irmãos e irmãs, quatro são biológicos, três homens e uma mulher, sendo mais uma irmã e um irmão adotivos.

Naquele período vemos um Brasil de contrastes e desigualdades ainda mais extremos, em meio à crise política que culmina no desfecho trágico de seu presidente, e que permanece suscetível às pressões e interesses de determinados setores nacionais e internacionais. Dá-se a

⁶ O SEPE organiza-se através de regionais, no âmbito da capital do Estado, e de núcleos, que correspondem a um ou mais municípios do interior. O núcleo de Volta Redonda é um dos núcleos da região sul-fluminense.

⁷ Companhia Siderúrgica Nacional, até então a maior empresa pública de siderurgia do Brasil, construída no local que se constituiu como o município de Volta Redonda, o que proporcionou um cenário de lutas sindicais e uma história operária muito específica à cidade.

⁸ Entrevista concedida em 31/05/2011.

abertura da economia do país ao capital estrangeiro, abrindo as portas às multinacionais, ao crescimento e endividamento econômico e aos novos ares culturais dos “anos dourados”. O contexto favorece a fundação de Volta Redonda, a cidade-destino de Dodora e sua família como já citado, que está situada na região do Vale do Café, no sul fluminense, e é conhecida por ter se formado a partir da criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), indústria produtora de aço, construída a partir da política varguista de industrialização do país no período de 1942 a 1946, tendo sido também um polo fundamental do movimento sindical no Brasil.

Nasce a CSN, nasce Volta Redonda⁹, e o encontro de Dodora com a cidade e tudo o que ela representa vai produzir efeitos duradouros, sobre o qual vai relatar “cresci junto com essa cidade”. Toda a família, pai, mãe e irmãos, migra para a nova cidade motivada pela busca de trabalho para o pai, que já havia tentado vários ofícios. De trabalhador rural a “peão de trecho”¹⁰, trabalhador da construção civil com participação na construção da Rio-Bahia, aprendeu ofício de alfaiate, no qual se firmou por alguns anos, em especial na Alfaiataria Prêntece, em Volta Redonda. E de alfaiate foi a metalúrgico, tornando-se, então, operário da CSN até se aposentar.

Enquanto Jurandina Muniz conduzia os filhos e filhas com pulso firme, papel que talvez lhe tenha sido destinado a partir das convenções sociais que definem para as mulheres a responsabilidade pela ‘boa criação’ da prole, cujos desvios serão da mesma forma justificativa para julgamentos condenatórios, Vicente Pereira buscava incessantemente o sustento da família. Uma caracterização de família que se enquadra nos padrões esperados pela sociedade de moral conservadora e cristã.

Da mãe, além da memória do controle excessivo, especialmente sobre as filhas mulheres, ao que respondia com um comportamento rebelde e a invenção de estratégias com fugas e caminhos alternativos na adolescência para subverter a opressão, também carrega a lembrança da preservação das histórias familiares, da prática de guardiã e disseminadora da herança histórica deste grupo social, com numa “missão” comum às mulheres de todos os tempos e lugares. Perrot (2005) nos fala sobre

Por força das coisas, ao menos para as mulheres de outrora e para o que resta do passado nas mulheres de hoje (e que não é pouco), é uma memória do privado, voltada para a família e para o íntimo, aos quais elas estão de certa forma relegadas por convenção e posição. Cabe às mulheres conservar os traços das infâncias em que elas são governantas. Cabe a elas a transmissão das histórias de família, feita geralmente

⁹ A Companhia (CSN) é criada através do decreto-lei n. 3002, de 30 de janeiro de 1941 e inicia seu funcionamento parcial em 1946. A localidade de Volta Redonda, até então distrito de Barra Mansa, consegue sua emancipação e torna-se município em 1954. Dodora e sua família chegaram à cidade em 1955.

¹⁰ Expressão usual utilizada comumente entre os próprios operários para se referir aos trabalhadores temporários em empreendimentos executados em diversos locais.

de mãe para filha [...] A memória das mulheres é verbo. Ela está ligada à oralidade das sociedades tradicionais que lhe confiavam a missão de contadora da comunidade da aldeia. (PERROT, 2005, p. 39-40)

Por outro lado, do pai carrega a imagem do homem trabalhador, sempre absorvido pela rotina trabalho-casa, de cujo convívio extraía breves comentários sobre as condições e relações concretas que se estabeleciam no ambiente de trabalho, especialmente quando ingressou como operário da CSN. Embora não tenha exercido militância sindical, relatava muitas memórias de sua trajetória na CSN, como a luta que travou para se tornar efetivo, bem como para conseguir uma casa, na política de assistência à moradia oferecida pela estatal, sem ter logrado sucesso. Participava das assembleias do Sindicato dos Metalúrgicos, onde ficava o Cine Avenida (atual Bradesco, na Av. Amaral Peixoto em Volta Redonda), e comentava sobre os resultados, os discursos, se haveria aumento salarial ou não, sobre a “girafa” (bonificação concedida pela Companhia). Conversas do cotidiano familiar que, somando-se a repercussão das memórias familiares anteriores, onde o debate entre tios e primos era rico, introduziam a temática política em seu imaginário.

Considerando experiências da família mineira na política local, como articulações, candidaturas e, até mesmo, mandato de vereança, para além destes casos não havia nenhum outro tipo de envolvimento político ou experiência sindical no núcleo familiar. Nem os pais, nem os irmãos de Dodora apresentaram militância orgânica ou filiação política a qualquer entidade ou partido. Mas um fato, em específico, marcou profundamente a família no período da Ditadura Civil-militar de 1964, um dos irmãos de Dodora foi preso, sob alegação de consumo de maconha, e teve breve passagem pelo 1º Batalhão Infantaria Blindada, no qual prestava serviço militar, em Barra Mansa, com relatos de tortura, conforme registrado no Relatório Final da Comissão Municipal da Verdade Dom Waldyr Calheiros (de Volta Redonda), no episódio que segue

No dia 31 de dezembro de 1971, Cap. Niebus ordena a prisão do Sd. Gonzaga (Soldado Luiz Gonzaga Pereira) pelo Pelotão Especial (PE) na casa de seus pais, no Bairro São João, Volta Redonda, véspera de Ano Novo. Da mesma maneira e pelo mesmo grupo de militares, Sd. Gonzaga foi torturado nos interrogatórios dentro do Pavilhão do Arquivo pelo Cap. Niebus, Ten. Miranda, Sgt. Etel, Sgt. Rubens, Cb. Cruz e Cb. Freitas, que se utilizaram de agressões com cano de ferro, socos, cinto N.A. e choques elétricos. Presenciou, ainda, as torturas dos soldados: Getúlio, Senhorinho, Amorim, Ferreira e Geomar. (VOLTA REDONDA, 2015, p. 339)

Em conformidade com os relatos obtidos através do trabalho da Comissão Municipal da Verdade Dom Waldyr Calheiros, de Volta Redonda, a justificativa da prisão de quinze soldados, todos muito jovens, dentre os quais quatro foram assassinados, sob alegação de uso e tráfico de maconha foi posta em questão quando a irmã de um deles, juntamente com outros depoentes

(na mesma condição de soldados presos), em depoimento, levantou indícios de que seu irmão teria sido testemunha do desaparecimento de corpos de presos políticos torturados e mortos naquele batalhão. Configurando-se a hipótese de queima de arquivo.

Os ex-soldados sobreviventes das torturas, Getúlio e Valter, em depoimento à Comissão Municipal da Verdade numa Diligência à antiga sede do 1º BIB, em Barra 340 Mansa, afirmaram que sempre estranharam a presença de Geomar naquele grupo de presos porque o conheciam dentro e fora do quartel, e que nunca o viram fumar maconha. Quando estava preso e entre uma seção de torturas e outra, ficava falando: “vou denunciar eles. Eles vão pagar”. A irmã de Geomar, Geralsélia Ribeiro da Silva, em depoimento à Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda atribuiu a morte de seu irmão no 1º BIB como uma espécie de “queima de arquivo” pelos motivos que passa a relatar: *“Mamãe por ter irmãos militar, ela sempre quis que ele servisse; achava que ia ser importante pra vida dele. Então ele poderia ter sido dispensado, mas não foi na época. Serviu assim, 10, 9 meses normal. Depois ele começou a chorar muito em casa, chegava à casa não queria mais comida, não queria mais falar com ninguém... Nós fomos ver [por que ele tava... coisa estranha, né?]. Até que em janeiro, dezembro, ele contou pra ela, que ele pensou que tinha ido servir no Exército pra aprender alguma coisa boa, mas lá era um lugar só de maldade; que ele tava vendo maldade demais. Pessoas torturadas, e jogavam dentro da caminhonete que ele dirigia para serem jogados fora os corpos, que ele viu várias pessoas serem assassinadas. Jogava dentro da pick-up e enterrava. Ele não aguentou. Ele começou a chutar capacete dentro do quartel. O Geomar é grande mas é mole, é chorão. Ele é mesmo coração mole. Você não podia dar parabéns em aniversário, ne Natal, nem ano novo, você não podia falar com ele. O Geomar, ele contou pra mamãe que eles batiam e depois jogavam dentro da pick-up que ele dirigia e obrigavam ele a jogar no terreno 341 baldio. Eles iam junto também. Aí a mamãe falou pra ele: meu filho, você vai morrer também. Ele falou assim: não, mamãe, eu não vou porque eu sou militar, eles não vão fazer isso comigo; agora eu só quero dar baixa, eu não quero mais ficar lá. Aí no Natal, 25 de dezembro, puseram ele de serviço, ninguém nem desconfiou o porquê. Dia 31 foram buscar ele lá em casa, disseram que precisavam de um motorista, que o outro tinha faltado e tal. Aí depois, durante o inquérito todo, nós fomos descobrir que eles tinham medo que ele bebesse Natal, bebesse ano novo, falasse demais e falasse alguma coisa; então prenderam ele. No dia 31 de dezembro foi o dia que ele foi preso”.* (VOLTA REDONDA, 2015, p. 339 a 341)

Portanto, tal episódio assinala a repercussão direta de crimes da Ditadura Civil-militar sobre a família de Dodora, provocando, certamente, as dores sofridas por tantas outras famílias frente aos atos bárbaros deste regime autoritário. Em outro contexto, segundo seus relatos e os registros da mesma Comissão da Verdade, Schetino Mota, seu então colega de grupo de jovens e futuro marido, também sofrera prisão e torturas em função de sua participação política atuante.

Para além disso, quanto ao convívio entre os filhos e filhas de Jurandina e Vicente, é importante ressaltar que Dodora sempre possuiu relação próxima com cada um de seus irmãos e irmãs. Geraldo, Luis, Carlos, Rosário, Maristela e Marcelo seguiram seus caminhos pessoais distintos do universo no qual Dodora adentraria como opção definitiva de vida. Geraldo é projetista aposentado, formado pela Escola Técnica Pandiá Calógeras (então, escola pública pertencente à estatal CSN), Luís é vendedor autônomo, Carlos é aposentado pelo INSS (demitido da FEM, Fábrica de Estrutura Metálica, subsidiária da CSN), Rosário é aposentada

pela CSN, Maristela é secretária escolar e Marcelo é fisioterapeuta. E, apesar dos diferentes rumos que a vida tomou para cada um, houve sempre uma relação solidária, na qual alguns deles estiveram juntos, como apoio, em momentos específicos da vida pública de Dodora.

1.1 Sentimentos e olhares sobre o viver comunitário

Valorizar a memória pareceu-nos um caminho fecundo, pois nossas formas de classificar o mundo social se enraízam nas primeiras experiências de socialização familiar e escolar e têm na lembrança “uma chave para tudo o que veio antes e depois”

Benjamim, 1985, p. 37. Isabel Lélis e Maria das Graças Nascimento

Em busca das pistas por compreender como se deu esse processo formativo inicial de Dodora, nos baseamos nesse “caminho fecundo”, seus próprios relatos da infância. Percebemos, então, que a emblemática e ampliada família mineira, na certa também uma instância de conflitos e dramas, ensinou sobre alegria, conversas e trocas de ideias, cuidado mútuo e convívio coletivo solidário, que mais tarde se traduziria no acolhimento de tios, tias, primos e primas, por parte dos pais de Dodora, em sua casa, para oportunizar estudo e busca por trabalho aqueles que necessitavam ir para além do pequeno município mineiro para garantir a sobrevivência pessoal e familiar.

Entretanto, ao se estabelecer em Volta Redonda e criar novos vínculos na cidade, a família, que se guiava por uma orientação religiosa cristã católica, inicia novas práticas societárias no âmbito da participação na Igreja. A pesquisa mostra, através de fontes orais e documentos, que esse aspecto será determinante para a trajetória de Dodora culminar nos papéis sociais delineados ao longo de sua vida.

— Eu vim para Volta Redonda com 9 anos, então a minha participação na política se deu muito mais através da Igreja do que da família. Nos anos 1960 eu sempre tive uma participação, meus pais, uma participação muito grande na Igreja, isso desde Minas até aqui. No bairro onde nós morávamos, na rua São João, tinha uma igreja muito atuante [...] Na igreja Nossa Senhora Aparecida, na rua São João, foi organizado um grupo de jovem que se chamava ACAJ, Associação Católica Juvenil, com a assistência do Padre Ivo Weber [...] a gente discutia muito o evangelho, analisava, mas sempre à luz da realidade, a gente usava também o método da JOC, que era o Ver-Julgar- Agir. Então, isso, a minha formação política, a linha de justiça, de igualdade, vem muito mais dessa formação.¹¹

¹¹ Entrevista concedida em 31/05/2011.

Em seus relatos, coletados através de entrevistas realizadas ao longo de alguns anos, Dodora explicita constantemente o caráter socializador e educativo de sua experiência de formação e convívio religioso. A igreja do bairro, as pessoas que integravam os grupos vinculados à igreja e que, no geral, eram também as vizinhas e os vizinhos mais próximos, o estímulo e orientações vivenciados nos encontros com padres de origem Jesuíta e a formação de grupos de jovens, dentre outros, com intensa rotina de reflexão e prática social, foram, efetivamente, a concretização de relações comunitárias e de um itinerário formativo de sua consciência política nas fases que compreendiam entre a infância e o início da vida adulta.

Figura 1 - Década de 1960. Momento de irreverência, na foto: Dodora no centro, de joelhos, ao redor Dilce Esmeraldina, Rosário (prima), Hélio Brun, Antônio Hitler (presidente ou secretário da JUDICA), Péricles (primo), Cláudio, José Neville e Padre Barreto.



Figura 2 - 1964 Carteira de sócia fundadora da ACAJ



Figura 3 - Década de 1960. Arquivo pessoal. Posse da diretoria da ACAJ. Dodora, a segunda da esquerda para a direita.



Figura 4 - Verso da fotografia anterior, onde se lê o nome de Dodora na lista de membros da primeira diretoria efetiva da ACAJ, no cargo de vice-secretária.

Presidente - Helio Neto
 Vice - Warlo Neville
 Secretária - Carminda
 Vice - W. das Doas
 Tesoureiro - Ezequiel Reis
 Vice - Penches
 1º suplente - Sebastião
 2º " - Nivia Paulo
 3º " - Flornaldo
 Assistente - P. Joo.

1ª Diretoria efetiva da ACAJ
 31 de maio até 31 de novembro de 64.

9:1 - Sebastião \$ 100,00

M. S.

Segundo suas memórias, os padres Jesuítas passavam um período em formação numa sede específica da Igreja Católica em Volta Redonda, a fazenda Três Poços - na qual existiu um convento dos Padres Trapistas do Tremembé e, nos anos 1950, dos Padres Jesuítas. Aos fins de semana, estes realizavam diversos tipos de trabalhos e intervenções nas comunidades eclesiais. Com sua sólida formação clássica, sua visão relativamente crítica e maior sensibilidade social, contribuíram para a criação de diversos grupos, inclusive de jovens, que

passaram a praticar uma leitura crítica do evangelho, baseada na análise da realidade e na reflexão política sobre a vida e os acontecimentos.

Dodora cita, ainda, o padre Ivo Weber como uma grande referência, na orientação dos trabalhos dos grupos, bem como no âmbito da vida pessoal, expressando certa amizade que permeava as relações entre pároco e comunidade. Além disso, se refere à JOC, Juventude Operária Católica, e seu método de leitura e análise do evangelho, “Ver-Julgar-Agir”, como forte influência e base metodológica de sua formação política. Sobre isso a pesquisadora Alejandra Estevez esclarece

Tal movimento pretendia melhorar a vida do jovem trabalhador através de uma ação evangelizadora e formadora de uma consciência crítica. Nesse sentido, a JOC é a responsável pela criação do método Ver-Julgar-Agir, adotado posteriormente inclusive pelos setores mais tradicionais da Igreja. Trata-se de um método pedagógico de “formação na ação e pela ação”ⁱⁱⁱ, ou seja, significa ver o problema, julgá-lo à luz do Evangelho e agir para transformar sua condição de classe trabalhadora explorada. (ESTEVEZ, 2006, p. 4)

Cabe compreender do que se tratava o método Ver-Julgar-Agir, segundo Baptista (2014) “A inspiração imediata nasceu do método de revisão de vida da Ação Católica — Ver, Julgar e Agir — criado pelo Pe. Joseph Cardijn no trabalho com jovens operários”, que se tratava de um exercício dialético “relacionando Evangelho e Vida, realidade histórica e fé, teoria e prática”. Refere-se à prática política a partir de uma concepção da práxis, que se desdobrava em três implicações: o engajamento na práxis, o engajamento para a práxis e o engajamento pela práxis. Disso depreende-se que esta metodologia, pensada no cerne da Teologia da Libertação, caracterizava-se por participação integrada nas comunidades e grupos, a opção clara pelos pobres e pelas pautas que permitia desenvolver estrategicamente a perspectiva da libertação e a realização de um movimento crítico contínuo de “análise e verificação”.

Dessa maneira, é de fundamental importância se debruçar um pouco mais sobre a dimensão da inserção religiosa em sua formação pessoal e política, considerando que já havia herança familiar, ao menos de pais e avós, nos valores e concepções cristãos de vida adotados e praticados ao longo de sua trajetória. O que, inicialmente, podemos verificar através dos depoimentos orais, se concretizava em modos relativamente conservadores de pensar e conduzir a vida.

— Tinha uma igreja que era o centro do encontro, né [...] a rua inteira participava da igreja, ou era dos grupos dos Filhos de Maria [...] ou dos grupos de jovens, que depois, com o Concílio ¹²e com uma certa renovação da Igreja, foram criados os grupos de casais [...], todos participavam dos encontros de casais, era uma convivência assim de

¹² Concílio Vaticano II – 1962 a 1965.

fazer festa, almoço comunitário, de ir junto pra Ribeira, à praia, passar final de semana.¹³

Seu relato expressa, dessa forma, o papel socializador que a Igreja cumpria para os moradores do Bairro São João, onde Dodora morou e cresceu, tendo sido membro de grupos de jovens e vice-secretária da ACAJ, Associação Católica Juvenil. Acompanhado desse caráter de integração, havia a formação de um sentimento comunitário, que se concretizava em uma prática cotidiana. Em algum momento posterior ao advento do Concílio Vaticano II, os contornos politizadores e de formação de consciência de classe da atuação da Igreja vão se tornando mais definidos e ganhando fôlego na interlocução com os movimentos sociais diversos da cidade, ao mesmo tempo em que os impulsionavam.

Assim, destacamos também um período anterior, a passagem de Dodora, enquanto estudante, pelos Círculos Operários¹⁴ em Volta Redonda, como um episódio importante, visto que a influência da Igreja Católica foi muito presente, não só durante sua juventude nos grupos de jovens, mas também no âmbito das primeiras escolas em que estudou quando chegou à cidade. Num período histórico em que ainda não havia a garantia do acesso ao ensino pré-primário (hoje Educação Infantil), bem como a oferta ampla de escolas públicas que atendessem ao conjunto da população nos demais níveis de ensino, Dodora iniciou sua escolarização na pequena escola de Caputira, Grupo Escolar Padre Alfredo Kobal, onde cursou o primeiro ano primário (à época). Ao chegar ao sul-fluminense, frequentou a escola municipal que funcionava na Igreja São Geraldo, entrando em uma classe multisseriada, cuja professora era Elza Costa de Figueiredo. Essa escola foi danificada por fortes chuvas passando, então, a funcionar em outro prédio e recebendo o nome de Escola Miguel Couto Filho, que viria a se tornar a primeira escola pública municipal de Volta Redonda, onde estudou até o quinto ano de escolaridade (antigo admissão), tendo como algumas de suas professoras Alice Magaldi Fernandes e Maria Rosa Teixeira. Foi então, que ingressou na escola dos Círculos Operários, Ginásio Paulo Monteiro Mendes, na qual cursou o antigo ginásio. Sobre os Círculos Operários, Jessie Jane nos diz ainda

[...] a partir de 1932, com a constituição dos Círculos Operários, é que a Igreja assumiu para si a tarefa de “educar os trabalhadores na fé cristã e na ordem”. Essa ação se desenvolveu em consonância com o Estado, que, naquele momento, exercia uma política de aproximação com a Igreja e vice-versa. (SOUZA, 1998, p.151)

Cabe, então, esclarecer que a iniciativa da Igreja Católica com a estrutura de serviços fornecidos pelos Círculos Operários, como creches, escolas, dentre outros, era, não apenas

¹³ Entrevista concedida em 31/05/2011.

¹⁴ “[...] Círculos Operários Católicos, experiência corporificadora da forma católica hierárquica de intervenção junto ao mundo do trabalho e da relação expressiva da Igreja com o Estado [...]” (SOUZA, 1998, p. 150)

educar e formar seus fiéis para a prática da doutrina, mas também ocupar um espaço de poder que lhe foi suprimido quando do advento da República. Do que podemos apreender, também utilizando-nos das pesquisas de Jessie Jane, que os Círculos Operários eram uma forma de expressão do ideário católico que, naquele contexto, em atuação próxima com o aparato estatal, o substituía em alguns aspectos com vistas a manter e ampliar seus domínios religiosos.

Nos perguntamos, portanto, em que momento de seu processo formativo Dodora vivencia uma superação da concepção cristã-católica conservadora sobre o mundo e a vida, de modo a exprimir uma outra visão sobre a realidade, mais crítica e próxima de uma consciência de classe?

Algumas evidências, coletadas em nosso trabalho de história oral, sinalizam para as interações e experiências que mais repercutiram nesta fase inicial de sua vida. Dentre elas, a catequese e participação nas instâncias propriamente ditas desta Igreja “renovada” pós Concílio Vaticano II, algumas das escolas frequentadas no início de sua escolaridade, cuja administração também era de responsabilidade da Igreja, e, posteriormente, o Ginásio Paulo Monteiro Mendes dos Círculos Operários, onde concluiu o ginásio. De lá partiu, então, para o Colégio Macedo Soares, no qual, durante um ano, experimentou a formação no curso Científico, para depois perceber que desejava seguir o Curso Normal, voltando então para o Ginásio Paulo Monteiro Mendes, já, agora sob administração do Círculo de Trabalhadores Cristãos. Lembra que, embora a administração dos Círculos Operários na escola tenha sido modificada a partir do golpe civil-militar, a escola permaneceu, “saiu do barraco, né, já na expansão da CSN, quando começou com o acampamento central. Foi construído onde, hoje, funcionava o Delce Horta [...]”¹⁵, onde fez, pois o Normal, tendo integrado a primeira turma a se formar naquela unidade.

Na reconstituição dessa trama de lembranças, através da qual, diversos retalhos da memória são reexaminados, não sem o risco de algum tipo de idealização ou romantização, movimento esse a que nos atentamos, surge talvez o que teria sido a primeira percepção de sua condição de classe. Ao terminar o ginásio, Dodora acompanha diversos outros jovens de seu convívio ao fazer uma seleção para a escola particular local, o já citado Colégio Macedo Soares, das poucas instituições que ofereciam o Ensino Médio na modalidade “científico” na cidade, curso secundário de formação ampla e clássica. A alternativa seria o Colégio Batista, também particular, mas segundo ela “naquela época eu jamais estudaria numa escola protestante”. No entanto, após um período de curso, se depara com as dificuldades financeiras da família para

¹⁵ Entrevista concedida em 31/05/2011.

manter as mensalidades, ao mesmo tempo em que se descobre interessada pela opção do Curso Normal, oferecido em sua escola anterior, o Ginásio Paulo Monteiro Mendes.

— [...] era uma escola particular cara, o Colégio Macedo Soares, não tinha condição, aliás, eu sempre tive um trauma com colégio particular, porque quando eu terminei a quinta série no Miguel Couto, as minhas amigas, da minha rua, foram todas estudar no Colégio Nossa Senhora do Rosário, tinha uma prova de seleção. Eu fiz a prova de seleção e não passei. Era o colégio particular das freiras. Aí eu fui pro Paulo Mendes, terminei o ginásio no Paulo Mendes [...] era aquela escola onde ‘trabalhava’ todos os filhos dos trabalhadores da CSN, era o Rosário onde estudavam os filhos da elite da CSN...¹⁶

Desse modo, é possível perceber evidências daquele modelo de cidade “Company-town”, a partir do qual as casas e os bairros eram hierarquizados conforme os cargos e posições dos funcionários na Companhia, embora houvesse a idealização da “família siderúrgica” (MOREL, 1989), repercutir também na distribuição das crianças e jovens, em idade escolar, pelas escolas disponíveis na cidade. Os colégios Macedo Soares (dos padres), Nossa Senhora do Rosário (das freiras) e Batista (dos protestantes) eram as instituições privadas que absorviam os estudantes oriundos, em grande parte, do extrato social com maior poder aquisitivo. O Ginásio Paulo Monteiro Mendes representava, então, a instituição mais acessível aos filhos dos trabalhadores considerados “peões”, ou cujas condições financeiras eram mais precárias. Deixando a mostra, assim, um traço marcante do caráter de classe econômica/social na distribuição educacional da população de Volta Redonda naquele momento.

Dodora relembra episódios de sua escolaridade e da formação na Igreja que, a nosso ver, contribuíram para a educação do olhar crítico sobre os fatos e as coisas, tais vivências se constituíam em espaços onde crianças e jovens eram chamados a ter participação ativa e reflexiva

— [...] ainda na época da Igreja, antes dos grupos de jovens, na fase de catequese, nós tínhamos uma participante da comunidade, que hoje é professora de história, professora Nelita, que inclusive fez uma, era poeta, fez uma poesia linda sobre a chaminé aqui de Volta Redonda, e ela fazia muito teatro com a gente, participei muito de teatro. [...] com livros com textos e peças teatrais trazidas pelos jesuítas que trabalhavam com a gente.¹⁷

Conforme relatado neste trecho, o trabalho com teatro parece ter aberto horizontes para uma leitura mais abrangente dos textos, mas, também, para um exercício de leitura do mundo, coisa de importância tamanha, como nos ensinou Paulo Freire. Mais a frente, nos relatos, ela vai se reportar ainda a outros docentes que se utilizaram do teatro como estratégia didática, bem como, ela mesma vai recorrer a essa abordagem em sua militância sindical e política. O poema a que se refere Dodora era, assim, uma expressão da apropriação da história do lugar onde se vive

¹⁶ Entrevista concedida em 31/05/2011. No lugar de ‘trabalhava’, subentendemos ‘estudava’.

¹⁷ Entrevista concedida em 31/05/2011.

A Chaminé
 Região de muita terra!
 Um rio, montanha e prados;
 Aqui viviam dois povos,
 Os Puris e os Coroados.

Nessa imensa região,
 Outrora sertão “bravio”,
 Depois mui ricas fazendas,
 De café era o plantio.

O gado e as plantações,
 O progresso ia chegando.
 O engenho de açúcar,
 A minha gente empregando.

Quando eu fui construída,
 Em 1903
 Fui orgulho do meu povo,
 Como hoje de vocês.

Assisti a toda mudança.
 As ruas sendo calçadas,
 Luz elétrica chegando,
 Nas casas água encanada.

E o movimento aumentando.
 Máquinas pra todo lado,
 Mineiros e nordestinos.
 Trabalho tinha um bocado!

Perguntei: que será isso?
 Que reboiço, afinal!
 O progresso ali estava:
 Siderúrgica nacional.

Tudo foi sendo mudado.
 Nem gado, nem café.
 Muita coisa derrubada,
 Só eu continuo em pé!

E o povo participando
 Com muita animação
 Por causa da CSN
 Veio a emancipação!

Quem mais marcou seu
 Progresso,
 Foram os trabalhadores.
 Operários conscientes
 De direitos e deveres.

Eles fizeram a história
 Sou testemunha e dou fé.
 Quem lhes fala essa verdade
 É o marco histórico: A chaminé.¹⁸

¹⁸ Poema “A Chaminé”, de Nelita Maria da Silva Teixeira, professora e pedagoga radicada em Volta Redonda e membro da Academia Volta-redondense de Letras.

E, ainda sobre as interações e experiências, no âmbito da escola, que repercutiram em seu processo de composição de uma visão de ser humano e de mundo

— [...] na escola, dos professores, o professor Galba foi uma pessoa que me influenciou muito. E a minha escolha de fazer o curso de Letras, com certeza, tem a ver com ele porque me incentivou muito a ler, me emprestava muitos livros [...] que era meu professor de português [...] Dentro da Igreja, a influência era dos padres mesmo, padre Ivo, padre Otto, padre Barreto [...] O Naércio foi uma pessoa que a gente conviveu muito, professor Florivaldo, que foi meu professor, mas a influência dele não foi como professor, é porque ele era um dos assistentes do nosso grupo de jovens, uma pessoa que foi muito importante [...] era aquele professor que abria a casa [...] Politicamente eu via o professor Carlos Eufrásio como uma pessoa assim, muito, a postura dele contestadora, dentro da escola, nos corredores, era uma coisa que eu observava [...] Os professores do Paulo Mendes me influenciaram muito, o professor Padilha, o Carlos Eufrásio, professor Edir, professor de história, professora Eti, que era uma professora importante de história, ela organizava a turma, distribuía os personagens históricos entre os alunos e fazia um jornalzinho [...] contextualizava [...] aprendi muito com ela isso aí, Maria do Carmo, professor José Carlos, vizinho e amigo até hoje.¹⁹

Quanto às memórias mais relacionadas à escola, além de nomear e pontuar a contribuição de inúmeros professores e professoras que marcaram sua vida escolar, Dodora destaca as Olimpíadas Estudantis de Volta Redonda, como um evento que mobilizava toda a cidade, do qual participava ativamente com orientação do professor-treinador Jeferson Jenner, jogando basquete e vôlei. Sendo mais um espaço de aglutinação da juventude, onde se construía referências e interlocuções significativas.

Figura 5 - Década de 1960 – Arquivo pessoal. Atividade desportiva do grupo de jovens da Igreja, dentre as jogadoras agachadas, Dodora é a primeira da direita para a esquerda.



Um episódio, em especial, marcou sua visão acerca da atuação docente, uma vez que as posturas e posições políticas de seus professores e professoras já chamavam sua atenção, no dia

¹⁹ Entrevista concedida em 31/05/2011.

de sua formatura do antigo Admissão, correspondente ao quinto ano de escolaridade com a devida atribuição de garantir o ingresso no ensino médio da época (dividido em ginásial e colegial), uma forte passeata com a participação dos docentes tomava as ruas da cidade por conta do atraso prolongado de salários do funcionalismo. Embora ainda não houvesse uma estrutura sindical específica consolidada, as manifestações se organizavam aparentemente pela base, através de lideranças ou associações pulverizadas.

O fato se deu no governo municipal de César Cândido Lemos, cujo mandato durou apenas um ano e dois meses, entre janeiro de 1959 e março de 1960, tendo sido o primeiro prefeito do Brasil a sofrer um processo de impedimento, em decorrência da acusação de incompetência administrativa e do atraso salarial do funcionalismo por nove meses.

Porém, embora esse fato tenha se destacado em sua retrospectiva desta fase, cita, ainda, os debates relacionados à aprovação da LDB 4024/61, “eu me lembro deles no Colégio Paulo Mendes discutindo muito isso”. Ainda que não tenha testemunhado, como estudante, situações de greve de seus professores, ou mesmo não tenha participado de manifestações de rua, a conotação contestatória e engajada da atuação de muitos destes docentes marcou sua concepção de educação.

Da mesma forma que despertavam seu olhar mais atento, os fatos e atitudes que envolviam docentes, no decorrer do ginásial e do Normal, Dodora vai observar a movimentação estudantil local, que se dava através de comissões, “participei de muitos grupos reivindicatórios na escola”, e da AVE (Associação Volta-redondense de Estudantes), pautando, principalmente, o passe livre, então conquistado para todos os estudantes, fato que destaca com orgulho “em Volta Redonda nós tínhamos passe livre”. Ressalta que, em função da conjuntura histórica ditatorial, não havia grandes entidades organizativas estruturadas, como grêmios escolares, e lembra os nomes de algumas lideranças do período, como Mariinha (posteriormente diretora da FEVRE, Fundação Educacional de Volta Redonda) e Fausto. Apesar disso, revela que suas referências estavam mais relacionadas aos grupos de jovens da Igreja.

À medida que Dodora chega à juventude, imersa no contexto histórico que se dá entre o período de intensa atuação dos movimentos sociais pré-64 e, posteriormente, o período do regime autoritário instituído pelo Golpe Civil-militar, se fortalecem, também, mudanças, que já vinham se colocando na trama de tensões internas da Igreja Católica em diálogo com sua base popular. Enquanto a igreja hierárquica, considerada como a instituição propriamente dita, utilizava-se já, há décadas, de estratégias de manutenção de seus espaços de poder²⁰, a igreja

²⁰ Inclusive, a Igreja estabelece relações com o Estado brasileiro para resguardar sua base nos novos tempos de industrialização frente aos desafios do mundo do trabalho.

popular, ou o que entendemos por uma base de atuação dos leigos engajados, caminha no sentido de alargar o processo de conformação de uma teologia que opta pelos pobres, inspirada pelo Concílio Vaticano II, em superação ao que já havia enquanto doutrina social católica. Assim, buscando reformular sua interpretação das relações impostas pelas novas condições conjunturais, subvertendo a lógica da “harmonia social” e questionando as injustiças e as desigualdades sociais geradas pelo que era compreendido como o aprofundamento da política econômica capitalista no país.

Essa caracterização da atuação da Igreja, que se dá no âmbito de Volta Redonda, não está isolada, mas resulta de uma conjuntura internacional que impulsionava a instituição na direção da superação de uma relação profundamente hierarquizada e menos sensível às problemáticas sociais das classes populares. Nesse sentido, o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC ²¹ nos ajuda a compreender

O período de preparação do Concílio Vaticano II (c. 1960) favoreceu as iniciativas que buscavam uma estrutura eclesial mais adequada ao diálogo com o mundo moderno do que a paróquia, organismo medieval no qual todas as funções religiosas recaíam sobre o padre. Nesse contexto, as “pequenas comunidades” pareciam ser o meio mais favorável à participação leiga na Igreja e à sua influência na sociedade urbana e industrial. Em 1968 a II Conferência dos Bispos da América Latina, reunida em Medellín Colômbia, propôs a Comunidade Eclesial de Base (CEB) como seu principal instrumento pastoral, ligando a forma comunitária à opção preferencial pelos pobres. Formulou-se então a Teologia da Libertação que, retomando experiências ensaiadas desde os anos 1950-1960 na Ação Católica, no Movimento de Educação de Base e em outros setores renovadores da Igreja, inclusive em denominações protestantes, fundamentava uma ação pastoral comprometida com as causas populares.²²

Por conseguinte, se faz necessário compreender que havia a repercussão de um contexto onde o método Ver- Julgar-Agir, que promovia o exercício de uma leitura crítica da realidade visto que priorizava a análise sobre a vida concreta e coletiva num movimento de reflexão-ação, encontrava-se no enquadramento da Teologia da Libertação, de onde derivaram, também, as Comunidades Eclesiais de Base. Logo, em virtude da presença de todos esses elementos, podemos constatar que o percurso formativo de Dodora encontrava-se fundamentado nessa perspectiva. O que ganha luz através de suas próprias palavras:

— [...] isso me levou à participação política e com as comunidades de base aprofundou a minha visão de esquerda na política [...] quem me levou a ser hoje uma socialista foi as comunidades de base, o trabalho de comunidade, da Teologia da Libertação. Eu

²¹ O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, disponibiliza pesquisas sobre a História Contemporânea do Brasil através da consulta digital de verbetes.

²² <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/comunidades-eclesiais-de-base-cebs> Consulta realizada em 16 de junho de 2019.

não tenho uma formação marxista, eu tenho uma formação católica, da Teologia da Libertação.²³

Ao afirmar que não tem “formação marxista”, Dodora remete à experiência eclesial que se configurava como lembrança de uma herança mais imediata e visível, no entanto, aparentemente não percebe que “A influência do pensamento marxista é clara, mas numa apropriação crítica” (BAPTISTA, 2014). Como afirmado pelos autores que pensaram a TdL (Teologia da Libertação), tratava-se de uma opção clara no mundo político, uma “opção revolucionária e socialista” (GUTIERREZ in BAPTISTA, 2014).

Considerando que as Comunidades Eclesiais de Base foram a expressão de outra forma de pensar e fazer a Igreja que, ao mesmo tempo em que foram originadas das mobilizações de grupos que se reuniam para refletir a realidade a partir de seus fatos, também fomentavam o surgimento de comissões e organizações coletivas em prol de pautas sociais para além do âmbito da própria Igreja. Soares (2009, p. 3) esclarece

O nascimento das primeiras comunidades de base aconteceu a partir do momento em que os diocesanos refletiram e buscaram soluções para seus problemas. Com o intuito de despertar consciências, a diocese investiu profundamente na formação de grupos de reflexão, embriões das futuras comunidades eclesiais de base. Desde o final dos anos sessenta estes grupos começavam então a se espalhar timidamente pela cidade.

Tal pesquisador acrescenta que o fundamento teórico das Cebes era a Teologia da Libertação e que a Igreja de Volta Redonda foi uma das pioneiras no país em iniciar esse movimento, contribuindo, assim, para a organização dos movimentos populares na cidade. Comissões de todo o tipo eram organizadas para intervir na cena política, realizando denúncias, reivindicações, acompanhamento dos poderes legislativo e executivo, dando sustentação às lutas sociais que emergiam. Desse contexto, é possível observar, ainda, surgiram importantes mobilizações e greves, inclusive na educação pública, que serão mencionadas mais adiante.

Portanto, no intuito de compreender que, mesmo antes da formalização das Comunidades Eclesiais de Base como reorganização da Igreja Católica em Volta Redonda, já havia o germe desse modo de fazer Igreja, precisamos também destacar uma das figuras centrais deste cenário, outra grande referência para Dodora: Dom Waldyr Calheiros, o então arcebispo da Diocese de Barra do Piraí.

“[...] chegou D. Waldyr em Volta Redonda, né [...] na luta contra a Ditadura, aí já tinha o Golpe Militar, e essa formação, então, e esse sentimento de justiça e de igualdade se aprofundou mais diante das atrocidades do Golpe Militar”²⁴, é dessa maneira, pois, que Dodora

²³ Entrevista concedida em 31/05/2011.

²⁴ Idem, 2011.

faz sua primeira menção ao bispo de sua diocese, conhecido como Bispo Vermelho, D. Waldyr Calheiros de Novaes chega à cidade em 1966. Junto a ele, conforme vemos em Soares (2009), trabalharam diversos padres-operários, que encarnavam em sua vida cotidiana não apenas os votos de sacerdotes de uma instituição religiosa, mas também a experiência real do universo fabril.

Sobre o Bispo, Estevez (2013) nos esclarece

A chegada de Dom Waldyr à Volta Redonda, em pleno período de exceção, não impediu que ele pudesse implementar algumas transformações na estrutura eclesial. O ano de 1966 vai ficar inscrito na memória local como o início de uma nova Igreja e o marco do Concílio Vaticano II vai ser constantemente referenciado, de tal maneira que a história progressista da diocese local passa a estar intimamente ligada à história de renovação conciliar. O início do bispado de Dom Waldyr caminha juntamente com as conclusões institucionalizadas pelo Vaticano II. (ESTEVEZ, 2013, p. 60)²⁵

É fundamental ressaltar que o papel de D. Waldyr na região, tanto como articulador e fomentador dos grupos, comunidades de base, quanto na resistência à Ditadura, foi central para a disseminação do modo de ser Igreja baseado na Teologia da Libertação e para o fortalecimento e integração dos movimentos sociais e sindicais locais. Dodora relata, inclusive, que sua percepção do impacto do fechamento do Regime, nesse momento, se deu mais claramente ao perceber o cerceamento dos espaços de debate, as dificuldades em realizar reuniões dos grupos de jovens, uma preocupação muito maior com os jovens por parte dos pais e familiares, a prisão de amigos e a atuação veemente de D. Waldyr na defesa dos direitos de trabalhadores/trabalhadoras e no enfrentamento às arbitrariedades das autoridades militares.

Naquele momento, havia um movimento de resistência às medidas autoritárias também por parte de militantes da Igreja, dentre os quais alguns encontravam-se efetivamente organizados e outros não. Um dos casos citados foi o da prisão e tortura de Schetino Mota (membro da ACAJ), com quem se casaria um ano depois, por doze dias, para que “prestasse esclarecimentos” indicando quem eram algumas das lideranças procuradas. Outro se refere à

²⁵ Para compreender melhor o impacto do bispado de D. Waldyr: “Alinhado, portanto, às ideias propagadas no Concílio e animado pelas experiências populares que se disseminavam por todo o Brasil no interior da Igreja, o então bispo de Volta Redonda promove a descentralização da diocese. Dessa nova configuração nasceu, em 1969, o modelo de Paróquia Única, iniciativa pioneira da cidade de Volta Redonda²⁵, onde a antiga organização paroquial passa a ser substituída pela articulação e união das cinco paróquias então existentes, reunidas em uma mesma estrutura e pulverizadas, ao mesmo tempo, em 105 pequenas comunidades. Houve, assim, um processo de democratização no âmbito eclesial a partir da formação de um Conselho Diocesano, responsável pelas atividades e decisões pertinentes à Diocese²⁶. Este Conselho era formado pelo bispo local, sacerdotes e leigos (líderes comunitários e militantes de movimentos e pastorais sociais). Segundo Dom Waldyr, esta era a “nova forma de ser Igreja”, a “fê aplicada à vida”, como costuma referir-se. Em 1968, após a realização da Conferência de Medellín, na Colômbia, a Diocese de Volta Redonda assume sua opção consciente e preferencial pelos pobres”. (ESTEVEZ, 2013, p.60)

Estrella Dalva Bohadana (estudante de arquitetura, vinculada aos grupos de esquerda POC e POLOP), que ficaram detidos no 1º BIB²⁶. O desaparecimento do estudante Benedito, prisões de outras pessoas próximas como o artista Gim, o seminarista Carlos Rosa e o padre Natanael, que foram enviados para a prisão da Ilha Grande e barbaramente torturados. Alguns desses, dentre eles Carlos Rosa e padre Natanael, depois se saberia, atuavam também na clandestinidade (os dois últimos, na ALN – Ação Libertadora Nacional²⁷). Acontecimentos atentamente acompanhados pela juventude religiosa engajada. Conforme os que surgiram em seus relatos, o caso da JUDICA (Juventude Diocesana Católica) e da autodeclaração de prisão do D. Waldyr, quando da prisão de alguns de seus colaboradores.

Em novembro de 1967, quatro jovens pertencentes ao movimento católico Judica foram presos pelos militares após serem flagrados distribuindo alguns panfletos julgados subversivos pelos técnicos do Serviço Nacional de Informações (SNI). Dois membros deste movimento – Natanael José da Silva (presidente) e Jorge Gonzaga (diretor esportivo) – acompanhados do diácono Guy Michel Thibault, de origem francesa, e do seminarista Carlos Rosa, após a missa, resolveram dar um passeio na Kombi da diocese e distribuir alguns panfletos de indignação contra a situação social de Volta Redonda. O grupo foi seguido por um jipe do Exército, cercado e os quatro panfletistas foram presos. (ESTEVEZ, 2013, p. 67)

Segundo Estevez (2013), este episódio (e seus desdobramentos) ganhou projeção nacional por ter sido o primeiro incidente entre Estado e Igreja nos primórdios da Ditadura Civil-militar brasileira, “[...]é o primeiro momento em que a autoridade eclesiástica se apresenta publicamente como contrária à política persecutória empreendida pelo regime militar”. De maneira que, cada vez mais, D. Waldyr se consolida como referência para a juventude da qual Dodora fazia parte. Para que se compreenda o nível de comprometimento do bispo, num movimento de mão dupla onde era apoiado por sua base leiga, mas também era um dos principais responsáveis por sua formação e atuação, com as lutas sociais à época, podemos verificar os valiosos registros da Comissão Municipal da Verdade que leva seu nome

Nos anos de 1968 e 1969, destacaram-se os seguintes fatos marcantes da Ação Católica que resultariam em confronto com a Ditadura Civil-Militar:

- Decisão de D. Waldyr de não celebrar, em 31 de março de 1968, a missa de comemoração da “Revolução de 64” (Golpe de 64 na ideologia da Ditadura Civil-Militar);
- Celebração da Paixão de Cristo como “via crucis” da classe operária no Estádio de Volta Redonda; a encenação do “Auto da Sexta Feira Santa”, na Igreja Santa Cecília;
- Lançamento do MOVIMENTO AÇÃO, JUSTIÇA E PAZ;
- Comemoração dos 20 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- Presépio da Igreja Santa Cecília;
- D. Waldyr visita o BIB e declara-se preso em solidariedade;
- Carta de D. Waldyr aos diocesanos sobre as prisões no BIB

²⁶ 1º Batalhão de Infantaria Blindada, localizado em Barra Mansa.

²⁷ ALN, Ação Libertadora Nacional – grupo clandestino de combate à Ditadura Civil-militar, do qual fazia parte Carlos Marighella.

- D. Waldyr e 11 padres denunciam torturas no BIB
- IPM contra D. Waldyr e 16 padres. (VOLTA REDONDA, 2015, p. 209 e 210)

Logo, em vista desse conjunto de ações que caracterizaram os primeiros anos de D. Waldyr na Diocese de Barra do Piraí/Volta Redonda, e sobre os quais os depoimentos de Dodora jogam luz, não é impróprio afirmar que sua atuação e formação na esfera da Igreja Católica lhe forneceram, inclusive, condições de analisar criticamente e se posicionar quanto ao regime político recém-instalado através de um Golpe Civil-militar. Ela pontua, ainda, sobre o Movimento Ação, Justiça e Paz, lançado pelo Bispo, no qual se pretendia cumprir os princípios deliberados a partir do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín, e mobilizar toda a Igreja contra as injustiças sociais.

Dodora ressalta que sua participação no enfrentamento à Ditadura, nesse período, se dava como base da Igreja, participando das manifestações e atividades destinadas a pressionar o Estado. Bem como, posteriormente, do Movimento contra a Carestia.

Simultaneamente, após concluir o Normal, opção que buscou por escolha própria, ingressou na faculdade de Letras, na FERP²⁸, em 1969, tendo integrado a primeira turma do curso. Além dos limites de um tempo de repressões, não havia tradição de movimento estudantil universitário, mas era possível perceber situações de vigilância e controle, como no caso da suspeita de espionagem do professor de Moral e Cívica da faculdade, militar de carreira, que se comportava de maneira incomum.

Das motivações iniciais para optar pela carreira docente, estava a possibilidade de trabalhar com crianças, mas, no processo de pesquisa, é possível notar um forte apelo das interlocuções diversas, na Igreja e na educação formal, que se deram na perspectiva da educação popular. Ao vivenciar e reproduzir práticas baseadas no método Ver-Julgar-Agir, experiências com metodologia teatral, e o engajamento coletivo em espaços cuja abordagem pretendia despertar consciência crítica, como os grupos de jovens daquele contexto, alimentava um envolvimento embrionário com a educação. Soares (2009, p.2) destaca, inclusive, que “o papel educativo é certamente uma das características marcantes das Cebps. Vários autores defendem as Cebps como o mais vasto trabalho de educação popular, não promovido pelo Estado, neste século no Brasil. (Wanderley, 1981)”.

Portanto, para o que Dodora talvez não tenha se atentado, é de que já se dava o exercício de uma prática educativa ao longo de suas diversas atividades enquanto jovem estudante e leiga católica. Sendo assim, expressa identificação com as temáticas abordadas na formação do

²⁸ Fundação Educacional Rosemar Pimentel.

magistério em nível médio, filosofia, psicologia, sociologia, as ciências que pensavam a sociedade, suas relações e o desenvolvimento humano ratificavam nela a certeza da escolha.

Mais tarde, ao concluir o curso Normal, em 1967, se vê impelida a enveredar na formação docente, ao escolher o curso de licenciatura em Letras, inspirada pelo professor Galba, como já relatado anteriormente. Ainda imbricada nas atividades religiosas, foi como voluntária na catequese que surgiu a primeira oportunidade de estar à frente de uma sala de aula como docente. A famosa Glória Roussin Guedes Pinto²⁹, hoje nome de escola pública na cidade, à época vizinha, professora integrante do Departamento Pedagógico da Prefeitura Municipal de Volta Redonda e proprietária da escola particular São Tarcísio, ao ver Dodora atuar como catequista voluntária em sua instituição, faz o convite para que se incorpore ao corpo docente daquela Rede de Ensino. Num período em que ainda não havia concurso para a carreira de professora pública, Dodora inicia sua primeira experiência profissional, assim, como professora contratada da Prefeitura Municipal de Volta Redonda.

Figura 6 - 2016. 2ª via do diploma de curso superior, concluído em 1973.



Retomando, então, esse itinerário inicial de Dodora, torna-se fundamental analisar, portanto, que seu processo de formação sócio-política, ganha fôlego, com sua atuação no âmbito da Igreja Católica progressista de Volta Redonda, especialmente no período em que o país inicia o regime da Ditadura Civil-militar. Conseqüentemente, por meio do AI-3, no governo Castelo Branco, e de uma lei federal posterior, Lei 5.449/1968, já no governo Costa e Silva, diversos municípios se tornam área de segurança nacional. Juntamente com Duque de Caxias e Angra

²⁹ Glória Roussin Guedes Pinto, mineira radicada em Volta Redonda, foi professora, pedagoga, diretora de escolas, diretora do departamento de educação (estrutura anterior à secretaria), secretária municipal de educação (e vereadora (1982) na mesma cidade.

dos Reis, Volta Redonda, numa medida do Conselho Nacional de Segurança de 1973, por se tratar de polo estratégico de interesse econômico (área industrial) e, portanto, possuir alto potencial de organização sindical e popular, cresce sob vigilância permanente até por volta do ano de 1984, quando o presidente Figueiredo, então, revoga esta condição para alguns municípios. Quando, então, a cidade de Volta Redonda elege seu primeiro prefeito, no período de redemocratização, Marino Clinger. Porém, é durante a grande greve em que foram vitimados pelo Exército Brasileiro três operários, 1988, que a cidade elege como prefeito um grande líder sindical e popular, Juarez Antunes. É nesse cenário de turbilhão político que localizamos o processo formativo e parte da atuação de nossa professora/sindicalista investigada.

É com uma convicção que Dodora define esse período de sua vida, “[...] sempre participei de alguma organização, sempre organizada”, ainda que reconhecendo os limites e contradições que a própria formação moral e religiosa pudesse lhe imputar.

Figura 7 - Década de 1980. Arquivo pessoal. Dodora em sala de aula - fotografia de Cláudia Ferreira para a exposição "Um dia na vida de uma professora".



1.2 Viver a escola como espaço democrático – a pioneira eleição de diretora de escola no Estado do Rio de Janeiro

Não parece possível a democracia sem as condições reais de sua efetivação. Isto é, a conversão da democracia como princípio pressupõe a participação como elemento primeiro.

Ângelo Ricardo e Pierre André

Ousar fazer gestão democrática na escola pública, ainda que o sistema político vigie, sufoque, puna. Foi dessa forma que Dodora se tornou a primeira diretora eleita na Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro, no ano de 1983.

Num tempo em que as indicações políticas ainda vigoravam com força, em especial porque se tratava de uma ditadura, mas também por conta da cultura política disseminada com o Chaguismo pelo Estado, se via, no entanto, os setores organizados que, enquanto resistiam ao autoritarismo, buscavam já construir o novo.

— A minha direção de escola de seis anos nunca foi descolada da minha militância. A escola funcionava e funcionava bem, era uma boa escola, era reconhecida, mas era tida também como a escola mais mobilizada. E nem por isso a função pedagógica da escola deixava a desejar.³⁰

Os caminhos para que Dodora chegasse até a referida experiência, como diretora eleita de uma escola pública, passaram antes pelas primeiras salas de aula, onde os desafios já se colocavam. Entre a angústia de se ver professora alfabetizadora em seu primeiro contrato na Escola Estadual Guanabara, ainda ao final da década de 1960, em substituição à colega experiente que se licenciava, e o fato de ter que lidar com gestões centralizadoras e autoritárias nas direções das escolas, se intensificava o desejo de participação e transformação que trazia no âmago de sua história de formação crítica e comunitária na esfera da Igreja.

Enquanto iniciava seu itinerário na profissão, mediante as relações que se estabeleciam no espaço ao qual deveria caber a produção do senso crítico, talvez já sentisse o que mais tarde afirmou “a escola, pra mim, nunca foi um lugar de exercício de formação da consciência democrática, a escola era o local de trabalho, que você ia, trabalhava ali, seguia as ordens, as normas, com naturalidade [...]”. Tanto em seu primeiro contrato como professora da Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro, quanto no primeiro contrato pela Prefeitura Municipal de Volta Redonda, na Escola Municipal Alcina de Macedo de Soares e Silva (escola de aplicação da Escola Normal da FEVRE), ambos entre 1968 e 1969, se percebeu em sistemas escolares que delimitavam as possibilidades de participação e construção democrática.

Em seus caminhos por ambas as Redes Públicas de Ensino, a municipal e a estadual, teve passagens pela Escola Municipal Alcina de Macedo Soares e Silva, como contratada, e pela Escola Municipal Pará, então concursada como professora de 4ª série no sistema de rodízio. Na primeira escola, que se tratava inicialmente de uma escola de aplicação da Escola Normal, percebeu relações respeitadas, embora sempre sob um modelo de gestão tradicional. Já na escola Pará, encontrou relações mais conflituosas, em circunstâncias de muita interferência

³⁰ Entrevista concedida em 04/06/2011.

política. Cabe ressaltar que o sistema municipal de ensino ainda encontrava-se em vias de normalização e organização, sobre o qual as decisões políticas ficavam, a princípio, a cargo de um departamento de educação da prefeitura. Enquanto a FEVRE, Fundação Educacional de Volta Redonda³¹, já existia como instituição, a Secretaria Municipal de Educação foi criada apenas alguns anos depois.

No âmbito das escolas estaduais, ingressou, primeiramente, na Escola Estadual Guanabara, como professora alfabetizadora, ainda contratada em 1967 (substituta da prof.^a Dirce Araújo), tendo passado depois à Escola Estadual Espírito Santo, através do concurso de 1968, onde permaneceu como alfabetizadora até por volta de 1976. Alguns anos depois foi direcionada à Escola Estadual Santos Dumont, então como professora dos anos finais (5^a a 8^a séries), onde ocupou também as funções de coordenadora de turno e diretora eleita. Nestas escolas vivenciou gestões mais autoritárias, mencionando inclusive procedimentos como controle de caderno de planos e um ambiente de extrema centralização de decisões e escassez de debates.

Nos interstícios entre sua atuação nas escolas, Dodora integrou equipes especiais dos setores pedagógicos da secretaria municipal de educação e do Núcleo de Educação e Cultura do Estado - NEC (hoje Regional do Médio-Paraíba), participando da elaboração da política educacional e de reestruturações curriculares, experiências que abordaremos mais adiante.

Com intuito de compreender melhor o cenário e as condições em que se deu a trajetória de Dodora na educação pública, inclusive esse fato emblemático de que se trata sua eleição pioneira para diretora de escola, vale reconstituir não só o período dessa virada entre jovem militante religiosa e professora engajada das Redes Públicas de Ensino, mas também os elementos sócio-históricos que caracterizam a educação nessas décadas sobre as quais efetuamos a pesquisa, a saber, as décadas de 1970, 1980 e 1990. Recuperando, ainda que brevemente, um pouco do histórico da educação em âmbito nacional.

Para tanto, pensar o contexto da educação brasileira, seus descaminhos e trajetória fundadora, requer compreender o cenário político-educacional no qual se instituíram sistema

³¹ “As primeiras ideias relacionadas à criação da FEVRE surgiram a partir da Deliberação nº 864 de 24 de agosto de 1967 que determinou a reestruturação do Ensino Médio e o estabelecimento de um Ensino Superior em nosso Município. Em face daquela Deliberação, enviou o Sr. Prefeito - Dr. Sávio de Almeida Gama - à ilustre Câmara de Vereadores, em 19 de março de 1968, a mensagem nº 06, de que se originou a Deliberação 919 de 29 de abril de 1968, que autorizou o Sr. Prefeito a criar, por Decreto, a Fundação Educacional, o que foi feito em 30 de abril, pelo Decreto nº 285 de 1968”. Histórico obtido através da página: <http://www.voltaredonda.rj.gov.br/fevre/index.php/a-fevre/2013-03-20-19-49-09>, acesso em 23 de maio de 2019.

de ensino e pensamento educacional, naquele que foi um período estratégico para a estruturação democrática dessas bases.

Compreendendo um processo que perpassou diversos momentos históricos do país, entre repúblicas e ditaduras, a educação pública brasileira foi se constituindo enquanto sistema e estrutura normatizada por entre manifestos e manifestações, disputas legislativas e mobilizações políticas e sindicais.

Desde o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)³², dentre outras cartas e manifestos³³, até a sistematização e normatização legal de suas bases, através das diversas Leis de Diretrizes e Bases³⁴, reformas, pareceres e resoluções de conselhos de educação e congressos temáticos, a sociedade brasileira viu surgirem, nesse campo, avanços e retrocessos. Inúmeras e descontínuas políticas estiveram em pauta, configurando disputas entre projetos educacionais mais elitistas e voltados aos interesses econômicos predominantes e projetos populares e emancipatórios, voltados à universalização e democratização do ensino na escola pública brasileira.

À ousadia de propor reformas de base para o país, precedida pelo embate para garantir dotação orçamentária para as escolas públicas na contramão das tentativas de perpetuar o desvio de verba pública para instituições privadas, os setores políticos conservadores e autoritários responderam com um Golpe civil-militar. O Golpe civil-militar de 1964 interrompera um processo de mobilização em defesa da escola pública, bem como de projeção de um novo modelo de universidade brasileira, como pontua Xavier (2017, p. 34).

Com base no diagnóstico de que a universidade brasileira passava por uma crise, fruto da manutenção de um modelo obsoleto de organização do ensino superior, considerado insuficiente para atender às necessidades nacionais, a UnB foi apresentada como modelo ideal de universidade, por buscar ser criadora de uma cultura nacional de base científica e formadora de mestres capazes de reformular e difundir a cultura nacional (RIBEIRO, 1970; 122).

Assim, ressaltando o contexto histórico entre o final da década de 1950 e primeira metade da década de 1960, pré-Golpe, onde se destaca a mobilização de intelectuais e docentes universitários pela democratização da educação e da sociedade brasileiras.

³² Manifesto lançado ao povo e ao governo em março de 1932. “O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, assinado por vinte e seis signatários, trouxe como marca fundante a intenção de se definir as bases e os princípios orientadores do projeto nacional de educação a partir da perspectiva escolanovista assumida pelo “grupo” dos pioneiros”. CAMARA, Sônia. (2003). In MAGALDI, Ana Maria e GONDRA, José G. (org.). A reorganização do campo educacional no Brasil manifestações, manifestos e manifestantes. Rio de Janeiro: 7letras, 2003.

³³ Manifestos e cartas históricos sobre a educação brasileira: de 1932, de 1948, de 1959, de 1986.

³⁴ Série das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN): Lei Nº 4.024/61; Lei Nº 5.540/68 (reforma universitária do Regime civil-militar); Lei Nº 5.692/71; Lei Nº 9.394/96.

Portanto, vinte e um longos anos se seguiram, nos quais medidas autoritárias e conservadoras, do ponto de vista do método e do conteúdo, provocaram uma outra formatação dos processos e relações nas escolas e instituições de ensino superior, como a dissolução das disciplinas História e Geografia em um só campo, Estudos Sociais, a fim de limitar esses espaços de debate e formação, a redução das séries iniciais do antigo primário para quatro, a fragmentação do projeto de reforma universitária acompanhada do cerceamento das ações do movimento estudantil, a implantação de um caráter profundamente tecnicista à educação básica, entre outras.

Logo, os vestígios deste período evidenciam como se produziu uma mentalidade autoritária e tecnocrata que repercutia não só no modo de pensar e se relacionar de grande parte da sociedade brasileira, como também nos itinerários formativos de professores e professoras que, em parte, ideologicamente alienados, representaram uma geração expropriada de seu direito à participação e decisão política.

Segundo Luciano Martins, com o Ato Institucional nº 5 nasce a geração AI-5, se instalando a hegemonia de uma ideologia autoritária ao longo dos anos 1970, privando aquela geração, não apenas de seus direitos civis e políticos, mas o mais grave, alienando-os também da própria lógica dessa privação. Tudo somado, o que se revela é a negação de sujeitos e de cidadãos, espoliando a possibilidade de construção de uma memória coletiva, o que justifica a necessidade de analisar e escavar as marcas e os marcos de duas conjunturas políticas, a dos anos 1960 e a dos anos 1980, quando o processo de redemocratização se intensifica. (FARIA, 2011, p.35)

Considerando a análise de Lia Faria quanto à herança do período de exceção para cidadãos e cidadãs que estiveram sob a égide dos desmandos ditatoriais, incluindo-se nesta parcela o professorado em atuação e em formação, é possível vislumbrar um contexto deformador do sentido republicano, da perspectiva democrática que se almejava consolidar no período anterior ao Golpe de 1964.

Entretanto, a despeito de todo esse aparato ideológico repressor, as contradições expressas na análise desse período histórico ainda recente revelam as movimentações subterrâneas de uma consciência contra hegemônica, que influenciada pelo desejo democrático e sufocada pelos ditames autoritários, pelo aprofundamento da crise econômica e da precarização de salários e condições de trabalho e vida, tem como consequência a organização da resistência.

Desse modo, torna-se fundamental também caracterizar o lugar da política e da educação pública fluminenses nessa conjuntura, visto que nosso objetivo central passa pelo exame do percurso de uma professora, sindicalista, que atuou nesse recorte de tempo, em especial, de suas memórias relacionadas a tal contexto.

Numa breve retrospectiva, verificamos que, ainda no contexto do Estado de Exceção, o atual Estado do Rio de Janeiro passa pelo processo de fusão entre Estado da Guanabara e o antigo Estado do Rio de Janeiro. De forma que, ao desconsiderar elementos próprios do fazer político do “centro” e do interior, artificializa-se uma unificação, onde setores que representavam o mais emblemático atraso da política brasileira, também praticada em larga escala no Estado do Rio de Janeiro, saem fortalecidos ao expandirem e consolidarem sua lógica.

Trata-se de compreender como o perfil clientelista, fisiológico e coronelista da política brasileira ganhou contornos especiais na história do Estado Fluminense. Da expressão “chaguismo”, recuperamos o aprofundamento da prática da produção da política baseada na concessão de beneficiamentos e privilégios a setores resguardados como “currais eleitorais”, ou “feudos”, onde o voto dava-se por consideração e dívida política, num sistema de troca de favores e clientelismo.

Antônio de Pádua Chagas Freitas, jornalista, deputado e governador do Estado da Guanabara e do Estado do Rio de Janeiro ao longo da década de 1970 e início da década de 1980, cuja trajetória de vida sinaliza uma forte lógica de apadrinhamento e clientelismo na nomeação e contratação para diversos cargos políticos e administrativos, utilizou-se também de veículos da imprensa para fomentar sua perspectiva política, como os jornais A Notícia e O Dia.³⁵

Chagas Freitas atravessou esse período, tendo deixado seu primeiro mandato após a Fusão do Estado da Guanabara com o antigo Estado do Rio de Janeiro que, como analisado anteriormente, se deu num processo ocorrido de forma complexa e artificializada, visto que tais regiões guardavam diferenças culturais e políticas entre si. Entretanto, os chaguistas haviam conquistado larga estabilidade como maioria no MDB fluminense e suas práticas atingiam também a esfera da educação pública.

[...] uma simples matrícula na escola pública torna-se fator de barganha política, na medida em que a precariedade da ação governamental facilita e estimula o esquema de troca de favores. Tais práticas vieram cristalizar ainda mais a alta estabilidade da elite parlamentar chaguista, “o papel do político inserido no legislativo municipal ou estadual torna-se tanto mais visível e valorizado, quanto maior a lacuna da administração local em termos de prestação de serviços básicos à população” (Diniz, 1982, p.122). (FARIA, 2011, p. 32)

Sendo assim, ainda conforme evidências apontadas por Faria (2011), a lógica política chaguista ganhava espaço e se consolidava nas composições partidárias e negociatas governamentais, também utilizando-se da estrutura escolar pública e repercutindo nas relações

³⁵ Informações verificadas em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-de-padua-chagas-freitas>, acesso em 14/08/2018.

institucionais. Destacando-se, fundamentalmente, em alinhamento com os governos da Ditadura civil-militar.

E embora Chagas Freitas se mantivesse no governo do Estado do Rio de Janeiro apenas até a abertura para eleições diretas aos governos estaduais, sendo sucedido por Brizola nas eleições de 1982, seu empenho, e de seu séquito, por perpetuar e fortalecer tais relações fisiologistas na política perdura ecoando fortemente até os dias de hoje.

No âmbito municipal, embora seja necessário considerar que o histórico operário da região tenha proporcionado capacidade organizativa e mobilizadora à cidade, que também surgiu em função das demandas sociais e políticas das diversas camadas de uma população que existia em função da CSN, é imprescindível destacar que havia já, desde que se tratava de um distrito da cidade de Barra Mansa, uma classe política que estabelecia relações baseadas, predominantemente, na mesma lógica de beneficiamentos, troca de favores, poder econômico e relações de interesses privados, que se via em nível estadual.

Leonardo Ângelo da Silva nos reporta ao período de emancipação da cidade, por volta de 1954, alguns anos antes do ingresso de Dodora no magistério público

Discurso paternalista de prática populista que consideramos ter conseguido aglutinar a insatisfação popular com as demandas urbanas, dentre elas as melhorias exigidas pela classe trabalhadora. Não podemos olvidar que a luta pela autonomia municipal foi elo aglutinador de várias classes, motivadas pelas carências urbanas decorrente do abandono a que estavam condicionadas, principalmente a “cidade velha”. O ideal de um novo trabalhador se aglutinava ao de uma nova cidade e se a Getúlio coube a tarefa de forjar o primeiro, a Sávio Gama caberia o segundo que vinha embebido na expectativa de progresso e modernização. (SILVA, 2010, p.93)

Contudo, essa caracterização que evidencia um discurso paternalista e uma prática populista na ocasião da fundação da cidade, somando-se à equivalência de gestões no poder executivo municipal à época e em 1967 (na quais vemos a mesma figura política no cargo de prefeito, Sávio Gama), parece perdurar no período em questão. Excetuando-se o fato de que havia, então, o fechamento do regime com a Ditadura Civil-militar como agravante e que Sávio Gama, então liderança principal do PSD na região, neste momento integrava o MDB, a prática fisiológica de fazer política, incluindo as nomeações para direções das escolas, ainda se mantinha expressiva no final da década de 1960.

Sendo assim, é importante pontuar que Sávio Gama (MDB), prefeito de Volta Redonda no período em que Dodora ingressa na Rede de Ensino, bem como os demais prefeitos que se seguiram em mandatos (todos da ARENA) eleitos até 1977, reproduziram essa mesma linha de ação no que se refere a forma de provimento do cargo de diretor de escola, especialmente em se tratando de um período de regime de exceção. Como já situamos anteriormente a cidade se

torna Área de Segurança Nacional na década de 1970 e passa ter em suas administrações municipais interventores estaduais como prefeitos. Entre 1977 e 1985, os quatro prefeitos que se seguem serão, portanto, interventores nomeados pelo regime autoritário, mantendo a lógica da indicação política também nos cargos relativos à educação, como o de diretor ou diretora de escola.

Dodora pontua, desse modo, que na Rede Municipal de Ensino, até o início da década de 1990, não houve nenhum tipo de experiência democrática de escolha de diretores nas unidades municipais de ensino. Apenas nesta década, por iniciativa da secretária de educação em atendimento às reivindicações históricas, passou-se a realizar procedimento do tipo e, ainda assim, não era oficialmente reconhecido, tendo sido cerceado por lei municipal do vereador Zoinho, que viria a proibir o pleito. Na ocasião, Dodora encontrava-se como vereadora e também buscou articulações no legislativo, o que será abordado mais a frente nesta pesquisa.

Em contrapartida, a Rede Estadual de Educação havia vivido intensa mobilização de sua categoria, especialmente na greve de 1979, da qual Dodora participou como base, porém, já se aproximando da vanguarda e das funções que contribuiriam para a fundação do, então, CEP³⁶. Uma das pautas reivindicatórias desse processo de mobilização foi, justamente, a eleição de diretores para a escola pública, visto que pensar a democratização da gestão da escola pública se tratava de uma reivindicação histórica que se encontrava no bojo do processo de redemocratização do país, também pautada em outros movimentos docentes pelo Brasil adentro.

Tudo aconteceu entre 1982 e 1983, aproximadamente. Dodora, professora na Escola Estadual Santos Dumont desde a greve de 1979, quando foi devolvida da equipe pedagógica do Núcleo de Educação e Cultura do Médio Paraíba (setor administrativo da educação estadual, hoje Regional) através do “bilhete azul”, ao que tudo indica como retaliação por ter participado da greve, exercia então a função de coordenadora de um turno diurno. A escola tinha proporções gigantescas, contando por volta de 36 turmas, mais de 100 professores, em torno de 1.500 alunos aproximadamente, atendendo desde o primeiro ano primário até o segundo grau e funcionando em três turnos. A diretora da unidade, conhecida como professora Celinha, estabelecia boa relação com as equipes dos três turnos, porém não havia maior integração entre os mesmos.

O emblemático episódio que detonaria o processo democrático de escolha da nova direção ocorreu, exatamente, no turno da noite, que atendia a dezenas de trabalhadoras e

³⁶ A Sociedade Estadual dos Professores viria a se tornar CEP, Centro Estadual dos Professores a partir da greve de 1979.

trabalhadores que buscavam seguir ou recuperar o direito à escolarização e tinha uma coordenação de perfil mais severo, evidenciando não compreender a especificidade do público atendido. Segundo os relatos, um estudante dormiu em sala de aula e foi posto para fora, com truculência, por um disciplinário, com aval da coordenadora de turno. Tal fato provocou a revolta dos demais estudantes do turno, tendo gerado forte indignação, também, em estudantes e profissionais dos outros dois turnos e levado ao que ficou conhecido como uma “greve dos estudantes”. Parte dos profissionais do turno da noite se posicionou em apoio aos professores envolvidos, muitos outros profissionais dos turnos diurnos foram críticos ao acontecido e a direção de então ficou reticente quanto ao caso. A escola estava dividida. E assim permaneceu durante um período, até que, com a crise instalada, a diretora de então, professora Célia Azevedo, a quem Dodora considerava amiga, resolve renunciar. Em diálogo com o Núcleo de Educação e Cultura, considerando a reivindicação histórica do professorado organizado, se chegou à abertura do processo eleitoral como “solução” para um desfecho.

Cabe destacar que se tratava do primeiro Governo Brizola, cuja secretária estadual de educação era a professora Yara Vargas, sendo a diretora do NEC regional a professora Ethi Lustosa, substituídas a partir de um determinado período de 1983, respectivamente, pelas professoras Regina Alvarenga e Maria das Graças Ferreira Paiva (a Mariinha), havendo um nível de diálogo entre governo e entidade representativa dos professores e professoras que permitiu a oficialização do pleito e, posteriormente, a criação de uma comissão ampla de organização das eleições seguintes.

Dessa forma, o processo eleitoral para a escolha da nova Direção na Escola Estadual Santos Dumont foi realizado, com a compreensão de parte da comunidade escolar de que era necessário encontrar uma saída negociada para a situação e, também, por proposição e reivindicação do CEP/VR junto ao NEC. Contou com duas chapas inscritas, a “chapa da Dodora” e a “chapa do Mauro”, tendo sido vitoriosa a chapa que Dodora encabeçava. Ao final desse processo, segundo os relatos, a diretoria do Núcleo de Educação e Cultura do Estado, que expressava concordar e encampar a democratização da forma de provimento ao cargo, reconheceu sua legitimidade, empossando Dodora como a primeira diretora eleita daquela Rede de Ensino.

Figura 8 - Década de 1980. Arquivo pessoal. Posse de Dodora como diretora eleita da Escola Estadual Santos Dumont em uma de suas gestões.



Ante a importância de jogar luz sobre a história da democratização da educação brasileira, torna-se fundamental, então, levantar alguns questionamentos. Considerando que o sistema educacional brasileiro, no advento da República, se encontrava em processo de organização e normatização nos anos que precederam a ditadura, é possível localizar experiência democrática de provimento do cargo de direção de escola antes de 1964? Com a ocorrência do Golpe Civil-militar, ao longo dos vinte e um anos de silêncio, censura, vigilância e perseguição impediram processos democráticos no interior das instituições, incluindo a escola, mas já no início da redemocratização houve outras experiências de democratização da escolha de diretores nas escolas públicas? A eleição de Dodora, como diretora da Escola Estadual Santos Dumont, teria sido, deste modo, uma das primeiras ocorridas no Brasil (ainda antes da abertura do regime em 1985)?

Uma vez que já se somam inúmeros estudos sobre o desenrolar da democratização da gestão da educação no país, podemos observar que é a partir da década de 1980 que os estados, os municípios e o Distrito Federal elaboram leis específicas para normatizar o tema (SOUZA e PIRES, 2018), também verificamos que a gestão escolar brasileira tem sido orientada pelo princípio da gestão democrática, conforme preconizaram, mais tarde, a Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 9.394/1996 (CHAVES, NOVAES e GUEDES, 2018), assim como constatamos que no Estado do Rio de Janeiro, as eleições para o cargo de direção nas escolas públicas estaduais começaram a ocorrer em 1984 e foram interrompidas em 2003, na gestão da governadora Rosinha Garotinho, que propôs uma ação de inconstitucionalidade no Supremo sobre as leis estaduais que regiam o processo eleitoral para o provimento de tais cargos

(RODRIGUES, 2017). Paro (1996) contribui, ainda, para a compreensão dos primórdios desse processo

Embora algumas experiências localizadas remontem à década de 60, a reivindicação da escolha de diretores escolares por meio de processo eletivo, em âmbito nacional, é fenômeno que se inicia nos começos da década de 80, no contexto da redemocratização política do país. Em vários Estados, iniciam-se processos de eleição de diretores escolares na primeira metade dessa década, com a ascensão dos primeiros governadores estaduais eleitos, após a ditadura iniciada em 1964. (PARO, 1996, p. 377)

Tal qual apontado por essas análises, localizamos, no andamento da pesquisa, uma legislação pioneira aprovada no Estado do Paraná. A Lei 7961, conhecida como Lei Rubens Bueno, de novembro de 1984, identificada como a primeira normatização sobre a questão, a respeito do que se afirma que teriam ocorrido neste Estado as primeiras eleições de diretores de escola do Brasil. No entanto, conforme evidenciam os relatos, ainda que oficializada através de acordo com a Secretaria Estadual de Educação, portanto, sendo anterior à legislação estadual elaborada no Estado do Rio de Janeiro, a eleição de Dodora para a Direção da Escola Estadual Santos Dumont, ocorrida entre 1982 e 1983, se coloca, talvez, como uma das primeiras experiências nesse campo. Conforme podemos verificar na reportagem de Bruno Alfano (2017), no Jornal Extra, que segue na imagem.

Figura 9 - 2017. Reportagem sobre a eleição de Dodora à Direção da Escola Santos Dumont em 1984.



Bruno Alfano

A professora Solange Jacob Whehaibe, também sindicalista e militante política em Volta Redonda naquele período e diretora adjunta de Dodora numa das gestões posteriores, relembra o episódio e pontua que o processo pode ter ocorrido meses antes

— O ‘pessoal de cima’, vamos falar assim, sempre tem muito medo de tudo, né, não tem a coragem do enfrentamento. Então, se não pode fazer eleição, não vai fazer eleição [...] Eu me lembro, como eu casei em 84, e deve ter sido em 83 mesmo, eu e Terezinha Viana sentamos na minha casa e fizemos o regulamento da eleição [...] disso aí eu tenho muita clareza, muita lembrança, porque eu lembro da mesa, sabe, dos livros abertos sobre a mesa. Eu lembro de tudo [...] ³⁷

Após a experiência pioneira, realizada na Escola Estadual Santos Dumont, como dito, houve a aposentadoria concomitante de outras dezesseis diretoras de escola indicadas, o que abriu possibilidade para que o CEP endossasse a reivindicação da pauta histórica da escolha democrática para o cargo e conquistasse, através da ação coletiva organizada, a realização do pleito em todas as dezesseis escolas. Jussara Ferreira Nunes dos Reis, professora aposentada e também militante à época, compartilha suas memórias

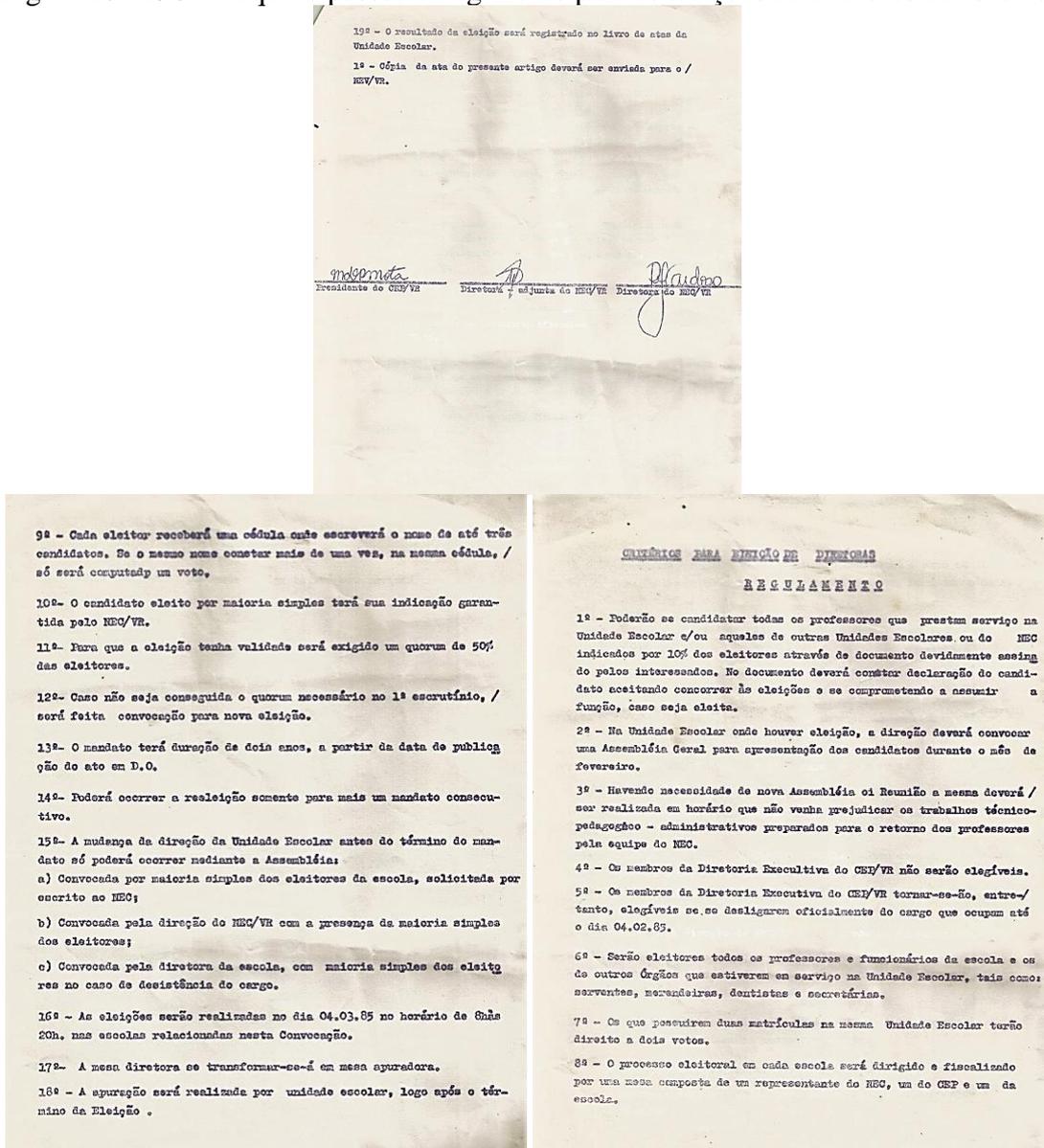
— Lá no Espírito Santo, a eleição da Eliana já aconteceu dentro do processo. Já como um processo já formalizado pela secretaria de educação, não foi uma rebelião. De fato no Santos Dumont teve, de fato teve, não tenho muito claro como aconteceu, mas teve, aconteceu.³⁸

As professoras Solange e Terezinha, lideranças do CEP – Volta Redonda juntamente com Dodora na ocasião, elaboraram o documento que seria a base para a regulamentação da eleição à direção a ser apresentado pelo SEPE à Secretaria de Educação. Basearam-se em outras referências de documentos pesquisados e, posteriormente, verificaram que não só o Estado acatou o referido regimento, anteriormente no processo eleitoral que elegeu Dodora, mas de outras dezesseis diretoras por vacância/aposentadoria algum tempo depois, mas também o município, anos após as eleições do Estado, apresentou documento idêntico para as primeiras eleições de diretores das escolas municipais, segundo o relato da professora Solange.

³⁷ Entrevista concedida em julho de 2018.

³⁸ Entrevista concedida em julho de 2018.

Figura 10 - 1984. Arquivo pessoal. Regimento para as eleições de diretores de escolas.



Na página 3, se lê a assinatura de Dodora Mota, como presidente do CEP/VR, das respectivas diretora adjunta e diretora do MEC/VR.

Conforme as imagens anteriores, correspondentes ao regulamento que define critérios para a eleição de diretoras na Rede Estadual de Educação, no município de Volta Redonda, essa eleição teria ocorrido em março de 1985. Embora o documento não possua data, podemos deduzir que ele tenha sido formalizado entre final de 1984 e início de 1985, período posterior aos relatos que apontam ao primeiro processo eleitoral, que elegeu Dodora. O regimento é assinado, ao final, por Dodora, enquanto presidente do CEP/VR, o que sugere que a mesma esteve por um período acumulando a função de diretora de escola e presidente da entidade sindical.

Na ocasião, a luta sindical docente organizada, especialmente a partir da greve de 1979, com a reivindicação das eleições para o provimento do cargo de diretor de escola, mas também

com a atuação coletiva firme e a postura propositiva (no sentido de elaborar e propor, intervindo nas políticas públicas) de sua diretoria e vanguarda, proporcionou a conquista, ainda que parcial, de tal reivindicação histórica. Ressalta-se, porém, que, segundo os relatos, havia uma disponibilidade para o diálogo e negociação por parte de setores do NEC e da Secretaria Estadual de Educação do governo Brizola, embora algumas falas apontem que havia também alguma resistência. O que localiza o cenário de redemocratização, impulsionado por disputas internas aos próprios setores que participavam como protagonistas desse momento histórico, evidenciando a importância da atuação de Dodora e das demais diretoras do CEP/VR para a garantia da democratização dos processos de decisão nas escolas. Inclusive, matéria do jornal Opção de novembro de 1983, veículo local da época, expõe o protagonismo do núcleo do CEP do Sul do Estado, quando cita o regulamento eleitoral elaborado pelas lideranças de Volta Redonda, a ser apresentado pelo CEP/RJ em negociações com o governador Leonel Brizola.

Figura 11 - 1983 - Acervo do jornal A Voz da Cidade. Jornal local Opção noticiando mobilização dos docentes em prol das eleições para diretores de escola.

cidade
Professores querem eleger diretoras

Os professores do Sul do Estado vão propor eleição direta para as diretoras de escolas no Governo Leonel Brizola, durante o I Encontro Estadual de Educação, que se encerra hoje, em Mendes. A proposta foi lida no encontro que os professores fizeram no último fim-de-semana, em Resende, que teve a participação do CEP.

O regulamento já elaborado, e que será submetido ao governador, prevê que as diretoras sejam eleitas por voto secreto por professores em escolas, localidades, alunos e pais de 15 anos (um representante por série e turma), funcionários da escola e por pais de alunos. O mandato previsto é de 3 anos, mas o diretor eleito pode ser destituído de cargo mediante assembleia com dois terços do colégio eleitoral.

O regulamento foi elaborado pelo núcleo voltarense do CEP (Centro Estadual dos Professores) e sofreu algumas alterações nas mãos do chefe do CIB (Centro Regional de Educação), Inácio de Paula, e da chefe do VR (Núcleo de Educação), Margareta Alvarenga. São 13 artigos, em três idiomas, que sugerem normas para o processo de votação e apuração.

Pelo regulamento, só poderá ser eleito diretor de escola o professor que tiver um mínimo de 3 anos de experiência de classe e que pertencer no quadro das convocadas pelo Núcleo de Educação e encaminhadas por uma comissão composta de representantes do CIB, do NE e do CEP.

O documento deverá ser recebido hoje, sábado, em Mendes pelo governador Leonel Brizola e pela secretaria Estadual de Educação, Yara Vazquez. Já no dia 4 a proposta vai um manifesto do CEP, por eleições diretas nos colégios do Estado.

— A escola pública brasileira — diz o manifesto do ensino, pela centralização das decisões, pela falta de participação dos professores nas suas entidades representativas, pela burocratização administrativa e etc. A democratização do ensino é o caminho para a solução dos problemas principais da Educação pública de novo país. Através de mais escolas, de um ensino votado para a realidade social, da participação dos pais e da comunidade, da participação da comunidade nas decisões sobre a escola, conseguiremos caminhar neste objetivo.

Por isso — prosegue — acreditamos que as eleições livres, diretas e descentralizadas para o cargo de direção escolar, serão o primeiro passo, para a direção administrativa da comunidade e regularizar a participação da comunidade e regularizar a direção administrativa da escola. O CEP reivindica, para e alunos das escolas públicas municipais e estaduais, como semente da democratização do ensino.

O Sul do Estado será representado no Encontro de Mendes pela professora Marlene Fernandes, de Volta Redonda. Além da reivindicação de eleições diretas, ela vai apresentar um trabalho crítico sobre a situação da Educação no Estado do Rio de Janeiro, em outras palavras, o trabalho feito das vezes destinadas a esta área: "Contradições", à medida em que aumenta a entrada da classe popular na escola pública, diminui a verba para o setor de Educação".

O documento critica o autoritarismo nas escolas e "a tutela do Estado e dos partidos políticos nas questões educacionais; o problema da clientela"; Fala de todos os problemas levantados nas escolas estaduais da região, "onde professor-educador é transformado em tarefa, num simples executor de decisões emanadas de cima".

Distribuído em todos os centros regionais pelo CEP do Rio de Janeiro, um outro documento avança a situação salarial dos professores do Estado, não deixará de ter repercussão em Mendes. Ele mostra que em dezembro de 1979 o professor IV (até então ganhava o equivalente a 3 salários e o professor I o mínimo de mais de 4 salários. Hoje, menos de 2 e menos de 3 salários-mínimos regionais.

Para resgatar todas estas diferenças, o CEP propõe um aumento salarial de 18% ao professorado do Estado. Ele avalia a evolução comparativa de outros aumentos: em três anos os salários dos professores aumentaram 37%, com a taxa de inflação de 46%, 99% da taxa de inflação, 68% do telefone e 1.500% das contas de luz.

A situação no Paulo Mendes

Os alunos do Colégio Paulo Mendes se rebelaram na noite de terça-feira, dia 22. Os incidentes se deu porque a entidade mantenedora — o Círculo de Trabalhadores Cristãos de Volta Redonda — não paga os professores há quase três meses. Naquela noite, houve uma ameaça de greve no colégio, quando os professores em represália contra a direção do CTC-VR não liberaram as notas.

Em apoio aos professores, os alunos passaram a pressionar o presidente da entidade, Osvaldo Lívio Costa, com ameaça de greve. Depois de dois dias de duas horas de distúrbios Osvaldo foi de mais na direção do Círculo, desafiando a sua candidatura restrito no posto de assessor, assinando um termo com os professores, no qual garante que em uma semana colocará em dia o pagamento dos docentes e dos funcionários.

No ato seguinte Osvaldo determinou que a chapa revedora nas eleições de amanhã (4 de Junho) de Avila, já que é o único concorrente — seja imediatamente empossada, transferindo assim para si mesmo o compromisso que ele assumira, minutos antes.

BONUS GUARUJÁ

assine Opção em disco

AGORA SIM! ESTE DESCONTO É PRA VALER! NA COMPRA DE UM FILME, VOCE GANHA UM DESCONTO DE 10% NA REVELAÇÃO.

E REVELANDO SEU FILME, VOCE TEM DIREITO A 10% DE DESCONTO NA COMPRA DE OUTRO FILME.

A ARTE EM FOTOGRAFAR

AVIA CARLOS CHAGAS (207) N.º 434

SÃO LUCAS - VOLTA REDONDA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA

DECRETO Nº 1.635

EMENTA: Fixa novos valores para as tarifas dos transportes coletivos urbanos.

O Prefeito Municipal de Volta Redonda, usando as atribuições que lhe confere o artigo 101 - I, § XXI, da Lei Complementar Estadual nº 01/73 e tendo em vista as Resoluções nº 78/81/79 e 148/80, do Conselho Interministerial de Preços e

CONSIDERANDO a solicitação do Sindicato de C asse das Empresas Permutacionistas do transporte coletivo de Município;

CONSIDERANDO a variação de preços do óleo diesel, insumo essencial, material de conservação, peças, acessórios e outros;

CONSIDERANDO que cumpre à Administração Municipal manter o justo equilíbrio dos interesses dos permutacionistas com os da população urbana dos coletivos municipais, dos e outros atingidos pelas conseqüências elevadas de preços e custos que se verificam em todos os setores de atividades do país;

CONSIDERANDO que o Governo Estadual baixou a Portaria DTC-DO nº 234/83 de 11-11-83 fixando novos valores para os serviços de transportes rodoviários intermunicipais.

DECRETA:

Artigo 1º — É concedido a partir de 00:00 hora do dia 24 de novembro de 1983, um reajuste das tarifas dos transportes coletivos urbanos do Município.

Artigo 2º — Em consequência do reajuste previsto no artigo anterior as novas tarifas obedecerão aos valores abaixo:

sem desconto Cr\$ 110,00
com desconto Cr\$ 55,00

Artigo 3º — O reajuste de que trata o presente Decreto é considerado como antecipado a ser compensado no próximo aumento de tarifas que será concedido na época oportuna.

Artigo 4º — As empresas permutacionistas dos transportes coletivos urbanos deverão fixar no interior de seus veículos, de forma bem visível, a partir da data da publicação deste Decreto, o aviso correspondente às novas tarifas aqui estabelecidas, no qual deverá ficar claramente expressos os novos valores, a data e hora do início de sua vigência.

Artigo 5º — Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Volta Redonda, 22 de novembro de 1983 — 22º de Fundação da Cidade.

BENEVENUTO DOS SANTOS NETTO
Prefeito Municipal

JESSE DE HOLLANDA CORDEIRO
Secretário Municipal de Governo

JOSE MAURICIO MACHADO MARINHO
Sec. Municipal de Obras e Serviços Públicos

DECRETO Nº 1.630

EMENTA: Fixa nova tarifa para ingresso no Jardim Zoológico Municipal.

O Prefeito Municipal de Volta Redonda, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 101 I, IX, XXII e 113 — 1 — letra "f", da Lei Complementar Estadual nº 01/73,

DECRETA:

Artigo 1º — A tarifa para ingresso no Jardim Zoológico Municipal passa a ser de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), por pessoa.

PARÁGRAFO ÚNICO — Os menores até 5 (cinco) anos incompletos não pagam ingresso.

Artigo 2º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, mantidas as demais disposições do Decreto nº 1.508, de 18 de maio de 1983.

Volta Redonda, 11 de novembro de 1983 — 22º de Fundação da Cidade.

BENEVENUTO DOS SANTOS NETTO
Prefeito Municipal

JESSE DE HOLLANDA CORDEIRO
Secretário Municipal de Governo

JOSE MAURICIO MACHADO MARINHO
Sec. Municipal de Obras e Serviços Públicos

Quanto às respostas para as questões postas anteriormente, a necessidade de encontrar outros vestígios que nos assegurem maiores informações a respeito deste processo se faz premente. A falta de cultura de organização e preservação da memória e dos arquivos escolares nos prejudica nesse sentido. A busca por essas evidências concretas, na forma de documentos impressos, em arquivos pessoais, escolares e mesmo da Regional e Inspeção do Estado foi um processo difícil, demonstrando ora alheamento, ora certo desprezo pelo registro e guarda da história da Educação Fluminense. Portanto, tal circunstância não nos permitiu, ainda, chegar próximo a essas pistas materiais.

Se é verdade que o historiador inventa as suas fontes, “construindo-as” em articulação com o objecto de estudo e inserindo-as nas realidades históricas (e educativas, no caso que aqui nos interessa) em que foram produzidas e utilizadas, no caso dos arquivos escolares estamos perante fontes de informação tradicionalmente consagradas (os documentos de arquivo), embora também tradicionalmente consideradas menores no campo da história e, por isso, secundarizadas (pela sua condição de serem escolares e, em consequência, revelarem os processos educativos). (MOGARRO, 2005, p. 78)

Maria João Mogarro, pesquisadora portuguesa sobre arquivos escolares, nos sinaliza um processo de secundarização que ainda ocorre, aparentemente em larga escala, nas escolas e unidades administrativas vinculadas à educação. Documentos materiais e registros diversos sofrem, provavelmente, uma sistemática ação de eliminação indiscriminada, evidenciando a precária cultura de arquivo e memória que ainda predomina na Educação Brasileira. Embora o arquivo pessoal de Dodora tenha farto material referente à sua trajetória nos diversos âmbitos da vida, bem como dos movimentos e instituições pelos quais passou, por algum motivo os registros impressos relativos a esses materiais não foram localizados. Sobre esse tipo de arquivo, Angela de Castro Gomes (2017) nos convida a lembrar de que “O arquivo pessoal, ele mesmo, é um lugar de memória e um testemunho de vida do titular”, por isso tanto expressa uma lógica sobre sua organização, seleção e classificação, quanto está sujeito a lapsos de tempo e irregularidades na sistematização desse processo.

No entanto, até mesmo nos arquivos institucionais da unidade escolar e da atual Regional do Estado (incluindo-se o setor da Inspeção) a reação de alguns dos servidores responsáveis era de desconhecimento ou surpresa sobre o fato, ou mesmo sobre a existência de possíveis arquivos da década de 1980, sendo recorrente a resposta negativa, de que não havia nada que pudesse ser pesquisado naqueles setores.

Ainda assim, com base nas fontes orais, através das entrevistas com Dodora e algumas outras professoras atuantes no contexto, assim como contando com outras evidências observadas na literatura específica e na imprensa, é possível avançar na reflexão provocada pelos questionamentos pontuados há pouco e apostar na hipótese de que a eleição direta para diretora de escola que elegeu Dodora está entre as primeiras do Brasil.

Sobre seu período de gestão, inclusive, que inicialmente foi de aproximadamente dois anos, aos quais seguiram-se mais duas gestões de dois anos, Dodora relata

— O primeiro ano foi um ano difícilimo, de desgaste, a gente querendo fazer tudo aquilo que a gente discutia no CEP, de democracia, né, de gestão democrática [...] mas o primeiro ano foi um desastre, foi uma loucura. No final do ano a gente fez uma avaliação, numa assembleia da escola, e a posição dos professores na assembleia foi assim: vamos seguir a escola com aqueles que vêm junto, quem não quiser a gente não vai mais com essa coisa de democracia, de tudo ficar fazendo assembleia [...] eu falo que foi o período que eu mais aprendi sobre democracia [...] Começamos, então, o ano de 84 com um projeto discutido com a maioria da escola que queria, de fato, levar um projeto democrático pra escola e não aquele projeto divisionista [...] e foi uma das melhores experiências que eu já tive na minha vida enquanto educadora.³⁹

Ao detalhar como teria sido o início de sua gestão, Dodora pontua sobre a dificuldade de superação do distanciamento e dissonância entre os turnos diurno e noturno, principalmente após o fato gerador das manifestações dos alunos e posterior processo eleitoral. Nesse ínterim, reflete sobre a experiência de buscar uma gestão democratizada, a partir do que se pensava e pleiteava no âmbito das lutas sindicais docentes, mas certamente, também, partindo de seu histórico de participação e formação na Igreja Católica progressista. Encontrava-se, dessa forma, diante de um contexto complexo, com o compromisso de experimentar práticas democratizantes, no entanto, ao longo desse primeiro ano, não percebia a superação dos limites já postos, buscando coletivamente aprender novos caminhos democráticos que permitissem avanços. Esses caminhos, ao que descreve em sua fala, foram caracterizados pelas tomadas de decisão a partir da participação da maioria, mantendo o ambiente de debate e divergências, porém não mais levando as polêmicas e discordâncias ao esgotamento na busca pelo consenso.

A importância que a comunidade dá à escola — enquanto local onde atuam interesses e motivações contraditórias — faz dela um espaço político. A escola é um espaço social importante e para ela convergem, naturalmente, os interesses de disputa pelo poder. Esta questão tem de ser melhor trabalhada e não ignorada pelos educadores e dirigentes educacionais. A imagem da escola isolada numa redoma, o trabalho nela exercido como sacerdócio, longe das ideologias e das disputas políticas, nos parece ultrapassada. Neste espaço político, podemos exercer e aprender a prática democrática, que requer a convivência com diferenças, disputas, oposições, filiações político-partidárias, motivações e interesses. (ZABOT, 1995, p. 695)

Ao buscar promover debates e assembleias, espaços coletivos de reflexão e decisão, como método para encaminhamentos, resolução de polêmicas e conflitos, a gestão de Dodora reconhece a escola como espaço político e, já na década de 1980, em pleno processo de redemocratização, possibilita o exercício mais radicalizado de uma prática democrática, como diz Zabot (1995). Expressa um nível de consciência e formação que admite, portanto, a função de diretora de escola como função política, em acordo com o que coloca Paro (2011) “se se considera o caráter político (educativo) de sua função, tem-se que admitir que sua habilidade

³⁹ Entrevista concedida ao LER/UERJ no ano de 2018.

política é adquirida no *exercício mesmo* da política”. Entretanto, ao efetivar esse exercício democrático, depara-se com as inúmeras dificuldades oriundas deste convívio coletivo onde as diferenças, interesses e posições políticas se colocam, optando por objetivar esse processo a partir das decisões por maioria.

Dessa forma, ao refletir sobre esse período, Dodora coloca sobre a importância de construir um projeto de escola, com uma concepção clara, engajado ativamente nas lutas e processos reivindicatórios que abrangem a educação pública. Cita o fato de muitas das diretoras de escola eleitas, posteriormente, na Rede Estadual de Educação, atuarem como vanguarda no movimento sindical, inclusive aderindo às greves realizadas na época. E, sobre desenvolvimento do trabalho na escola, ressalta que se tornou uma das escolas mais mobilizadas e acrescenta

— A escola se tornou uma escola, assim, simplesmente maravilhosa [...] que era muito coletiva. E os alunos, até hoje, quando me encontram na rua eles lembram, eu fico emocionada [...] a gente fazia *dancing days* no sábado, os professores dançavam junto, a gente fazia excursão, a gente fazia debate, né, os professores organizavam debates também com os alunos [...] e era uma escola que tinha um excelente resultado, né, da aprendizagem.⁴⁰

A conquista desse processo eleitoral para a direção da Escola Estadual Santos Dumont, além de ter sido pioneira no Estado do Rio de Janeiro, foi resultado do acúmulo de lutas que o movimento docente, em sintonia com as pressões pela redemocratização do país, protagonizou. Por consequência, a experiência democratizante na gestão escolar passa a ter, então, um grande peso no trajeto formativo de Dodora, que vinha de um histórico de atuação na Igreja, na perspectiva das Cebs e da Teologia da Libertação, tendo atravessado vivências enquanto base, depois vanguarda, organizada do movimento docente e da greve de 1979.

1.3 Para além dos muros da escola: intervir nas políticas

Afinal, identidade não se faz em linha reta. O percurso profissional deriva de opções, escolhas, mudanças de rumo. Passa por metamorfoses.

Ana Chrystina Mignot

Entre o exercício da docência em sala de aula e a experiência como diretora de escola, Dodora se viu militante sindical e integrante das equipes pedagógicas das redes municipais e estaduais de educação.

⁴⁰ Dodora em entrevista concedida ao LER/UERJ no ano de 2018.

Um percurso profissional que apresentou idas e vindas a algumas dessas instâncias, preservando, no entanto, de modo contínuo, o vínculo com o sindicato, como espaço legítimo de organização da categoria em luta por direitos e por melhores condições de trabalho. Ora como diretoria, ora como apoio.

No âmbito das secretarias de educação, Dodora compôs a primeira equipe pedagógica da Prefeitura Municipal de Volta Redonda, na ocasião da criação da Secretaria Municipal de Educação, antes Departamento Pedagógico. Enquanto no Estado, no Núcleo de Educação e Cultura (NEC), fez parte da histórica equipe do Laboratório de Currículos, compondo uma instância de debate e formação fundamental no respectivo período da educação estadual.

— Na rede municipal de educação eu fui da Escola de Aplicação, depois eu fui pra Escola Pará, trabalhava com 4ª série, era rodízio, eu, Iracema e Cecília, cada uma pegava uma matéria... Depois desse trabalho na Escola Pará é que eu fui pra equipe pedagógica e fiquei muito tempo nesse trabalho. No Estado eu tive um contrato no Guanabara, depois fui efetiva pra Escola Espírito Santo, trabalhei até 75/76 na Escola Espírito Santo [...] eu fui trabalhar também na equipe de implementação da proposta pedagógica do Laboratório de Currículo nas escolas estaduais e aí eu fui para a Coordenadoria Regional, que nessa época era dirigida pela professora Valdéia.⁴¹

Logo, ao longo de sua trajetória após seu ingresso no magistério, Dodora esteve professora da alfabetização, das séries primárias, do ginásio e do segundo grau, além de ter atuado como diretora eleita de escola e membro das equipes pedagógicas do município e do Estado e, ainda, ter integrado a vanguarda que esteve à frente dos primeiros anos de fundação do SEPE/VR, conforme indica a folha de informação de seu processo de aposentadoria do município. No documento é possível perceber, de uma forma geral, a movimentação entre atividade como regente de classe, coordenações, períodos cedida pelo município para atuação no Estado (incluindo a direção da Escola Estadual Santos Dumont) e no SEPE. Além dele, verificamos também a Portaria que designou Dodora como coordenadora da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em 1983, havendo certa inconsistência entre os dois, acredita-se que por algum possível erro no processo de aposentadoria.

Considerando toda essa movimentação na vida profissional e, conseqüentemente, nos espaços de representação política relacionados a ela, nos colocamos algumas reflexões: Por quais vias Dodora alçava às funções ocupadas no nível administrativo central? Conciliando dimensões de atuação aparentemente contraditórias, como secretarias de governo e sindicato, de que forma Dodora compreendia sua participação nesses espaços? Como se dava a opção por uma prática crítica e comprometida com a

Figura 16 1983. Portaria que designa Dodora para a função de coordenadora da SME.

⁴¹ Entrevista concedida em 04/06/2011.

democracia e a transformação social, em funções vinculadas ao governo ainda nos anos finais da Ditadura Civil-militar?

Figura 12 - 1996. Folha de informação sobre a vida funcional de Dodora, parte do processo de aposentadoria da Rede Municipal de Educação.

PROCESSO		FOLHA	RUBRICA
NÚMERO	EXERCÍCIO		
1993	96	06	

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA
FOLHA DE INFORMAÇÃO

À Senhora Secretária

A Secretária Municipal de Educação informa que a Professora MARIA DAS DORES PEREIRA MOTA, matrícula 108.367, regime Estatutário, admitida em 03.03.69, exerceu as seguintes funções:

- 03.03.69 a 31.12.70 Reg. de Classe E.M. Alcino M. Soares
- 01.01.71 a 12.11.73 Reg. de Classe E.M. Para
- 13.11.73 a 14.12.73 Coordenadora E.M. Paraíba
- 15.12.73 a 31.05.81 Coordenadora DE/SME
- 01.06.81 a 10.05.82 LSV DE/SME
- 11.05.82 a 30.05.82 L.Médica DE/SME
- 01.06.82 a 31.01.84 Reg. de Classe E.M. João Paulo I DE/SME
- 01.02.84 a 19.05.85 Componente-SC DE/SME
- 20.05.85 a 23.09.85 Reg. de Classe E.M. Mato Grosso
- 24.09.85 a 28.02.86 Componente-SC DE/SME
- 01.03.86 a 31.12.87 Coordenadora Disposição do SEPE
- 01.01.88 a 31.12.88 Coordenadora Disposição do NEC
- 01.01.89 a 25.03.90 Coordenadora Disposição do SEPE
- 26.03.90 a 31.01.91 Aux.Secretaria E.M. Jesus Menino
- 01.02.92 a 31.12.92 Reg. de Classe E.M. Jesus Menino
- 01.01.93 a 10.10.96 Licença Para Mandato Eletivo Municipal (Vereança)-Sem remuneração
- 11.10.96 até a presente data Licença Prêmio DGA/SME

Paulo César de Silva
CRP - SP/SE
VAL. 07748

Ao DE/MOTA
com as informações do Sr. Paulo César de Silva

AC:
com as informações.
23/10/96.

Figura 13 - 1983. Portaria que designa Dodora para a função de coordenadora da SME.

Volta Redonda - RJ
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PORTARIA-P-19/02/83 - SME

EMENTA: Designa a profa. Maria das Dores Pereira Mota para a função de Coordenadora, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

O Secretário Municipal de Educação e Cultura, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Designar, a contar de 01/07/83, a profa. Maria das Dores Pereira Mota, para exercer a função de Coordenadora, da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, atribuindo-lhe Gratificação de Nível de Direção - Símbolo GND-8.

Volta Redonda, 01 de julho de 1983.
- 289 da Fundação da Cidade

Alcino
Prof. Alcino de Oliveira
Secretário Municipal de Educação

Conforme já pontuado anteriormente, a precariedade dos arquivos da educação pública, bem como a falta de cultura de preservação da memória escolar, é algo fortemente presente na realidade dos sistemas educacionais brasileiros. Portanto, é importante destacar que, assim como nas esferas da Rede Estadual de Educação, também no que se refere ao histórico de criação da Secretaria Municipal de Educação e de sua primeira equipe pedagógica, da qual Dodora fez parte, não foi possível localizar nenhuma documentação arquivada no respectivo órgão. Mais uma vez, a informação obtida nestes setores, no processo de pesquisa, é de que não há arquivos da época que contenham qualquer referência aos fatos.

Embora a escassez de fontes impressas a respeito do período abordado torne mais complexa a busca pela compreensão do desenrolar deste itinerário, os relatos orais coletados e algumas outras evidências ganham centralidade para sua elucidação.

Destacando-se em sua atuação como professora, ao mesmo tempo em que exercia, ainda, função de liderança na Igreja progressista, Dodora ingressou nas respectivas equipes pedagógicas por convite feito à ela e a outros profissionais das redes de ensino.

Na Rede Estadual de Educação, ainda em fins da década de 1970, no contexto do Governo Faria Lima, até sua participação na greve de 1979, o que acarretou seu desligamento da equipe vinculada à SEEC, antiga Secretaria Estadual de Educação e Cultura, no episódio do “bilhete azul”, já relatado neste capítulo. Tendo retornado a esta instância alguns anos depois. Já na Rede Municipal de Educação de Volta Redonda, ingressou na equipe por volta do início da década de 1970, período em que a cidade alternou a governança entre prefeitos afiliados à ARENA e, a partir de um determinado momento após se encontrar classificada como Área de Segurança Nacional (1973-1985), governantes que eram interventores estaduais nomeados.

No que tange ao seu período de composição da equipe pedagógica da Rede Estadual de Educação, é importante destacar que, nesse primeiro momento, Dodora fez parte do grupo que implementava o Laboratório de Currículos, projeto implantando na gestão da professora Myrthes Wenzel, portanto, se faz necessário caracterizar o contexto político em que isso se deu. Tendo em vista a conjuntura de Ditadura Civil-militar, caminhando já para um período de reabertura política, e a fusão que dissolveu o Estado da Guanabara e criou o Estado do Rio de Janeiro, observamos a contribuição de Faria e Lobo (2005)

É digno de nota, então, conferir atenção à situação em que se encontrava o ensino de 1º grau, de modo a recuperar alguns dos efeitos causados pelas determinações da lei nº 5692/71, para o governo que se instalava, delimitando as ações executadas para atender às novas exigências. O processo de organização do sistema estadual de ensino vai se defrontar, por um lado, com a exigência de escolaridade obrigatória prolongada até aos 14 anos- medida que exige a reorganização da estrutura educacional, e, por outro lado, pelo desafio da expansão das matrículas que introduzem no universo

escolar cada vez mais alunos procedentes de diferentes camadas sociais. A realidade que se apresenta para a nova unidade federativa é desoladora: altos índices de evasão escolar (81%), repetência nas séries iniciais (30%), déficit de 8 mil professores, 320 mil crianças sem escola, inadequação da formação do professor, inadaptação dos métodos e programas de ensino para atender à nova clientela escolar (Faria e Lobo, 2000). [...] Desta forma, pode-se afirmar que o governo, que assumiu em 15/03/1975 se propôs a realizar a tarefa de formar um sistema de ensino estadual com o conjunto dos elementos encontrados, pertencentes aos dois modelos de ensino, tendo, porém, como referência o sistema escolar da nova capital (antigo estado da Guanabara). (FARIA e LOBO, 2005, p. 106)

Dessa forma, é possível perceber o processo de transição e mudanças intensas pelo qual passa o Estado do Rio, contando com um quadro complexo na realidade da escola pública fluminense. O fato de Dodora ter relatado seus primeiros anos de magistério na educação estadual em turmas multisseriadas e com rodízio vai ao encontro dessa caracterização.

O projeto do Laboratório de Currículos tem, então, o propósito de encontrar soluções para dar conta dos desafios conjunturais da educação, subsidiando o Estado através de uma perspectiva de pesquisa e de dados que possibilitassem um mapeamento da realidade estadual nesse quesito, assim como garantir uma nova proposta curricular e a respectiva formação de professoras e professores que teriam como atribuição lidar com essas demandas.

Assim, para solucionar esses problemas e prover a democratização da instituição escolar, entendida não somente em termos quantitativos, mas sobretudo, no sentido de reduzir as desigualdades sociais no atendimento escolar, a Secretaria Estadual de Educação e Cultura cria o Laboratório de Currículos, órgão responsável pela pesquisa, formulação e implementação de propostas de renovação pedagógica e de política educacional. [...] Foi pautada na experiência brasileira de pesquisas em cidades-laboratório que a Secretaria Estadual de Educação e Cultura buscou inspiração para gerar o modelo do Laboratório de Currículos. De fato, a concepção de um espaço social destinado ao estudo experimental ou à aplicação dos conhecimentos científicos com objetivo prático aparece na década de cinquenta, no programa das cidades-laboratório desenvolvido pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, órgão criado no INEP durante a gestão Anísio Teixeira. (FARIA e LOBO, 2005, p. 2)

No entanto, embora não lembre com precisão das datas, compreendendo-se que é próprio da memória individual a existência de lacunas a serem compensadas pelo emaranhado de tantas outras memórias e vestígios concretos e, como nos auxilia Pollak, “Em função da experiência de uma pessoa, de sua inscrição na vida pública, as datas da vida privada e da vida pública vão ser ora assimiladas, ora estritamente separadas, ora vão faltar no relato” (1992), é com uma avaliação positiva que Dodora descreve o período em que esteve integrando o Laboratório de Currículos

— Nas escolas estaduais, ou no Estado, vamos dizer assim, era o projeto de Laboratório de Currículos, criado pela professora Myrthes Wenzel. Foi um projeto muito interessante, que renovava a forma de ensinar, tinha uns livros, que eram também bastante interessantes e a gente discutia, estudava e discutia esse conteúdo com os professores no Estado [...] era muito mais estudar todo o projeto, que o próprio nome diz, era Laboratório de Currículos, embora fosse uma proposta avançada, uma

proposta interessante, não foi construída com debate nas escolas, de baixo pra cima, era um setor da secretaria de educação que sentou e elaborou todo aquele programa, com livros, com atividades, e que era implementado.⁴²

Uma vez integrando a equipe formadora ou multiplicadora, regional, do Estado, Dodora exercia o papel que já vinha desempenhando em diversos espaços sociais no correr de sua trajetória, que se traduzia no modo como ela mesma enxergava que deveria ser sua atuação como agente transformador, mobilizando para o pensar crítico e comprometido com a mudança. Embora a proposta do Laboratório de Currículos envolvesse “uma ação combinada, incluindo professores em exercício na rede estadual e os que estavam em processo de formação nas Escolas Normais e Institutos de Educação” (FARIA e LOBO, 2005, p. 7) para treinamento, elaboração de diagnósticos e trabalho pedagógico formativo, ela já imprimia no cerne de sua atuação um ímpeto organizativo que vislumbrava um projeto de sociedade. Não à toa, diante da histórica greve do magistério de 1979 aderiu plenamente ao movimento, o que lhe ocasionou o desligamento posterior da equipe pedagógica do NEC.

Quanto aos livros a que ela se referia, tratava-se do material editado e impresso exclusivamente para a implementação do projeto. Uma série de livros-síntese contendo a proposta de reformulação curricular para pré-escola, 1º/2º grau e outras temáticas específicas, baseados na epistemologia genética de Jean Piaget, que tinham como objetivo “fornecer aos educadores do Estado princípios e subsídios capazes de renovar a escola e o desempenho do sistema” (WENZEL, 1976, p.10). Tendo sido, porém, objeto de controvérsia quando da utilização por parte do professorado, que teria encontrado dificuldades para apropriar-se das perspectivas teóricas tal qual apresentadas ali. O que, em partes, foi utilizado como justificativa para a desfiguração do projeto, pelo governo seguinte, na gestão do Secretário Estadual de Educação Arnaldo Niskier (Governo Chagas Freitas), que cunhou uma linha mais orientada por concepções tecnicistas da educação.

⁴² Entrevista concedida em 04/06/2011.

Figura 14 - 1975. Capa de material utilizado pela equipe pedagógica do Estado, com identificação de Dodora como membro da coordenação.

Dodora - 1975

Serviço de Orientação Pedagógica

Núcleo:

Plano de Ensino
1ª Série - 1975

Unidade Escolar: *Coordenação*
Professora: *Maria das Flores Leiva Mota*

1.ª PARTE		PERÍODO PREPARATÓRIO	
OBJETIVO INTEGRADOR	OBJETIVO DA MATÉRIA	EVIDÊNCIAS	ATIVIDADES
Integrar-se no ambiente escolar.	<p>O Aluno deverá:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Comunicar-se com colegas, professores e demais membros da escola desenvolvendo livremente a atividade de linguagem. - Familiarizar-se com a nova situação, estabelecendo relações entre a escola e a família. - Situar-se no tempo e no espaço em função de suas novas vivências no ambiente escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Demonstra que conhece a escola e os colegas: Chama os colegas pelo nome, dirige-se a professores e funcionários para dar recados, pedir informações. - Participa de atividades em que ouve e: <ul style="list-style-type: none"> • relata experiências e fatos observados. • expressa espontaneamente, por meio de sons, gestos, formas e cores, e ambiente, as pessoas e as coisas que rodeiam. - Participa de jogos cantados e falados. - Observa, identifica as atividades dos membros da família e da escola. - Conclui que há semelhanças nas atribuições dos elementos destas instituições. - Sabe dizer se mora longe ou perto da escola, vai sozinho às diversas dependências de colégio, identifica atividades realizadas antes, durante e depois do recreio ou merenda. 	<ul style="list-style-type: none"> - Participar de conversas: <ul style="list-style-type: none"> • ocasionais • dentro do planejamento - Fazer excursões: <ul style="list-style-type: none"> • às dependências da escola • ao redor da escola - Relatar experiências vividas e acontecimentos de seu interesse na hora da novidades. - Participar de dramatizações, pantomimas, teatro de sombras. - Desenhar espontaneamente. - Cantar canções diversas. - Ouvir discos. - Recitar quadrinhas já conhecidas. - Comentar estórias ouvidas. - Observar as atividades dos membros da família e das pessoas que trabalham na escola. Compará-las e dizer suas conclusões. - Desenhar. <ul style="list-style-type: none"> • os membros da família. • as atribuições dos membros da família.

Figura 15 - Idem. Página interna em cujo conteúdo consta o nome da equipe organizadora, incluindo o de Dodora.

I UNIDADE

Encontrando novos amigos.

EQUIPE ORGANIZADORA:

Orientadora Municipal: *Maria da Conceição Resende*

Assistentes de Orientação:

- Eliane Maria Curvello Vieira*
- Lesir Inês Corrêa de Mesquita*
- Maria Aparecida Paraíso Alves*
- Maria Carmen Araújo Villela*
- Maria das Dores Pereira Mota*
- Nely Aparecida Monteiro Paschoeto*
- Nívia de Oliveira Martins*
- Regina Lucia Sitta Subett*

EVIDÊNCIAS			ATIVIDADES		
1 - Integração Social	2 - Comunicação e Expressão	3 - Iniciação a Ciências	1 - Integração Social	2 - Comunicação e Expressão	3 - Iniciação a Ciências
<ul style="list-style-type: none"> - Reconhece: <ul style="list-style-type: none"> • uma escola, a diretora e outros membros da escola. - Reconhece os sistemas e faz sistema com 2 sons. (v.d.l.u) - Reconhece a primeira palavra do método adotado. - Ouve com interesse e aprecia música e pequenas poesias. - Analisa os princípios de organização da escola, histórias a cumprir, rotina de trabalhos e reuniões. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhece: <ul style="list-style-type: none"> • os sons (v.d.l.u) e faz sistema com 2 sons. - Inicia o desenvolvimento das habilidades ortográficas. - Reconhece os sistemas e faz sistema com 2 sons. (v.d.l.u) ou a primeira palavra do método adotado. - Ouve com interesse e aprecia música e pequenas poesias. - associa a ortografia à leitura e às demais atividades. - Reconhece as sílabas (p.g. 11) ou a segunda palavra do método adotado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Observa, compara e organiza conjuntos de alunos, de objetos da sala de aula. - Identifica conjuntos que têm mais elementos ou a mesma quantidade de elementos. - Identifica a relação um a um. 	<ul style="list-style-type: none"> - Trocar idéias com as crianças sobre as dependências da escola, a diretora e outros membros da escola. - citar todas as dependências da escola, observando a localização de sua sala em relação a outras. - ouvir e participar de comentários sobre escolas maiores ou menores que a sua. - Imaginar histórias sobre a escola, contribuindo com a criação com uma parte. - Desenhando cenas da história que imaginou. - Fazer a linha de tempo das atividades diárias na escola. - Analisar situações como: Você ficou muito ou pouco tempo na escola? Você vive a escola de manhã ou à tarde. 	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação das vogais através de histórias, músicas e dramatizações. - Quem sabe o som? (pag. 68) - Exercício de escritas: <ul style="list-style-type: none"> 1º - movimentos no ar 2º - movimentos na cartolina com os dedos. 3º - movimentos com lápis no papel. - Chamar crianças à frente para apresentar sons ou palavras pedidas. - Colocar cartazes em cima de objetos da sala que comecem com som ou fonemas pedidos. - Cantar em coro canções de rotina segundo o ritmo e a finalidade. Memórias versinhos. - Relacionar no quadro ou em folhas mimeografadas usando desenhos e palavras. - Pintar figuras para locução de palavras. Adjetivos a que vai aparecer (pag. 10 do manual de Paul) 	<ul style="list-style-type: none"> - Introduzir idéias de conjuntos explorando situações de classe: alunos, lápis, cadernos, cartazes, etc. - Chamar os alunos a frente para formar um conjunto com os mesmos, cercar o conjunto com barulho ou grito. - Aproveitar para explicar que cada aluno é um elemento de conjunto. - Separação de conjuntos que tenham mesma quantidade. - Quantidade diferente. - Comparação de conjuntos pela correspondência de seus elementos. - Observação: ao ensinar cada numeral deverá ser dado: composição, decomposição, para e impares, ímpares, pares, sucessão e decréscimo e as famílias.

Por conseguinte, ao abordar sua passagem pela equipe pedagógica da Rede Municipal de Educação, a primeira da história da prefeitura de Volta Redonda visto que a Secretaria Municipal de Educação havia sido recém-criada, Dodora nota que se tratava de um período de universalização do ensino público no Brasil. Observou a expansão, visível à época, das vagas referentes ao nível de 5ª a 8ª séries, onde professores e professoras que já atuavam na Rede, possuindo formação específica, foram aproveitados. E relata um potencial maior de interação com as professoras e professores, numa perspectiva mais livre e democrática de atuação

— Foram também momentos de muito aprendizado, né, e como a gente vivia na, vivia um momento de debate muito intenso da Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire, e nós tínhamos total liberdade pra trabalhar, nós usamos muito isso, a equipe [...] a organização do trabalho em si passou por diversas fases, uma hora era centralizado na Secretaria Municipal de Educação, outra hora era descentralizado, tendo uma unidade da FEVRE como centro [...] nós reuníamos os professores, discutíamos os textos do Paulo Freire, elaborávamos apostilas tendo como metodologia os ensinamentos do Paulo Freire pra passar pras escolas, pros professores. Reuníamos os professores em reciclagem, a gente tinha total liberdade e pra implementação de um pensamento pedagógico nas escolas municipais [...] Da prefeitura criou-se um grupo que foi estudar, que foi discutir com as escolas e construir uma metodologia, de baixo pra cima. Era diferente.⁴³

Agregando o sonho da construção de outra ordem das coisas à atuação profissional comprometida com essa transformação, Dodora exerce seu papel, em sintonia com a mobilização mais ampla da cidade com histórico de movimentos sociais e do país, cujas lutas confluíam para a derrubada do regime autoritário e a abertura de um processo de redemocratização. O que, talvez, tenha favorecido um clima de trabalho mais crítico e democrático no âmbito municipal, embora a cidade fosse classificada como Área de Segurança Nacional e intensamente vigiada pelos comandos militares. A propósito, Dodora não identificou ações de perseguição política e repressão, mais incisivas, diretamente sobre os profissionais de educação e as escolas. Sem desconsiderar a perseguição, prisão, tortura e assassinato de outros militantes de vanguarda, de movimentos organizados, ou pessoas independentes mas com atuação crítica e ligada à Igreja e, até mesmo, de soldados como possível “queima de arquivo”, as memórias relacionadas às escolas e movimentação de profissionais da educação neste período denotam vigilância e certo controle, mas não destacam intervenções de maior gravidade e frequência.

Ainda sobre esse aspecto, o episódio mais emblemático ocorrido com Dodora se deu na Escola Municipal Alcina de Macedo de Soares e Silva, primeira escola da prefeitura onde trabalhou, cujo prédio também abrigava o setor administrativo da FEVRE, que tinha como presidente o Coronel Pragana. Ela relata, então, que ao ser questionada por seu aluno Emílio a respeito do imperialismo americano, procurou dar uma resposta cuidadosa e percebeu, ao sair da sala de aula, que o Coronel Pragana acabava de descer as escadas, dirigindo à ela um olhar inquisitório. A partir do que, Dodora supõe que as salas possuíam algum tipo de escuta, sendo a vigilância muito próxima e permanente.

Embora o contexto político não favorecesse essa atuação mais crítica e contundente, a conjuntura já se encaminhava para a reabertura do regime, e Dodora relembra o trabalho na equipe pedagógica municipal, onde se referenciavam em Paulo Freire, mas também em Rosiska

⁴³ Entrevista concedida em 04/06/2011.

Darcy de Oliveira (com Miguel Darcy de Oliveira e Cláudius Ceccon), com *A vida na escola e a escola da vida*, como em Antônio Leal, com *Fala Maria Favela*, dentre outros, promovendo a reflexão coletiva sobre um projeto de escola, e sua função social, compreendendo e apregoando que não pode estar descolado de um projeto de sociedade. Contribuindo, desse modo, para a politização dos debates em questão.

Assim, buscando experimentar também, em sua própria prática, o exercício da práxis, numa reflexão contínua entre teoria e prática, quando tece seus caminhos inspirando-se naquilo mesmo que Paulo Freire ensinava, enquanto aprendia com homens e mulheres do povo

A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica na negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim também na negação do mundo como uma realidade ausente dos homens (FREIRE, 1987, p. 40)

E, ainda que estivesse numa condição de profissional nomeada pelo governo, considerando a contradição inerente ao exercício de função comissionada, mantinha alguma atuação e independente, impulsionada pela sua organização na Igreja, espaço de maior radicalidade nas ações. Tal evidência é percebida ao notarmos, inclusive na ficha funcional de seu processo de aposentadoria do município, que, entre períodos de coordenadora na SME, havia também intervalos em que estava licenciada para dedicar-se à organização do SEPE/VR.

Ao realizar esse movimento de reflexão sobre a própria trajetória profissional, Dodora se vê desafiada a pensar sobre o impacto e a contribuição de sua atuação e pondera, deixando transparecer sua concepção de educadora, cuja visão de mundo se assume explícita e o consequente compromisso ético-político é praticado cotidianamente, independentemente do local e da função que se ocupa

— A minha contribuição na época em que eu exerci o papel de coordenador pedagógico foi a minha maior contribuição, porque eu conseguia fazer uma ponte entre a atividade sindical e a atividade pedagógica, então, não era uma coisa descolada da outra. Se tinha greve, a greve era discutida lá nas reuniões com as representações de escola das quais eu coordenava, que eu acho que era a coisa mais importante, né, você não descolava a sua função de educadora, a função educadora da função militante. Isso ajudava, isso dava segurança pra categoria vir pra luta. Não era só eu, claro, eram muitas de nós. Todas nós fazíamos isso.

2 SINDICALISTA: A DOCÊNCIA ENGAJADA E A FORMAÇÃO DO SEPE/VR

Tal qual nos canta Chico, uma das preferências de nossa professora engajada, em sua emblemática “Apesar de você” – Como vai abafar / Nosso coro a cantar / Na sua frente – quando discorre sobre circunstâncias conjunturais em que a esperança numa virada democrática era vital e plural, os caminhos trilhados por Dodora levam, cada vez mais, a um projeto de vida onde a coletividade assume um espaço privilegiado.

Assim, ela mesma nos conta “porque a atividade política, sindical, partidária, não dava pra fazer tudo, então, eu optei mais por fazer o movimento político do que religioso”, demarcando um momento decisivo de sua trajetória, no qual o espaço de atuação comunitária se transfere, decisivamente, para o campo da militância sindical e da política partidária.

Embora, não sem novos desafios, também da ordem da condição de gênero, a partir do fato de que se encontrava no lugar de esposa e mãe de seus dois primeiros filhos, Demian e Érica, porém, sem ter enveredado por caminhos de formação especificamente feminista, ainda assim reafirmando o lugar da mulher que constrói, cotidianamente, sua emancipação.

Como afirma Perrot (2007, p. 151) “De todas as fronteiras, a da política foi, em todos os países, a mais difícil de transpor”, abordando a história das mulheres do ponto de vista de sua participação na política. E, quanto aos riscos para a vida privada e doméstica, afirma também,

Nesse sentido, a democracia representa uma potencialidade, a possibilidade de uma inclusão, uma promessa de universalidade. A lógica democrática termina por dissolver os grupos, inclusive a família, e diz respeito a todos os indivíduos: é preciso então ser reconhecido como tal. Era esse o problema das mulheres. (PERROT, 2007, p. 152)

Apesar de localizarmos o ingresso da atuação de Dodora, no universo sindical e político-partidário, no contexto histórico de fins da década de 1970 e início de 1980, período em que o movimento feminista apresenta ascenso e produção teórica considerável, no que fica conhecido como sua “segunda onda”⁴⁴, ainda é possível identificar as marcas profundas da sociedade patriarcal nos espaços de representação política e de organização das trabalhadoras e trabalhadores. Em especial, numa cidade operária de maioria de trabalhadores fabris masculinos.

Em que pese ser naquele momento, a profissão docente, composta por grande maioria de mulheres, decorrido seu processo de feminização, a conquista de posições de liderança,

⁴⁴ As “ondas feministas” correspondem a uma forma de periodicizar o movimento feminista a partir do século XIX e ao longo do século XX. A segunda onda se configura no período que inicia por volta da década de 1950 e segue até o final da década de 1980.

mesmo no espaço sindical, ainda se traduzia numa luta permanente. Importante ressaltar, inclusive, que talvez principal liderança do período inicial de constituição do CEP-RJ (1979), o representante mais público, primeiro presidente da instituição, foi um homem, o professor Godofredo da Silva Pinto.

No Primeiro Encontro Estadual de Professores, o professor Godofredo Pinto e seu grupo assumem a direção do movimento. Essa conquista deve-se a seu conhecimento dos problemas vividos pelos professores. Mesmo sendo tão-somente diretor de Assuntos Culturais da Sociedade, esse professor torna-se a principal figura do movimento e exerce forte influência sobre a categoria: alguns depoimentos avaliam sua liderança como carismática. Não percebi, seja nos documentos, seja por meio das entrevistas, qualquer articulação entre os diversos partidos políticos presentes no movimento, dando-lhe sustentação. Ao contrário, as forças políticas, a partir do encontro, parecem diminuir as suas relações diretas com o magistério, optando por disputar a influência sobre o professor Godofredo como forma de dar a linha para o movimento. (SOBREIRA, 2001, p. 136)

A respeito, Sobreira (2001) contribui com a análise dos primórdios organizativos da entidade representativa. Abarcando exatamente o período que compreende a transição entre essas duas décadas, momento em que a sociedade brasileira acompanha o desenrolar da reabertura do regime autoritário, trata do processo de articulação e recomposição entre entidades representativas do professorado no Estado do Rio de Janeiro. Inclusive, destaca, no contexto das divergências de concepção e atuação, que certo grupo considerado mais recuado e sem combatividade para travar as lutas foi mencionado “como sendo de velhas senhoras, velhas professoras, incapazes de conduzir a luta dos professores” (2001, p. 135). Deixando transparecer referências com possível conotação machista entre a própria classe.

Figura 16 - Acervo SEPE/RJ - 1º Encontro da SEP (1978), onde se observa maioria masculina na mesa.



Simultaneamente, em Volta Redonda, grande parte das professoras e professores das redes públicas de ensino, oriundos de formação religiosa e comunitária progressista, bem como inseridos numa realidade em que a cidade e as famílias se viam atravessadas pela tônica da luta de classes, em função do que representava a CSN desde a fundação do município, já encontravam-se mobilizados em lutas contra a carestia, pela anistia e redemocratização.

Dessa forma, à medida que contatos foram estabelecidos com representantes da luta docente, ainda que não oficiais, da capital do Estado, especialmente através de organizações políticas e movimentos que tinham atuação em Volta Redonda e na região, a categoria docente local ia construindo suas referências e, também, buscando se organizar enquanto classe para a efetivação da luta por direitos e por educação pública e democrática.

Desde estes primeiros agrupamentos, ao longo de toda a trajetória da luta sindical docente (e, posteriormente, também das funcionárias e funcionários de escola), a vanguarda e as principais lideranças da categoria na cidade foram mulheres. E, por mais que ainda não houvesse grande apelo para as chamadas lutas identitárias no âmbito local, os relatos de algumas dessas mulheres expressam certo incômodo e consciência da opressão de gênero dentro da luta de classes.

Marlene Fernandes, professora da Rede Estadual e uma das lideranças pioneiras do movimento à época, destaca esse aspecto ao recuperar os traços desse percurso em suas memórias

— No interior, por exemplo, no caso de Volta Redonda, em relação a homens e mulheres, eram lideranças todas mulheres, todas. [...] Agora, no Estado, eu acho que na direção central, aqui, muitos homens, tinham mulheres, mas maioria de homens, porque era o Godofredo, Ricardo, Ítalo Moriconi, Luciano, Maurício, Antônio [...] mas a faceta pública que aparecia [trecho inaudível] era masculina.⁴⁵

Por conseguinte, Marlene também pontua que não percebia a questão da desigualdade de gênero ser expressa na categoria, onde não era debatida naquele momento e avalia, inclusive, que considera a escola e a categoria docente um lugar ainda muito conservador. Acrescenta ainda que havia companheiras, lideranças, lésbicas na direção, como Eloá, em Volta Redonda, que acessam um campo da esquerda na capital através desse debate, apesar de parecer invisibilizado entre os profissionais da educação. Acompanhando a análise, Dodora relata

— [...] essa questão não era colocada, o machismo sempre correu solto e não tinha muito. Essas questões não eram colocadas, a não ser em pequenos grupos, eu me lembro de um encontro em Volta Redonda, de alguém que apanhou do marido [...] eu não participei [...] uma companheira do grupo. Mas esse movimento, em Volta Redonda, ficava muito em torno das donas de casa e da Igreja, que não avançava muito

⁴⁵ Entrevista concedida ao LER/UERJ no ano de 2018.

nessas questões [...] e na escola elas não apareciam, que eu me lembre, não. No CEP, a Hildézia fez o primeiro encontro de mulheres do CEP, foi em Paquetá com a Raquel Gutíe [sic], foi a primeira vez que eu participei de um debate sobre feminismo, né.⁴⁶

Sendo assim, proveniente da Igreja progressista que impulsionava à participação nos movimentos e lutas sociais, inserida num universo doméstico que lhe atribuía, também, a função da responsabilidade com reprodução social familiar, Dodora parece não ter tido oportunidades de se aprofundar na reflexão e formação referente à sua condição de gênero, em consonância com a maior parte da categoria profissional da qual se tornaria também liderança e referência.

É possível levantar questionamentos quanto a esse dado, considerando seu percurso formativo. Na medida em que sua formação religiosa, na perspectiva da Teologia da Libertação, e sua formação profissional, baseada na análise da realidade pela via da transformação social, lhe forneceram uma capacidade crítica e engajada para ser e estar no mundo, em que circunstâncias se forjaram os limites que delinearão a compreensão e atuação quanto às opressões de gênero tão presentes nessa categoria? Poderia a Igreja, como agente de formação central, ter sido, entretanto, influência determinante para a não incorporação consciente dessa temática latente?

Com o processo de feminização da profissão é impossível pensar a docência dissociada dos elementos que denotam a questão de gênero (LOURO, 2004), o que não se restringe ao ambiente escolar, mas se desdobra em seus espaços de organização e representação coletiva. Isso se coloca muito evidente nos relatos de Marlene e Dodora ao reconstituírem os fóruns, personagens e espaços de fundação do SEPE/RJ, onde percebem a predominância nítida das figuras masculinas, em contraposição a o município de Volta Redonda, cuja maioria absoluta era de lideranças femininas que, no entanto, não levantavam as bandeiras ou debates específicos da problemática da desigualdade de gênero, presente até mesmo no interior do espaço associativo.

Efetivamente é um outro sujeito social que se constitui. A professora sindicalizada, denominada de trabalhadora da educação, é representada pela mulher militante, disposta a ir às ruas lutar por melhores salários e melhores condições de trabalho. Ela deve ser capaz de parar suas aulas; gritar palavras de ordem em frente a palácios e sedes de governo; expor publicamente sua condição de assalariada, não mais de mãe, tia ou religiosa, e exigir o atendimento de seus reclamos. Face à discreta professorinha do início do século, o contraste parece evidente: são outros gestos, outra estética, outra ética. (LOURO, 2004, p. 474)

A reflexão de Louro (2004) nos traz a compreensão de que nessa fase de ascensão do associativismo docente no Brasil, período de igual efervescência de outros movimentos sociais e de luta pela redemocratização do país, rompe-se um perfil de professora que acarretava uma

⁴⁶ Idem.

alcunha à profissão desde a origem de sua feminização, no qual já não se admitia mais a devoção, submissão e caridade como critérios para exercer a profissão. Desse modo, ainda que não houvesse um debate explícito, sobre as questões de gênero, presente nas pautas da categoria, um novo padrão de identidade profissional se configurava no exercício mesmo da luta coletiva. Lembrando a máxima utilizada muitas vezes, como palavra de ordem, “quem luta, educa”, no movimento da práxis, entre a prática profissional, a organização coletiva por direitos e a reflexão crítica e democrática, as professoras que se encontravam na base do movimento, na vanguarda ou em funções de liderança, se deparavam com um caminho para a emancipação, mesmo que indiretamente, em diálogo com sua condição feminina.

Nesse ínterim, entre iniciar sua participação mais ativa como base do movimento, passar à vanguarda e se consolidar como liderança, Dodora cita Hildésia Medeiros como uma forte referência. Dentre outras companheiras que despontaram a partir da greve de 1979, seguida do movimento na Rede Municipal, e são mencionadas por ela como figuras importantes na dimensão da atuação sindical, estão Eloá Jane, Elvi Vasconcelos, Marlene Fernandes, e, ainda também contribuindo com o processo organizativo, Ilma, Débora Salles, Eloísa, Cleuzinha, Elda, Irmã Jurandir, Jussara, etc.

Ante tudo isso, por mais que as temáticas relacionadas à questão de gênero não fossem abordadas sistematicamente nos fóruns do cotidiano sindical, foi justamente com Hildésia que Dodora vivenciou seu primeiro contato com o debate feminista, como citado anteriormente, na ocasião do primeiro encontro de mulheres do CEP. E, mais tarde, também por iniciativa desta mesma companheira, junto à diretoria do sindicato e à fotógrafa Cláudia Ferreira, Dodora serve de modelo ao projeto que registra um dia na vida de uma professora, onde, enfim, os aspectos mais peculiares de suas jornadas duplas e triplas são desvelados por meio do registro fotográfico conjugado ao texto literário.

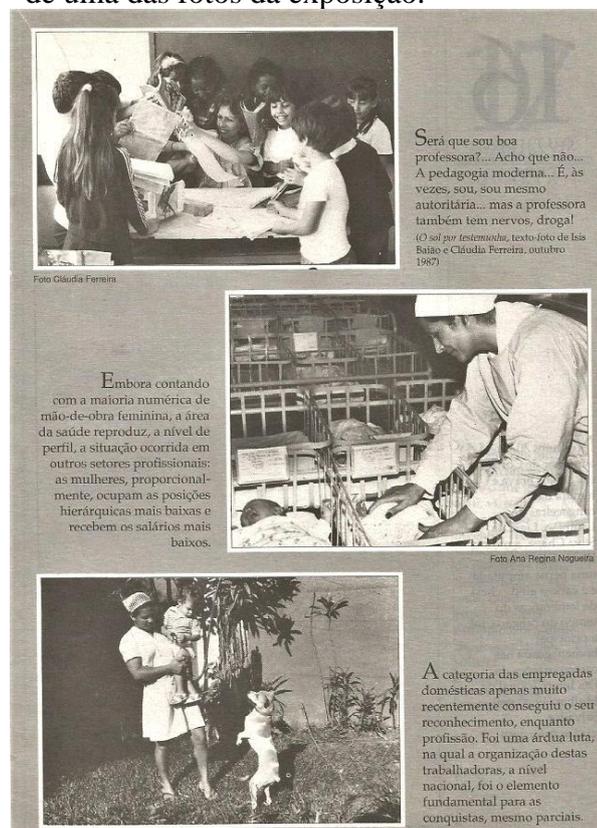
Sim, o sindicalismo significa alguma coisa para as mulheres, sendo mais acessível que a política porque é mais próximo de suas práticas e preocupações concretas, é algo que vai paralelo às suas vidas. Eu penso que elas deverão ocupar um lugar mais privilegiado no sindicalismo. (PERROT, 1996, p. 199)

Uma vez que Hildésia é identificada como uma liderança que fomentava iniciativas que faziam alusão às questões de gênero no interior da profissão, é possível inferir que seu papel na história do sindicato foi fundamental não só para a consolidação da entidade, entendendo a “concretude” desse espaço organizativo para a categoria amplamente feminina, como nos diz Perrot, mas também para que se viabilizassem espaços no correr da luta sindical para reflexões

mais aprofundadas e formação de consciência política, no que se refere à pertinência da luta feminista no interior da profissão.

Assim, um dos marcos da trajetória sindical de Dodora foi sua participação na bem humorada e crítica exposição “O sol por testemunha”, em outubro de 1987, com roteiro de Isis Baião e Cláudia Ferreira, coordenação de produção de Ana Maria Taborda, fotos de Cláudia Ferreira e textos de Isis Baião. Tendo, também, como elenco, além de Dodora, sua família, Schet (marido), Demian (primeiro filho), Érica (segunda filha) e Dimitri (terceiro filho), bem como Marlon, alunos e professores da Escola Estadual Santos Dumont.

Figura 17 - Agenda "Mulher" de 1990 - Projeto CACES. Na qual houve a publicação de uma das fotos da exposição.



2.1 As greves de 1979 e a luta contra a Ditadura Civil-militar

“Fui pra greve impulsionada pela Igreja”, lembra Dodora, para quem a primeira experiência grevista, ainda como base, se deu em 1979, na greve de março, organizada pela Sociedade Estadual dos Professores (SEP). Doze anos se passaram entre seu ingresso na profissão (1967) e a participação no movimento associativo de classe, mesmo porque, como destacado diversas vezes nas entrevistas, era um período de fechamento do regime político e

grande parte da resistência, em Volta Redonda, se dava por meio da organização da Igreja Católica progressista ou daqueles que compuseram os grupos clandestinos.

Conforme a contextualização já apontada algumas vezes, aquele era o período de enfrentamento final à Ditadura Civil-militar, onde as pressões pela abertura do regime se fortaleciam. Na ocasião, a atuação de Dodora se dava, especialmente, nas atividades de resistência motivadas no âmbito da Igreja. Ela chega a relatar participação em manifestações contra a carestia, pela anistia, apoio em ações como pichações, organizadas estrategicamente por setores da Igreja ou aliados que, mais tarde viriam saber, tinham participação em organizações clandestinas, como a ALN (já pontuado no primeiro capítulo da pesquisa).

Vale reconstituir um pouco do cenário político da época. Como analisa Xavier (2001)

No âmbito nacional, este recorte cronológico abarca um período de transição política, caracterizado pelo processo de distensão democrática inaugurada no Governo Geisel (1974 - 1979), prosseguindo durante o Governo João Batista Figueiredo (1979 - 1985) com a Anistia, a reforma partidária e a eleição com voto vinculado e direto para a Assembléia Legislativa, Câmara dos Deputados, Senado e Governo do Estado, a partir do pleito de 1982. A ampliação da participação popular também esteve associada ao processo de organização sindical de diversas categorias, entre estas o magistério. (XAVIER, 2001, p. 1)

Portanto, tratava-se de um período de conjunção de forças resistentes pela redemocratização do país, em que “Os atores coletivos e individuais [...] são, portanto, portadores de um conjunto de esperanças, de experiências e de realizações daquelas lutas” (SOBREIRA, 2001, p. 132), mas também, momento de reaglutinação do movimento sindical, impulsionado fortemente pela organização operária do ABC paulista⁴⁷, no qual despontaram uma série de greves e manifestações dentre as da categoria docente.

A própria Dodora, ao longo de seus depoimentos, cita a importância do movimento operário no ABC, a partir das históricas movimentações grevistas de 1978, para a trajetória histórica da cidade de Volta Redonda, também cidade operária marcada pelo ramo da metalurgia, conseqüentemente, para sua mobilização e de outras tantas companheiras e companheiros em movimentos sindicais e, posteriormente, partidários, como a criação do PT. Ressaltando-se que, a partir desse ano e ao longo de toda a década de 1980, o país viu concretizar-se um ciclo que somou em torno de 6593 greves (MATTOS, 1998, p.33).

Cabe, entretanto, pensar alguns outros antecedentes à greve de 1979, na Rede Estadual de Educação, que foram essenciais para esse processo de construção que ganhou fôlego e

⁴⁷ O ABC é uma região de São Paulo, de intensa produção industrial, especialmente na metalurgia, que compreende as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano e Diadema. Tornou-se referência em movimento operário, tendo desafiado o regime militar com fortes greves entre 1978 e 1980.

proporções de massa no referido ano. Em nível estadual, a insatisfação com baixos salários, desvalorização, falta de condições de trabalho e a imposição de um plano de cargos no governo Faria Lima já vinha canalizando crescentemente a indignação de um professorado que se sentia desprezado. A professora aposentada e ainda liderança do SEPE, Jussara Ferreira Nunes dos Reis, relembra “existia uma insatisfação muito grande [...] salarial, porque quem tava entrando no magistério e quem tava se aposentando, praticamente se aposentava com o mesmo salário. E só tinha o salário, mais nada, e era um salário muito baixo. Então, essa insatisfação existia”. Sobreira (2001) também pontua a questão salarial como central na pauta reivindicatória e no discurso das lideranças da SEP à época.

A propósito, dois anos antes, em 1977, com a criação da SEP, com as primeiras ações, a promoção de um encontro em 1978 num caminho que buscava a organização do movimento numa perspectiva mais combativa, o novo espaço de representação começou a calcar as bases. Embora, como evidenciam algumas pesquisas, ainda não houvesse efetivamente intervenção sistemática de base em grande parte dos locais de trabalho, inclusive não houve relato de contato mais sistemático desse movimento organizativo anterior com a categoria docente em Volta Redonda, a categoria teria visto na SEP a possibilidade de organização concreta da luta que emergia.

Por sua vez, em Volta Redonda, apesar de intensa mobilização nas lutas contra a ditadura, pela anistia, contra a carestia, da organização de associações de moradores, movimentos populares (posseiros, lavadeiras, etc.) e comunidades eclesiais de base combativas, os sindicatos existentes com base territorial local ou regional, como o sindicato da construção civil e o sindicato dos metalúrgicos, possuíam diretorias consideradas em alguns depoimentos como “pelegas” por não organizarem a necessária resistência. E o Sinpro⁴⁸ representava timidamente a categoria docente da rede privada de ensino. Ainda se aproximava o advento do que alguns definiram como Novo Sindicalismo⁴⁹.

Ainda assim, pouco tempo antes da ocorrência da primeira greve de 1979 (destaca-se que foram duas greves neste ano, em março e agosto), já se iniciava articulação de professoras e professores promovida por uma pequena vanguarda, para além da capital, para difusão das

⁴⁸ Sinpro, Sindicato dos Professores do Sul Fluminense, que atendia a toda região desde 1966.

⁴⁹ [...] o Novo Sindicalismo caracterizou-se pela tentativa de construção de um sindicalismo autônomo, combativo, que buscava novas formas de relacionamento com as bases e contra a legislação sindical corporativista. A diversidade das greves representou uma inovação importante na estratégia política, houve “greves com ocupação, greves ‘pipoca’, operações ‘padrão’, ‘vaca brava’ e ‘tartaruga’”⁸⁶. Esse conjunto de transformações da ação sindical teve o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo como epicentro e o sindicalista “autêntico” Luís Ignácio da Silva, o Lula, como grande expoente. (MIRANDA, 2011, p. 49)

informações, organização dos contatos e intervenções no sentido da construção do movimento. É o que podemos constatar nos relatos que seguem

— [...] a greve de 1979 como foi uma greve da Rede Estadual e que paralisou 100% de Volta Redonda é que trouxe à tona essa história, né, do movimento sindical na educação e no serviço público [...] Então, a partir da greve de 1979, a vanguarda que assumiu essa greve aqui, deu continuidade ao movimento grevista, organizando o CEP. Marlene Fernandes, Eloá, Ilma, Débora Salles [...] ⁵⁰

E ainda

— Essa greve de 1979, essa organização, ela primeiro ela se dá na casa de alguns professores, da Elvi Vasconcelos, da Emiliana Casagrande, que depois foi secretaria com seu marido, na rua São João... Então, ela é, em primeiro momento isso, articulado pela Eloá, por mim, Débora [...] Áureo Mendonça, que era professor de história. [trecho inaudível] uma representação por escola, é igual local de fábrica, representação no local de fábrica, era isso. A gente fazia reuniões pra fazer análise de conjuntura, aprendemos bonitinho a lição igual aqui no Rio, coisa que nunca nós tínhamos feito na vida. Fazia iniciar uma reunião com análise de conjuntura, nós elaborávamos nossa pauta, nós propúnhamos organização, encaminhamentos, dividíamos os grupos pra fazer tarefas de escolas que não pararam, piquete pra lá, piquete pra cá. Isso, havia uma organização, né. E representações por escola, a gente tinha as escolas, o conjunto das escolas públicas representadas nas nossas assembleias, nas nossas reuniões de discussão. Havia um grupo articulador, do qual eu fazia parte e as outras companheiras todas e companheiros [...] e uma outra coisa, a gente tinha mesmo em posições divergentes [...] palavra garantida pra todo mundo e depois votava o encaminhamento. ⁵¹

Dodora e Marlene, respectivamente, pontuam nos depoimentos um pouco do que viram e viveram exatamente naqueles meses. De posições diferentes, visto que a atuação de Dodora, neste momento, se restringia a ser base em aproximação inicial, enquanto Marlene já compunha a vanguarda que assumia tarefas organizativas fundamentais para a concretização da greve no interior, no caso, Volta Redonda e arredores.

A articulação cuidadosa que acontecia, clandestinamente, nas casas de companheiras nascia, também, a partir do contato que algumas delas já possuíam com pessoas ou organizações políticas na cidade do Rio de Janeiro. Como já citado, segundo o relato de Marlene, Elvi Vasconcelos estabelecia relações políticas com a capital motivada, igualmente, pela questão de gênero, e Eloá Jane integrava o MDB local. E assim se davam os contatos que, mediante a angústia e indignação geradas pela conjuntura na classe, se multiplicavam em favor da crescente mobilização pela greve.

A essa altura, o assunto já circulava, no boca a boca, nas escolas do interior. Como sinalizou Sobreira (2001) “Os jornais anunciam a possibilidade de greve. Não há outro assunto nas escolas. Nos municípios, os professores organizam-se para comparecer à assembleia [...]”.

⁵⁰ Dodora em entrevista concedida em 04/06/2011.

⁵¹ Marlene Fernandes em entrevista concedida ao LER/UERJ em 2018.

Jussara acrescenta “nós começamos a ouvir boatos, informações, que ia ter uma assembleia [...] nunca tinha participado [...] que no Rio já estava se discutindo greve, mas isso ainda era ditadura militar [...] e que ia ter uma assembleia aqui em Volta Redonda, lá no Clube Umuarama [...] aí todo mundo sentia aquela vontade das pessoas de irem [...]”.

Por mais que o regime autoritário já se encaminhasse para um desgaste extremo e possível reabertura política, ainda se tratava de um Estado de exceção, vide o fato de que na repressão à greve de agosto de 1979, professores e lideranças foram presos e a própria entidade cassada e impedida de funcionar institucionalmente, em ação repressiva conjunta do governo Chagas Freitas e da Ditadura Civil-militar. Portanto, quando as professoras entrevistadas relatam as táticas organizativas, ressaltam a transmissão de informação via oral, dentro e fora das escolas, as reuniões às escuras nas casas de algumas delas e, até mesmo, formas de levantar recursos para viabilizar a participação nas atividades centrais, na capital.

— Quando eu fui, eu fui com um grupo dessas pessoas conhecidas, desses professores conhecidos que eu já tinha, que era Eliana Oliveira, Teresa Lopes, que eu morei em república com ela, fomos juntos pra essa assembleia no Umuarama, foi uma assembleia cheia, sem divulgação, e falou que já tava marcada uma assembleia no Rio. A assembleia ia ser, me parece que dois depois que aconteceu essa assembleia aqui em Volta Redonda, e que iríamos alugar um ônibus pra ir pro Rio. Tava Débora Salles, essa Eloá, Marlene Fernandes [...] Elvi, que já tinham contato com as pessoas do Rio, elas já tinham um canal de contato com as pessoas do Rio [...] tinha reuniões na casa da Elvi, eu não cheguei a participar [...] falaram que nós iríamos pro Rio e que nós é que teríamos que alugar ônibus, nós é que iríamos pagar o ônibus. E, não sei como, a gente fazia, vendia coisa dentro do ônibus, complementava também com dinheiro nosso, só sei que a gente conseguia pagar ônibus.⁵²

Alguns relatos falam em 100% de adesão das escolas, outros em “quase 100%”, em Volta Redonda, o fato é que um grande grupo de professores conseguiu alugar transporte (se organizando também com “vaquinhas”), foi às assembleias no Rio, tendo votado majoritariamente a favor da greve, e se envolveu nas tarefas imediatamente necessárias. No ônibus mesmo, ao retornarem, dividiram as escolas da região (o que incluía outros municípios próximos) e foram orientadas para que, no dia seguinte à assembleia que decretou a greve, estivessem nessas mesmas escolas às sete horas da manhã a fim de informar e convencer outros colegas a aderirem. Segundo consta, as adesões foram quase que espontâneas e havia escolas que, de alguma forma, já haviam sido informadas e se organizado para parar. Não sem alguma resistência das diretoras, ainda indicadas pelo governo naquele momento, que chegavam a enviar funcionários às casas dos alunos avisando que haveria aula. E, até mesmo, de riscos de espionagem, como um determinado professor da Escola Técnica Pandiá Calógeras, que não era

⁵² Jussara Ferreira Nunes dos Reis em entrevista concedida em 28/07/2018.

da categoria, nem se envolvia ou se comunicava, mas comparecia a todas as idas às assembleias na capital.

A resistência através das formas de organização coletiva nas assembleias e piquetes, do encontro com seus pares, do enfrentamento às direções autoritárias de escolas e ao governo, bem como a possibilidade de denunciar, ainda que indiretamente, à sociedade a desvalorização do educador e da educação, gerava um estado de entusiasmo e de recuperação da autoestima profissional, expressado nas entrevistas. “Eu fiquei, assim, muito empolgada, né, com essa participação nesse movimento”, conta Jussara, endossando o que Sobreira analisa (2001)

Os dias que se seguem são de intensa adesão e com ações que deixam todos os participantes orgulhosos. Em cada escola, em cada município, em cada núcleo há um conjunto de histórias desse despertar, desse resgate de dignidade como seres humanos e como trabalhadores que os professores e as professoras no estado levaram a cabo. (SOBREIRA, 2001, p.140)

Dentre as lideranças que se destacaram na condução do movimento no Rio de Janeiro, de acordo com as entrevistadas, estava Godofredo Pinto, como a que mais sobressaía, Hildézia Medeiros, Ítalo Moriconi e Ricardo. E a cada ida ao Rio, em paralelo, a luta local também avançava, orientações e abordagens eram incorporadas nas práticas militantes que se forjavam no interior do Estado e o que parecia mobilização aparentemente dispersa inicialmente, “foi se transformando de movimento em entidade”, como reflete Dodora.

No entanto, é fundamental aprofundar a análise e realizar uma diferenciação quanto ao que se dava no município de Volta Redonda, com seu itinerário histórico muito singular de cidade operária e permanência de lutas populares sob a égide ou apoio da Igreja Católica progressista, mesmo nos anos de chumbo. Ao passo que a greve de março de 1979 estoura quase que espontaneamente em inúmeros municípios do Estado, em Volta Redonda, além de apresentar fortíssima adesão, também contava com amplo apoio da sociedade como um todo, em grande parte por conta do papel político exercido por D. Waldyr Calheiros, pelas comunidades eclesiais de base e por diversos movimentos populares, como as associações de moradores, que, apoiando e fortalecendo as iniciativas, acabavam atribuindo às lutas sociais específicas um caráter quase que “universal”, como afirma a própria Dodora: “o movimento aqui não era um movimento da categoria, mas um movimento da cidade...”.

Quanto ao apoio de D. Waldyr Calheiros à greve docente de 1979, é interessante destacar que o mesmo repercutiu com grande impacto, trazendo uma mensagem crítica, reflexiva e com nítido cunho de formação política, que se traduziu em carta ao movimento e foi notícia na imprensa do Rio de Janeiro. No periódico O Fluminense, de 27 de março de 1979,

inserida numa matéria de página inteira sobre a greve e as negociações envolvendo a SEP, surge uma nota intitulada “Bispo censura medo e exorta grevistas”, cujo texto revela esse apoio

O bispo da Diocese de Volta Redonda, Dom Waldyr Calheiros, expediu nota de apoio ao movimento dos professores, desejando “bom êxito” à classe, e observou que “não obstante a declaração de ilegalidade do movimento, vocês souberam distinguir o que é justo do que é legal e não se intimidaram”. Dom Waldyr Calheiros afirma em sua nota que “a única defesa que lhes resta é a greve. Essa não se faz sem a união de toda a classe. Sabemos que alguns têm medo. Não aderem. Desistiram. Entendemos. O medo é o desmoroamento da pessoa humana. É a arma que eles usam para dominar os fracos”.⁵³

Um fato que ajuda a exemplificar essa participação ampla e comprometida eticamente de variados setores da cidade, também confirmado por todas as entrevistadas, foi a greve dos operários da construção civil, deflagrada em outubro do mesmo ano. O que dizem é que, inspirados também pela greve da educação, cansados da exploração humilhante nos precários barracões de alojamentos e refeitórios, se insurgiram e buscaram ajuda com a vanguarda docente. Um episódio emblemático se deu quando no dia 15 de outubro, em celebração do Dia dos Professores numa das comunidades eclesiais de base da Igreja, operários entram pelo prédio adentro pedindo ajuda, pois a empresa (Odebrecht, na época) havia servido comida estragada aos trabalhadores que, revoltados, quebram o refeitório e iniciam uma rebelião. Dodora e Marlene citam o Gabriel, como um dos operários que foi recorrer ao movimento docente e à Igreja para auxiliar na conformação de uma greve, a greve dos “peões” que trabalhavam nas empreiteiras vinculadas à CSN.

— Era um movimento que envolvia as comunidades de base, envolvia os trabalhadores, envolvia a construção civil, envolvia todo mundo, então, esse protagonismo não era de, dessa ou daquela categoria, mas era esse combate, esse enfrentamento era de todos. [...] Ao mesmo tempo que nós estávamos na greve da construção civil, a construção civil tava na greve da educação.⁵⁴

Percebe-se, nitidamente, que a experiência da greve foi para essas mulheres, em diversos níveis, profundamente formadora de consciência política e, mesmo, de métodos coletivos de organização operária, que eram apropriados no convívio com as companheiras e companheiros do Rio de Janeiro. A greve de 1979 foi, para parte das professoras e professores de Volta Redonda, o primeiro contato com informações sobre os porões da ditadura, assim como o canal privilegiado para conhecer organizações e correntes políticas. Formou, ela mesma, uma militância imprescindível à construção do núcleo territorial do sindicato na cidade, bem como em outras cidades da região. Assim como, já potencializava as atuações dessas lideranças na

⁵³ Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/100439_11/64673

⁵⁴ Dodora, em entrevista concedida em 16/07/2018.

direção da conquista de gestões mais democráticas nas escolas e na construção de projetos partidários de esquerda (PT e PDT), pois, ao que se sabe, das professoras citadas como lideranças nesse momento, embora houvesse quem fosse área de influência do PCB, apenas Eloá Jane possuía vinculação a um partido, como já dito, o MDB.

Solange Wehaibe, também professora aposentada e ex-militante do SEPE, lembra-se de como se aproximou deste primeiro movimento de 1979 e destaca que Dodora, já neste momento, cumpriu um papel importante pra ela

— [...] eu trabalhava muito, dava aula manhã, tarde e noite, e quando teve a greve, eu não me lembro de ficar assim à frente, na primeira fila e tal, mas já participei. E em algum momento, não sei se foi 1978, 1979, a Dodora me chamou pra fazer parte da diretoria do CEP.⁵⁵

Embora Dodora tenha participado da greve ainda como base, sem funções de liderança, é possível observar que já foi se constituindo como referência para algumas pessoas. Ainda que estimemos que o convite que consta na citação possa ter sido feito a partir de 1980, visto que as duas se conheceram no exercício da profissão e da luta associativa, e que Dodora menciona, conforme já colocado, que o primeiro agrupamento de docentes que teve a iniciativa de organizar o movimento grevista de 1979 deu continuidade ao processo de fundação do CEP em Volta Redonda, foi a partir desta greve que a mesma passa a exercer mais ativamente uma militância nesse âmbito.

Importante reconstituir a trajetória de Dodora, na qual já se identificava como liderança em movimentos relacionados ao exercício da religião, na esfera da Igreja Católica progressista, primeiro em grupos de jovens e posteriormente em grupos de casais, espaço onde parte daquele professorado também atuava. Além disso, Dodora também fazia parte das equipes pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação e do Núcleo de Educação e Cultura, ambas situadas em Volta Redonda, correspondendo às Redes Municipal e Estadual de Educação respectivamente, o que já caracterizava um canal de contato amplo com a categoria nas escolas e permitia sua constituição enquanto referência, também, por outras vias.

A greve de 1979, por conseguinte, que se deu em dois momentos, março e agosto⁵⁶, possuiu uma adesão altíssima na cidade de Volta Redonda, se desdobrando em atividades como visitas às escolas, piquetes, reuniões e assembleias, gerando repercussão em toda a cidade, como já colocado. O movimento e a militância local, que ia se forjando ao longo dos meses, mantinham ligação permanente com a organização central na capital, cujas lideranças representavam inicialmente (em março) a SEP e, posteriormente (em agosto) o CEP, visto que

⁵⁵ Solange Jacob Wehaibe em entrevista concedida em 17/07/2018.

⁵⁶ No primeiro momento, a greve foi aprovada em assembleia de 11 de março e seguiu, com assinatura de ponto e comparecimento às escolas, até 24 de março. Em sua segunda etapa, em agosto, ocorreu sem assinatura de ponto e se estendeu por todo o mês, tendo sido considerada ilegal pelo Ministério do Trabalho.

durante esses meses houve a unificação de três entidades que conformaram o Centro Estadual dos Professores.⁵⁷

De certo, como podemos observar também nos depoimentos, a vanguarda compreendida nas novas militantes que despontaram em função dessa greve, acompanhava, igualmente, os debates e análises desenvolvidos nas assembleias centrais, realizadas no Rio de Janeiro, começando a perceber, assim, as afiliações políticas, linhas de defesa de propostas e divergências que se colocaram em maior evidência na segunda etapa, ocorrida em agosto. Dessa forma, as grevistas passavam a ter maior identificação com uma ou outra liderança, como colocado por Dodora, que se referenciava mais na figura de Hildézia Medeiros. Posteriormente, isso significou um canal para a aproximação com determinadas organizações políticas.

E, embora o movimento tenha sofrido uma série de retaliações como perseguições e prisões de lideranças e vanguarda, cassação do processo de registro e fechamento da sede da entidade, ele obteve como vitórias o pagamento dos novos pisos salariais a partir de dezembro e a conformação de uma vanguarda ampla, politizada, disposta a construir o sindicato ainda que na ilegalidade, especialmente em Volta Redonda.

Cabe, também, retomar e detalhar o relato do episódio do “bilhete azul”, que caracterizou a perseguição política sobre Dodora, frente à sua opção em aderir à greve. Conforme seus relatos, “quando terminou a greve de março, que eu voltei pra coordenadoria [...] eu e outros recebemos um bilhete azul, da Valdéia, que era chefe da coordenadoria” e, ao ser perguntada se, de fato, esse gesto se caracterizaria como retaliação à sua participação na greve, Dodora conclui “No meu caso foi, eu assumi uma posição de implementação de uma proposta curricular na área de português em Volta Redonda, eu tinha contato com todas as escolas, então, fui devolvida pra Escola Santos Dumont”. O que ela chama de “bilhete azul” era o documento emitido pelo NEC para encaminhar docentes às escolas que, na ocasião, alguns professores receberam. E, apesar de seu trabalho transcorrer da melhor maneira, já durante alguns anos, antes da adesão à greve, Dodora foi, então, devolvida arbitrariamente à escola. O que pode, inclusive, ter contribuído para impulsionar a participação posterior de Dodora nas instâncias organizativas do sindicato.

Entretanto, a respeito de tal movimento, coletamos indícios que nos permitem ir além na análise. Reconhecendo que sua importância histórica se destaca não só por ter sido a primeira greve de massas do professorado fluminense, mas, também, por trazer em si os ventos fundadores de um movimento sindical docente que viria a se consolidar fortemente nos anos

⁵⁷ “A fusão da Sociedade Estadual dos Professores (SEP)- fundada em 1977- com outras entidades mais antigas, como a União dos Professores do Rio de Janeiro (UPRJ)⁵ e a Associação dos Professores do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)⁶ configurou um processo de fortalecimento da categoria docente no Rio de Janeiro que, em meio a contradições e avanços, apresentou ao Estado e à sociedade uma força política capaz de liderar as lutas pela educação - o Centro Estadual de Professores (CEP/ RJ)”. (MIRANDA, 2011, p. 2)

seguintes, é inusitado pensar que pode ter sido a primeira greve de massas da cidade operária de Volta Redonda.

Cidade que, conforme a caracterização inicial que pontuamos anteriormente, possuía a alcunha de cidade da metalurgia, em vista de toda trajetória imbricada com a Companhia Siderúrgica Nacional, portanto, cidade operária de “face” predominantemente masculina. Onde, desde sua fundação, em 1954, como consta em grande parte da literatura específica, a primeira greve de massas dos trabalhadores metalúrgicos ocorreu em 1984⁵⁸. Havendo, porém, uma hipótese defendida por Bedê (2010) de que no dia do golpe civil-militar de 1964 teria ocorrido uma tentativa de movimento grevista, com aprovação em assembleia, reprimida e encerrada no mesmo dia. Além deste elemento, nenhuma outra tentativa ou realização de greve é apontada após 1964, mesmo porque se tratava do período do regime autoritário, sendo vetada, dessa maneira, qualquer tipo de movimentação afim.

A greve da educação, então, é deflagrada definitivamente na assembleia de 11 de março de 1979, iniciando suas atividades de mobilização, convencimento, piquetes, no dia seguinte, 12 de março. Porém, como detalhado pela professora Jussara, ao sair de casa para estar às sete horas da manhã na escola que lhe fora incumbida (sediada no município vizinho de Barra Mansa) para informe e convencimento do grupo em relação à adesão à greve, se viu inviabilizada de se locomover por uma surpreendente greve dos motoristas intermunicipais. Somente tendo chegado ao destino devido a carona oferecida por ex-aluno de sua irmã, Carmem, também professora e grevista, que levou-a até a referida escola.

O jornal Tribuna da Imprensa, de 13 de março de 1979⁵⁹, reporta informações referentes às duas greves, como entrevista com a então secretária, já em final de gestão, Myrthes Wenzel, a carta aberta à população elaborada pelas lideranças da greve (a SEP), informando e esclarecendo os motivos da greve dos professores, que se iniciava em 12 de março, e outra matéria que traz o trecho informando sobre o movimento dos motoristas, onde se lê “vinte e três prisões e 41 mil passageiros sem condução é o saldo do primeiro dia de greve dos motoristas que fazem a linha entre Volta Redonda e Barra Mansa, iniciada nos primeiros minutos de ontem”. O movimento dos motoristas visava equiparação salarial com os profissionais da CTC na região metropolitana da capital e, segundo consta, teria iniciado exatamente no mesmo dia que o movimento docente.

Mediante essas evidências levantamos a hipótese, então, de que essas duas greves de massas, das categorias dos docentes e dos motoristas, podem ser classificadas como as

⁵⁸ “Em 1984, durante a primeira greve ocorrida nos 43 anos de existência da CSN [...]” (PEREIRA, 2008, p. 6). Também abordam a história operária e movimentos grevistas na CSN: Veiga e Fonseca (2008), Gandra (2009), Bedê (2010), Silva Júnior et al (2008).

⁵⁹ Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_03/34586

primeiras greves da cidade operária, tendo sido ambas consideradas ilegais pelo Ministério do Trabalho⁶⁰. Dentre elas, uma categoria majoritariamente feminina, atribuindo, assim, uma “face” feminina ao primeiro movimento grevista de massas numa cidade operária de ampla maioria masculina. Ora, o fato da primeira greve em Volta Redonda ter sido “feminina” expressa a combatividade e o protagonismo das mulheres da cidade, onde se esperava que os metalúrgicos despontassem ou precedessem outras categorias nesse processo organizativo grevista, especialmente tendo em vista o movimento no ABC paulista no ano anterior. E, ainda que houvesse informação sobre a existência de movimento de mulheres na cidade (mais associado à Igreja), as mulheres da vanguarda docente não compunham esses movimentos, não possuindo, aparentemente, formação ou contato mais aprofundado com o debate feminista, que reivindicava o protagonismo de mulheres, também, nas lutas sociais e espaços sindicais.

Ousamos, assim, apontar que a categoria da educação foi pioneira na organização do movimento grevista local e, por se tratar de uma categoria cuja caracterização é de imensa maioria de mulheres (inclusive, todas as lideranças no momento), defendemos também que, sem desconsiderar a greve dos motoristas deflagrada no mesmo dia, a primeira greve de massas da cidade operária de Volta Redonda foi feminina.

2.2 Forjar-se coletivo nas lutas de base

E é tão bonito quando a gente entende
 Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá
 E é tão bonito quando a gente sente
 Que nunca está sozinho por mais que pense estar

Gonzaguinha (Caminhos do coração - 1982)

Os caminhos percorridos por Dodora, ora no âmbito de uma atuação mais comunitária, nas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, ora na educação pública, como professora e coordenadora nas equipes pedagógicas centrais, expressava sempre a presença forte da dimensão da coletividade em sua vida.

⁶⁰ Silva (2019) cita em sua tese de doutorado um trecho do Jornal do Comércio, de 13 e 14/04/1979, que detalha a situação dessas greves: “Das 28 greves ocorridas no Brasil durante o mês de março, 12 teriam sido proibidas se o decreto 1.632, de agosto de 1978, que não permite movimentos paredistas em atividades consideradas essenciais para a segurança nacional, tivesse sido aplicado com todo o seu rigor. Na verdade, no entanto, apenas duas foram condenadas por atos do Ministério do Trabalho: a dos professores do Rio de Janeiro, ainda na administração do ministro Arnaldo Prieto, e a dos motoristas de ônibus de Volta Redonda e Barra Mansa, pelo ministro Murillo Macedo.”

Com a oportunidade de contribuir, ainda que como base, na construção de uma greve tão importante para uma categoria que vinha se sentindo desprezada e desmerecida, um novo horizonte se apresenta em sua trajetória. Novas reflexões e experiências que vão consolidando, também, essa ética da coletividade, onde se entende, de modo ainda mais visceral, “que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá”, como canta Gonzaguinha, que Dodora tanto aprecia. Mas, se trata, da mesma forma, de compreender avanços que se colocavam, também, na concepção de magistério e de uma atuação docente engajada em princípios socialmente críticos, no entanto, que fosse para além disso.

Desse modo, recuperamos alguns elementos que surgem no capítulo anterior e evidenciam uma possível contradição, a fim de compreendermos com mais clareza a reconstrução histórica e biográfica que Dodora elabora quando pensa sobre os papéis exercidos na Igreja, no magistério e no sindicato. Ao atribuir quase que exclusivamente à formação e origem na Igreja Católica progressista, a capacidade de leitura crítica da realidade e de mobilização e engajamento de grande parte dos docentes de Volta Redonda à época, incluindo-se a si mesma, Dodora tende a secundarizar o papel exercido pela escola e pelo movimento associativo.

No entanto, destaca a repercussão das formações oferecidas pela equipe pedagógica da SME, na década de 1970, sobre parcela do professorado que se tornou vanguarda posteriormente, ao ponderar

— [...] quando a prefeitura criou a secretaria de educação e criou a equipe pedagógica, aí as reciclagens, os encontros pedagógicos começaram a acontecer [...] quando a gente começou a discutir papel da escola, escola libertadora, teoria do oprimido, pedagogia do oprimido [...] e, nessa época, esses professores que passaram por essa, vamos dizer assim, formação pedagógica ou construção pedagógica da época, veio formar toda a vanguarda do SEPE nos anos 1980.⁶¹

Embora Dodora afirme, em algumas passagens, não ver a escola como o *locus* privilegiado de formação de consciência crítica e agente mobilizador, quando se refere aos anos 1960 e 1970, também reconhece que o trabalho da equipe pedagógica central, que passa a proporcionar debates, reflexões, formações num viés crítico e sócio histórico do conhecimento, contribuiu para a conformação da atuação de grande parcela da categoria que assume a organização das lutas associativas pouco depois.

Ou seja, ao resumir o espaço da escola como exclusivo do debate pedagógico e pouco potente na formação de consciência política, naquele período, Dodora percebe um papel de

⁶¹ Entrevista concedida em 04/06/2011.

aparelho ideológico de Estado,⁶² ainda inserida num regime autoritário, porém, consegue enxergar no mesmo trabalho pedagógico realizado no âmbito da educação institucional um potencial de transformação e mobilização política que nos remete à compreensão da escola, também, como espaço de construção da contra hegemonia. A partir do qual, anos depois, vai construir uma atuação crítica e engajada na escola, ressaltando, inclusive, que “não descolava a função de educadora da função militante”.

Nos parece, então, em meio a uma aparente contradição, que, aos poucos, vai se tornando mais claro à Dodora o caráter político intrínseco ao exercício pedagógico, que não concebe neutralidade em si, conduzindo sua trajetória, ao longo desse período, a uma opção explicitamente comprometida com a militância sindical e política, proporcionando, ainda, uma transição para a compreensão mais clara da prática pedagógica como imbricada com a prática militante.

A respeito desse processo de transformação da atuação docente e da categoria profissional, Louro (2004) nos traz a seguinte contribuição

As professoras já não mais se percebiam tão isoladas. Sem dúvida sua atividade diária continuava mantendo características de isolamento, bem como alguma dose de autonomia, na medida em que ao fechar a porta de sua sala cada docente era, de certo modo, dona de sua classe. Mas agora se afirmava um novo discurso que acenava para a concepção de *categoria profissional*, um discurso que ligava cada professora a um conjunto muito grande de parceiras e parceiros e constituía esse conjunto na forma de um movimento social organizado. (LOURO, 2004, p. 476, grifo da autora)

Sendo assim, a esse novo conjunto de parceiras e parceiros podemos atribuir, somado à sua participação política em instâncias partidárias mais tarde, a qual abordaremos mais adiante, o descortinamento de um outro horizonte de debates e experiências que problematiza os papéis sociais e possibilita a constituição de uma nova identidade profissional.

Retomando as memórias de Dodora quanto ao período que sucedeu o marcante ano de 1979, etapa inaugural desse cenário de organização docente no Estado do Rio de Janeiro, é fundamental recompor os agrupamentos iniciais que deram continuidade à organização das lutas após as greves de 1979, bem como sistematizar alguns acontecimentos referentes à movimentação da categoria no âmbito municipal.

⁶² Definição do filósofo francês Luis Althusser, conforme vemos apud Vaisman (2006, p. 258), “[...] se encarrega das crianças de todas as classes sociais desde o maternal, e desde o maternal ela lhes inculca, durante anos, precisamente durante aqueles em que a criança é mais “vulnerável”, espremida entre o aparelho de Estado familiar e o aparelho de Estado escolar, os saberes contidos na ideologia dominante (o francês, o cálculo, a história natural, as ciências, a literatura), ou simplesmente a ideologia dominante em estado puro (moral, educação cívica, filosofia)”.

Conforme suas lembranças, avivadas pelo retorno aos documentos e fotos, em consonância, também, com depoimentos de outras professoras, ganha centralidade aquele agrupamento inicial de docentes que viabilizou a entrada organizada da categoria de Volta Redonda à greve da Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro.

O que, inicialmente, se tratava de um grupo, em sua maioria, sem vínculos partidários, que se reunia em suas próprias residências, transforma-se, ao longo da greve de 1979 e do período seguinte (até a eleição da primeira diretoria), em um conjunto de referências que vão assumindo papéis de liderança, promovendo análises conjunturais, aplicando e ensinando metodologia da democracia exercida no movimento operário em reuniões e assembleias. Aquelas professoras que buscavam se apropriar do espaço escolar, cotidianamente, de maneira crítica, agora viam-se militantes, lideranças, sindicalistas, membros de um coletivo bem mais amplo e ávido por incorporar as fileiras da luta por direitos e democracia. Assim, quem nos auxilia na compreensão desse processo é a professora Xavier (2013)

A participação em movimentos e ações coletivas, assim como em associações de caráter político e sindical, é parte de uma experiência que contribui para a redefinição e a constituição de novas identidades, no âmbito pessoal, profissional, político e social. [...] Mas o que interessa ressaltar nesse aspecto, é a perspectiva de socialização política proporcionada pela participação em associações e movimentos coletivos. O aprendizado alcançado com a experiência associativa foi destacado por vários professores entrevistados, demonstrando que um dos impactos da participação em associações coletivas tem relação com a formação de atitudes propositivas diante dos problemas laborais e institucionais, assim como diante da realidade política e social. Para além da formação de redes formais (institucionais) e informais (de amigos), a experiência associativa é percebida, ainda, como uma oportunidade de aprender a se posicionar de modo mais racional no âmbito das relações de poder. (XAVIER, 2013, p.199-200)

Dessa forma, percebe-se que, a partir daquele período, novas redes formais e informais passam a se tecer nos círculos de Dodora, despertando o sentido de companheirismo numa nova instância de participação. Entre as companheiras citadas como pioneiras na organização do movimento, algumas como Eloá Jane Batista, Elvi Vasconcelos, Débora Salles, a própria Hildézia Medeiros, no nível central, vão se tornando referências no exercício dessa socialização política e para a formação dessa postura propositiva ante o mundo político. Outras companheiras, da linha de frente ou da base, como Marlene Fernandes, Cleuzinha, Jussara e Solange, vão além do convívio sindical e político, se tornando, assim, relações de amizade pessoal.

Como já colocado, há elementos nesse quadro que dizem respeito às demandas e mobilizações relacionadas à Rede Municipal de Educação de Volta Redonda, por isso, é importante delimitar que parte dessas professoras atuava mais em função das pautas da Rede

Estadual e outra parte se debruçava sobre a organização municipal. No entanto, os sentimentos de unidade, solidariedade e a expressão da consciência de classe ficam evidentes mediante os relatos, que mostram que a participação de toda se dava em ambas as instâncias. Dodora compunha as duas redes de ensino, portanto estava presente, como base ainda, em todas as lutas, articulando-se com companheiras de outras escolas, interagindo com as lideranças que traziam metodologia e conteúdo dos contatos em nível central, no Rio de Janeiro, e pensando, coletivamente, os caminhos da luta.

As lideranças a frente do movimento grevista de 1979 seguem na organização de base, instituindo, então, junto às assembleias posteriores, uma Comissão Municipal do CEP/VR, com a finalidade de seguir organizando a categoria em luta enquanto faz a transição para uma direção eleita algum tempo depois. Cabe ressaltar que a entidade seguia interrompida institucionalmente pela articulação entre os governos estadual e federal, então numa ditadura que não se encerrara, permanecendo na ilegalidade que só viria a cair em 1983. Isso nos provoca a reflexão sobre a ousadia e convicção da categoria docente em todo o território fluminense, que persiste sua organização afrontando o regime autoritário, trabalhando, também, pela sua derrubada e pela redemocratização do país.

O documento que segue trata-se do segundo boletim distribuído no ano de 1980, localizado nos arquivos do SEPE/VR, que aborda especialmente a questão salarial, mas apresenta uma retrospectiva do movimento iniciado na Rede Municipal de Educação, pelas orientadoras educacionais, desde outubro de 1979. O texto ainda contextualiza a situação do município que, por ser classificado como Área de Segurança Nacional, conforme já citado no capítulo anterior, não tem direito a eleger seus prefeitos e, portanto, possui menor poder de pressão quanto às demandas específicas. Tendo o prefeito interventor, à época, um representante da ARENA (de fora da cidade), conhecido como Coronel Aluízio de Campos Costa, concedido 40% de reajuste, em antecipação às lutas e sem negociação com a Comissão, que foi considerado pela categoria um índice muito inferior ao aumento do custo de vida, portanto, insatisfatório. O boletim convoca, então, para uma reunião no início de março a fim de organizar o processo de luta que se daria. Nele podemos observar, igualmente, uma tabela de dias e horários de plantão onde estão registrados os nomes dos docentes componentes da Comissão.

Figura 18 - 1980. Acervo do SEPE/VR. 2º boletim do CEP/VR.

BOLETIM DO CEP - NÚCLEO VOLTA REDONDA - Nº 2
ANO 1980

OS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL E SUAS REIVINDICAÇÕES

Com o apoio do CEP, as professoras da rede municipal iniciaram seu movimento reivindicatório partindo das orientadoras educacionais em outubro do ano passado, que se mobilizaram em torno da gratificação de 15% que fazem jus por exercerem a função para qual são habilitadas. Após o estudo do Estatuto do Magistério e debates sobre a situação das / mesmas foram encaminhados ao Departamento Pessoal os requerimentos com a presença e participação de todas as orientadoras educacionais. Dando continuidade ao movimento foram realizadas reuniões com a participação não só das orientadoras educacionais mas também de professoras, onde foram / discutidas as questões salariais que afligem o professorado, desde que nos so município se tornou área de segurança nacional, pois agora os prefeitos nomeados não necessitam mais de nosso voto para chegarem onde estão.

Preocupado com a mobilização iniciada, o Sr. Prefeito antecipou um aumento de 40% em janeiro p/p que não veio satisfazer a categoria, já que não acompanha a subida vertiginosa do custo de vida.

Por essas e outras, companheiros, precisamos nos unir e continuar a discutir o problema, reivindicando um aumento mais condigno no mês de março.

ATENÇÃO: TODOS À REUNIÃO DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL
LOCAL: Clube Municipal
DATA: 01/03/80 **HORÁRIO:** 14 h

" SÓ A UNIÃO DOS FRACOS VENCE O MEDO PROVOCADO PELOS FORTES"

PLANTÃO DO CEP - NÚCLEO VOLTA REDONDA

LOCAL: Galeria Kennedy, 2º andar, sala 201 - Av. Amaral Peixoto
HORÁRIO: De 9h às 11h e das 14h às 17h

2ª Feira - Dalboni - tarde	5ª feira - Marlene - manhã
3ª Feira - Débora - tarde	5ª feira - Lenir - tarde
4ª Feira - Eloá - tarde	6ª Feira - Tereza - tarde

Essa mesma comissão municipal, que configurou-se após as greves de 1979, composta por Dalboni, Débora, Eloá, Marlene, Lenir e Tereza, prosseguiu com as atividades de organização da base e iniciou o ano de 1980 pautando as demandas da Rede Municipal de Educação, especialmente a valorização salarial. Cabe esclarecer que, naquela ocasião, as escolas da Rede Municipal estavam sob gerência de uma estrutura administrativa ligada à Prefeitura Municipal que operava sob a fusão (1978) da FEVRE⁶³ e do Departamento de Educação, em vias de criação da Secretaria Municipal de Educação, cuja circunstância gerava muitas polêmicas, por se tratar de um mesmo sistema de ensino, porém com duas redes e regimes diferentes.

⁶³ Cf. nota nº 33, p. 42.

Nesse sentido, as mobilizações foram ganhando corpo e em maio do mesmo ano o professorado aproveitou uma oportunidade específica para dar destaque à sua condição geral de trabalho e salário, bem como às suas pautas, quando da visita da esposa do governador Chagas Freitas à cidade, D. Zoé Noronha Chagas Freitas, realizaram um dia de paralisação do trabalho nas escolas, com manifestação pública e entrega de um memorial de reivindicações sobre a educação pública no município. A adesão ao movimento foi fortíssima, visto que era recente o histórico de lutas da Rede Estadual de Educação, no ano anterior, que deixou como legado o potencial organizativo e ainda repercutia o desejo inflado por mais e melhores direitos, da mesma forma que por maior democratização de todas as instâncias no país.

— [...] a categoria foi toda pra rua entregar uma carta pra D. Cloé [sic] pra ela levar pro Chagas Freitas, as escolas municipais todas pararam, o governo que era de segurança nacional colocou o Santos Ferreira, que era o fotógrafo oficial da prefeitura, pra fotografar toda a passeata e, depois, através das fotografias eles foram nas escolas, localizar as pessoas [...] a Igreja entrou junto, o Caruso, que era o vereador da época, também junto, Jorge Pantaleão, que era um vereador também importante na época e todas as demissões foram revertidas. Mas isso ficou marcado.⁶⁴

Não somente a Comissão Municipal do CEP/VR, mas toda uma vanguarda que assumia, juntamente às lideranças, tarefas mobilizadoras de propaganda, comunicação e organização das diversas atividades destacava-se no movimento. Membros da Comissão estavam em ambas as Redes ou em apenas uma delas, ora alguns assumiam mais a linha de frente, ora outros, dependendo do pertencimento e apropriação das discussões específicas. Embora, todos participassem, de alguma forma, de todos os momentos de luta. É importante considerar essa informação porque a repressão que se segue incide diretamente sobre as profissionais vinculadas às escolas da Rede Municipal e da FEVRE.

Conforme o relato de Dodora, portanto, no dia da paralisação e passeata, muitas professoras e professores foram fotografados, numa tática autoritária utilizada por comando da gestão de um Coronel interventor, então prefeito da cidade. Dodora não foi uma das fotografadas, por isso não sofreu as consequências de proporções correspondentes a um regime político que já vinha se esgotando.

De acordo com o jornal *Opção*, órgão local no qual conseguimos obter notícias sobre o ocorrido, visto que os acervos de boa parte dos jornais locais ou regionais da época não foram preservados ou estão dispersos sem disponibilidade de consulta, na coluna de Antônio Carlos Santini, da edição de 21 a 27 de junho de 1980 (tiragem semanal)

⁶⁴ Entrevista concedida em 04/06/2011.

O Sr. Prefeito mandou fotografar as manifestantes em alto estilo. Mandou recolher os livros de ponto de cada escola. Providenciou listas dos faltosos. E não contente com tais manifestações de fascismo, exigiu da Profa. Marizinha a indicação dos cabeças do movimento. Para S. Exa. isso só podia ser coisa de comunistas, pois havia manifestação de rua, cartazes, faixas, “e até cantaram a música do Vandrê”...⁶⁵

Ainda segundo informações de outra matéria desse mesmo jornal, agora na edição de 5 a 11 de julho (capa), as punições iam desde a suspensão, por um dia, de diversas professoras; abertura de inquérito administrativo contra oito professoras, para posterior demissão; demissão efetiva de outras sete; até a exoneração de três diretoras de escola. Dodora relata, ainda, que inúmeros outros docentes foram convocados para acareação. A medida abrangeu profissionais da Rede Municipal e da FEVRE, incluindo Eloá Jane e Elvi Vasconcellos, duas das lideranças oriundas da greve de 1979. Uma verdadeira “caça às bruxas”, qual seja, perseguição política digna dos tempos políticos que pareciam se encerrar em breve.

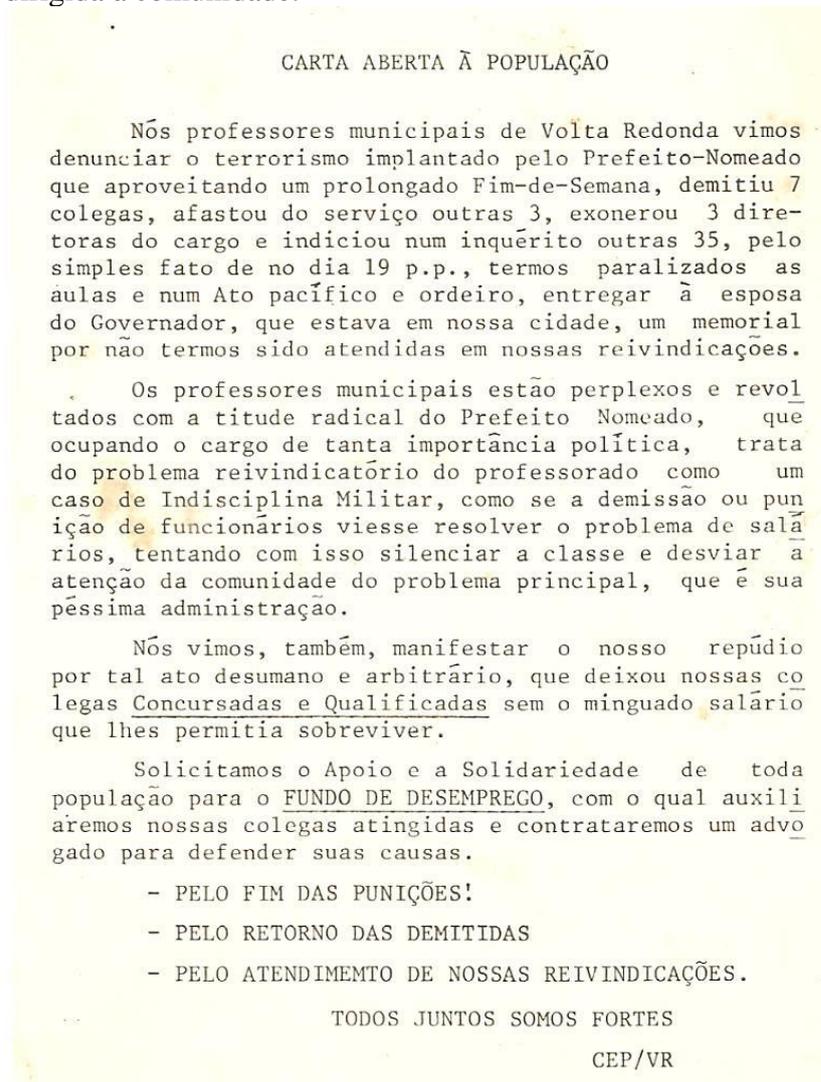
Embora o jornal apresente esses dados, uma carta aberta à população, elaborada pelo CEP/VR, apresenta alguns números diferentes, deixando evidente uma incongruência entre os dados. Na carta, que pode ser vista na imagem seguinte, o Centro de Professoras fala nas mesmas sete professoras demitidas e três diretoras exoneradas, porém, cita três afastamentos e 35 inquéritos contra outras docentes. O que corresponde às quarenta e seis assinaturas anexadas ao documento enviado ao prefeito, no somatório de demissões, exonerações e inquéritos, conforme figura NÚMERO. Todas mulheres.

Independentemente da inexatidão dessas informações, o fato ocorreu e foi qualificado, ainda, pela vanguarda do movimento como “terrorismo”, “atitude radical” que tratava uma justa campanha por melhores salários como “indisciplina militar”. Uma outra carta aberta à população, chega a divulgar os nomes e acusar de “inimigos da classe” aqueles servidores municipais que aceitaram compor a comissão de sindicância formada pelo prefeito para dar execução às punições deliberadas, a saber: João Groke, Nélio David de Almeida, José Olegário, João Batista (presidente da ASVRE⁶⁶) e o fotógrafo Santos Ferreira. Todos homens, o que nos faz pensar num possível caráter machista e patriarcal como pressuposto da definição das medidas e condução do processo.

⁶⁵ A canção “Pra não dizer que não falei de flores” foi utilizada pela categoria em passeata, bem como, posteriormente, ao longo da década de 1980, outros recursos lúdicos e teatrais também foram incorporados à metodologia utilizada pela vanguarda sindical no CEP/VR.

⁶⁶ Associação dos Servidores Municipais de Volta Redonda, entidade representativa dos servidores municipais à época, existente ainda na atualidade, embora hoje o sindicato do funcionalismo cumpra esse papel.

Figura 19 - 1980. Acervo do SEPE/VR. Carta do CEP/VR dirigida à comunidade.



Com essas medidas drásticas, o prefeito Coronel Aluizio Costa cava uma crise política no governo municipal, com projeções nacionais. Sua representante mais imediata do setor administrativo da educação, a presidente da FEVRE prof.^a Marizinha Félix Teixeira de Lima, se demite do cargo por discordar da política punitivista e a que a sucede, prof.^a Mayrce Braga Maciel, repete a atitude diante de maior conhecimento dos fatos. O movimento segue organizado, em reuniões para pensar estratégia e tática a fim de lidar com a situação da melhor forma até reverter as punições. Não abre mão da pauta salarial. Diversos boletins, cartas à comunidade, cartas ao funcionalismo, documentos dirigidos aos vereadores, deputados da ALERJ, membros da Igreja Católica, dentre outros foram elaborados e publicizados com objetivo de divulgar a injusta repressão e pressionar o governo pela reversão do quadro. Um abaixo-assinado angariou em torno de cinco mil assinaturas. Além de uma carta, dirigida ao prefeito, subscrita pelas professoras retaliadas na ação.

Figura 20 - de junho de 1980. Acervo do SEPE/VR. Carta ao prefeito assinada pelas professoras atingidas pelos atos punitivos, dialogando sobre o movimento e ponderando sobre a resolução do caso.

Volta Redonda, 25 de Junho de 1980

Exmo Sr. Prefeito Municipal
Aluísio Campos Costa
Volta Redonda RJ

As que subscrevem o presente são professoras municipais do ensino de 1ª Grau e integramos os atos, iniciados por V. Exa, em decorrência dos fatos, vinculados ao movimento reivindicatório, realizado recentemente, daí vivem requerer seja determinada a revogação dos mesmos atos, visto que:

a) O movimento reivindicatório, que levou a efeito no dia/19 do mês passado, não teve em absoluto o sentido de indisciplina e de atentado à autoridade de V. Exa., como é óbvio.

Inspirou-se esse movimento reivindicatório no objetivo de despertar a atenção de seus superiores para seus problemas cruciais e / inclusive aproveitando a honrada visita em nossa cidade, nesse dia, de V. Exa à 1ª Cama do Estado, Srª Zóé de Chagas Freitas, sendo por ela muito bem recebida todas nossas reivindicações.

b) As folhas de serviços das infra-assinadas se apresentam, sem nenhuma mácula, virgens de quaisquer observações desabonadoras.

c) Devem assinalar que foram estimuladas na realização de seu movimento nos exemplos de seus colegas do Estado do Rio de Janeiro / bem como do Município de Duque de Caxias, evidentemente animadas pela no va fase que atravessa o País em busca da efetivação dos ideais democráticos, quando se assegura a todos a livre manifestação de seus sentimentos, desde que não sejam feridas a ordem e a moralidade pública.

Estão certas que V. Exa., bem examinando a situação que se oriou em desfavor das signatárias, sabará compreender, com elevação e / que, se verificou, para determinar o reintegro de todas nas suas funções, tornando assim, sem efeito quaisquer penalidades impostas, e a imediata extinção dos inquéritos administrativos instaurados.

Assim agindo, dará a V. Exa, belo exemplo de magnanimidade, engrandecendo-se e muito, ante seus municípios.

Neste termos,
Fede-se Deferimento.

Figura 21 - 1980. Acervo do SEPE/VR. Assinaturas das professoras que subscrevem a carta referente à imagem anterior.

NOME.	CARGO.	ESCOLA.	NOME	CARGO	ESCOLA.
- Maria José C. Carmo	R.C.	E.M. Braznagar	8- Maria José de Magalhães	O.E.	E.M. General Pereira
- Maria Luiza de S. S. S.	I.T.	E.M. São Francisco de Assis	2- Maria Luiza de S. S. S.	Suplente Classe	E.T. Oliveira
- Maria Tereza Gomes	Ex. H.	E.M. São Joana	0- Maria Tereza Gomes	R.C.	E.M. Getúlio Vargas
- Nancy Maria Moreira Guimarães	D.	E.M. Pernambuco	1- Nancy Maria Moreira Guimarães	R.C.	FEVRE
- Grazielly Faria de A. Almeida	Aut. H.	E.M. São Constantino	2- Grazielly Faria de A. Almeida	Suplente Classe	Departamento de Educação
- Maria Tereza Teixeira Siqueira	D.	E.M. Domício Medeiros	3- Maria Tereza Teixeira Siqueira	Procurador Classe	Escola Municipal São Luiz
- Maria de Paraíso Vellozo de S. Pires	R.P.	E.M. Jesus Maria	4- Maria de Paraíso Vellozo de S. Pires	R.C.	Escola Municipal São Luiz
- Mariana de Azevedo	O.E.	E.M. Pernambuco	5- Mariana de Azevedo	R.C.	FEVRE
- Mariana de Azevedo	R.C.	E.M. São João de Deus	6- Mariana de Azevedo	R.C.	Fundação Pestalozzi
1- Maria Sílvia Simões	C.E.	E.M. Mato Grosso	7- Maria Sílvia Simões	R.C.	Fundação Pestalozzi
2- Maria Martins de Siqueira	R.C.	E.M. Miguel Coutinho	8- Maria Martins de Siqueira	R.C.	Fundação Pestalozzi
3- Maria Nelly Luiz	R.C.	E.M. São Constantino	9- Maria Nelly Luiz	A.D.	Escola Municipal São Luiz
4- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	10- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
5- Maria Lúcia de S. S. S.	R.P.	E.M. São Constantino	11- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
6- Maria Lúcia de S. S. S.	D.T.	E.M. Pernambuco	12- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
7- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. Jesus Maria	13- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
8- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	14- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
9- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	15- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
10- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	16- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
11- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	17- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
12- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	18- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
13- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	19- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
14- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	20- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
15- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	21- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
16- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	22- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
17- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	23- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
18- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	24- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
19- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	25- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
20- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	26- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
21- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	27- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
22- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	28- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
23- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	29- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
24- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	30- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
25- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	31- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
26- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	32- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
27- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	33- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
28- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	34- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
29- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	35- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
30- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	36- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
31- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	37- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
32- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	38- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
33- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	39- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
34- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	40- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
35- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	41- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
36- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	42- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
37- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	43- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
38- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	44- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
39- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	45- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
40- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	46- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
41- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	47- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
42- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	48- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
43- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	49- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
44- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	50- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
45- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	51- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
46- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	52- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
47- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	53- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
48- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	54- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
49- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	55- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
50- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	56- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
51- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	57- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
52- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	58- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
53- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	59- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
54- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	60- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
55- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	61- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
56- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	62- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
57- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	63- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
58- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	64- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
59- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	65- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
60- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	66- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
61- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	67- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
62- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	68- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
63- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	69- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
64- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	70- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
65- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	71- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
66- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	72- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
67- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	73- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
68- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	74- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
69- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	75- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
70- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	76- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
71- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	77- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
72- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	78- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
73- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	79- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
74- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	80- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
75- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	81- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
76- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	82- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
77- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	83- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
78- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	84- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
79- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	85- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
80- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	86- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
81- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	87- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
82- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	88- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
83- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	89- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
84- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	90- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
85- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	91- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
86- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	92- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
87- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	93- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
88- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	94- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
89- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	95- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
90- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	96- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
91- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	97- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
92- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	98- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
93- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	99- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE
94- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	E.M. São Constantino	100- Maria Lúcia de S. S. S.	R.C.	FEVRE

Audiências na Câmara, reuniões com representantes políticos ligados ao governo estadual, idas ao Rio de Janeiro para sensibilizar os parlamentares estaduais, reuniões com a diretoria estadual do CEP e novas manifestações foram realizadas, numa delas, inclusive, à porta da prefeitura, esteve presente o professor Godofredo Pinto, presidente estadual do CEP/RJ no período.

Tal mobilização provocou a iniciativa de diversas instituições e parlamentares que se pronunciaram em apoio ao movimento docente e criticamente quanto às medidas autoritárias do prefeito interventor. As comunidades eclesiais de base, associações de moradores e sindicatos de outras categorias se solidarizaram. Cartas de diversos setores foram dirigidas ao professorado, em manifestação de desagravo.

A própria Câmara de Vereadores da cidade, na qual o governo vigente vinha conquistando uma base, decidiu, após muito desgaste político, através de um documento assinado por todos, por romper relações com o prefeito caso a situação não fosse contornada.

Quanto ao contexto político que se configurou, então, na cidade, o referido jornal *Opção* traz, como manchete de capa da edição de 21 a 27 de junho do mesmo ano, o título “Todos estão contra o prefeito”, seguido de uma explicação do próprio chefe do executivo sobre suas polêmicas decisões. Explicação na qual alega que as demissões se deram por “indisciplina e insubordinação” e não pela participação das professoras na passeata, deixando patente o pensamento autoritário, raiz do sistema ditatorial que ainda perdurava.

Entre 21 de junho e 11 de julho, esse mesmo veículo da mídia impressa publicou três edições semanais que tratavam da questão, dentre as que conseguimos localizar ao longo da pesquisa. Nas três edições o assunto foi capa, merecendo a manchete principal. Entre entrevistas com professoras demitidas, representantes do sindicato, do governo, colunas de opinião e reportagens informando a situação, o jornal traz, também, o panorama na imprensa carioca, em periódicos como “A Tribuna da Imprensa”, o “Última hora”, “O Globo”, em programas de rádio, como o de Cidinha Campos na Rádio Tupi e, até mesmo, na TV Bandeirantes, que abordou o assunto em seu noticiário.

Enfim, com a mobilização das professoras, do CEP/VR, de inúmeros movimentos da cidade, a renúncia das chefias do setor administrativo da educação, as articulações com parlamentares e a comoção que se deu em torno do caso, em paralelo com o manejo das negociações que abarcavam o posicionamento público das professoras, ponderando sobre o caráter ético de sua atuação e a intencionalidade do movimento, que acompanhava a conjuntura que já apontava para a democratização das instâncias sociais e políticas, o desfecho da situação se deu em 30 de junho, com a revogação das medidas punitivas através de uma portaria do

prefeito. No momento do mesmo ato, o prefeito nomeia, então, a nova presidente da FEVRE, a professora da Haidée Eunice de Souza Moraes.

A expectativa era grande e o próprio jornal divulga a comemoração das professoras, que encontravam-se reunidas, no momento, num escritório da Galeria Kennedy, onde se organizava o grupo do CEP/VR, e reagiram se abraçando, cantando, sorrindo e chorando. Seguindo imediatamente para a Igreja Nossa Senhora Aparecida (igreja de origem de Dodora), no Bairro São João, para agradecer pela resolução do conflito e, depois, para uma comemoração na casa de uma delas, Heloísa, onde teria havido um churrasco com seresta.

Considerando as circunstâncias que se criaram até o desfecho desse episódio, após a revogação das medidas que puniram as professoras, observamos os pronunciamentos do prefeito, que resolveu optar por um ato de magnanimidade e chegou a considerar o ocorrido como um excesso. Fato é que todo o processo envolveu a busca incansável por negociações, antes negadas pelo poder executivo para discutir a campanha salarial, e, logo depois da revogação das medidas, parte do grupamento de professoras reuniu-se com o prefeito em agradecimento pelo recuo. O que não desqualifica o percurso da luta, vitoriosa quanto a reversão das punições ao final, que seguiu organizada, fortalecendo o CEP como entidade de referência para essa categoria e culminando em sua consolidação.

Uma evidência curiosa, mas não menos interessante, dá conta de compreender um pouco mais sobre a capacidade de articulação, e inserção nos processos de luta docente na cidade, do grupo que trabalhava à frente da construção do CEP/VR. Assim como esse núcleo ia se constituindo representante do professorado vinculado à educação municipal, o Sinpro/VR, até a atualidade, reivindica a representação legal dos docentes integrantes do sistema da FEVRE, que embora seja, também, um sistema municipal, por se tratar de uma Fundação está sob outro setor da mesma administração, com vantagens, salários e carreira diferenciados. Tal distorção chegou a ser criticada e foi aventado, inclusive por alguns governos, acabar com essa dubiedade, porém sem sucesso. No entanto, o que nos interessa pontuar é que, naquela ocasião, um grupo ligado a essa vanguarda do CEP/VR se organizava para disputar as eleições do Sinpro/VR, que já contava com outras duas chapas, tendo desistido por conta dos desgastes e da demanda devidos ao “caso da D. Zoé”. Portanto, essa se torna mais uma evidência da visão estratégica desse conjunto de professoras e professores, que intencionava intervir na luta de classes, a partir do campo sindical, ampliando sua atuação e agindo em consonância com outros movimentos sociais e populares da cidade.

É fundamental destacar, dessa forma, os elementos que caracterizaram a consagração dessa consciência de classe e reforçaram os laços entre professoras e sua entidade

representativa, como o amplo sentimento de solidariedade que se traduziu em promoção de reuniões por bairros, por comunidades eclesiais, divulgação dos documentos emitidos pelo movimento, visitas às escolas e instâncias do poder público, presença massiva em audiências e atos, gestos variados de apoio, contexto no qual Dodora atuou como base, mas já colaborando com a organização coletiva, de maneira que tão logo se tornaria diretoria eleita no que parece ter sido a primeira gestão oficial do CEP/VR.

2.3 De SEP em SEPE: construindo o sindicato

Na tentativa de aproximação com o que foi o percurso do movimento sindical docente em que Dodora esteve inserida em Volta Redonda, percebemos que antes da greve de 1979 somente havia a representação do Sinpro, que abrangia as escolas da rede particular de ensino e os profissionais ligados à FEVRE. Algumas militantes da vanguarda que originou o CEP/VR também tiveram participação, em alguns momentos, nessa esfera.

Entretanto, embora o nascimento do CEP/VR tenha acompanhado o surgimento do CEP/RJ, em termos de periodicidade, como sinaliza Dodora, no período anterior, em que a SEP, Sociedade Estadual dos Professores, já atuava na cidade do Rio de Janeiro, o que corresponde aos anos de 1977 e 1978, não houve movimento local organizado em conexão com essa entidade.

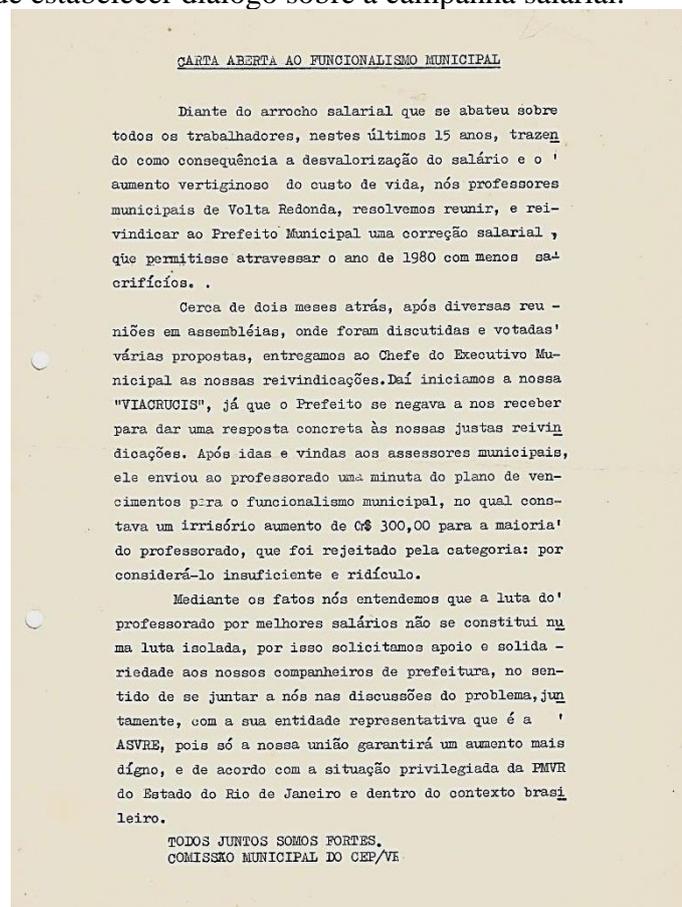
Então, analisando a partir dos acontecimentos que se sucederam na greve de 1979, percebemos que, de base que participa e colabora, no processo inicial de conformação do CEP/VR, Dodora passa à liderança que compõe os quadros daquela que foi, possivelmente, a primeira diretoria eleita do Centro de Professores. Levantamos essa informação como hipótese, tendo em vista que não foram localizadas, nem no acervo do SEPE, nem em acervos pessoais, as nominatas que listavam as diretorias eleitas na década de 1980. Embora a memória individual, cujos vestígios investigamos através das entrevistas, na abordagem da história oral, contribua para a recomposição desse quadro, ela não dá conta de assegurar, mediante seus limites, toda a amplitude de componentes necessários à sua compreensão.

Sendo assim, contamos com indícios verificados em outros documentos desses acervos, em alguns dados levantados na imprensa e nos relatos coletados para nos aproximar desse percurso e refletir sobre ele. Observando, então, que algumas cartas e materiais produzidos pelos setores que conduziam o movimento em 1980 vêm assinados como CEP/VR e outros como Comissão Municipal do CEP/VR, supomos que houve um período transitório entre a greve de 1979 e o processo eleitoral que veio a instituir a primeira diretoria oficial, que teria

vindo a durar até o final de 1980 ou meados de 1981. “Tinha uma comissão que era um elo de contato com o Rio, né, com a Direção do Rio, que no Rio era uma Direção [...] fiz parte dessa comissão [...] essa primeira comissão ela foi uma decisão, assim, em reunião, numa assembleia, que se tirou os nomes [...]”, relatou Jussara.⁶⁷

Na Carta ao Funcionalismo Municipal, documento correspondente à figura que segue, a vanguarda docente convoca os demais servidores públicos a aderirem à campanha salarial iniciada pelos professores, que havia rejeitado proposta de reajuste apresentada pelo prefeito, avaliando a defasagem e desvalorização acumulada nos quinze anos anteriores, o que equivale ao período dos governos militares ditatoriais. Evidenciando a precarização que se abateu sobre o serviço público nesse período, especialmente considerando que Volta Redonda foi Área de Segurança Nacional, alinhada às políticas do governo federal. Esse documento traz, então, como assinatura, a Comissão Municipal do CEP/VR, o que confirma que, ao menos durante parte do ano de 1980, a primeira eleição para constituir diretoria ainda não havia se realizado.

Figura 22 - 1980. Acervo do SEPE/VR. Carta dirigida ao funcionalismo municipal, com objetivo de estabelecer diálogo sobre a campanha salarial.



⁶⁷ Entrevista concedida em 28/07/2018.

Entretanto, a organização dos espaços de debate, reflexão, formação e decisão, bem como as atividades que visavam mobilizar e manifestar as posições acumuladas pela categoria, prosseguiram sendo pensadas e executadas, não somente pelas lideranças já identificadas, mas por uma ampla base de apoio que compartilhava, inclusive, das tarefas e demandas assumidas pela Comissão. Havia, portanto, um cenário muito favorável à consolidação do CEP/VR, no que se refere à adesão das professoras e professores. Quanto a essa condição de funcionar coletivamente, ainda que não institucionalizado, Dodora coloca “O SEPE, ele sempre teve essa visão colegiada, né, e mesmo quando era presidencialista, a atuação era colegiada”. E prossegue, refletindo

— Olha, o SEPE é um sindicato que nasceu tanto de um movimento, né, não houve uma “vamos parar, vamos formar um sindicato”, não, ele já existia, ele já nasceu atuando, ele já nasceu andando e pensando. Então, eu não me lembro, não me lembro dessas fases, quando é que eu deixei de ser base e passei a ser direção, não me lembro disso, entendeu, parece que é tudo uma coisa só. Porque teve períodos que eu tive na direção, teve períodos que eu tive fora. Quando eu assumi o mandato eu tive fora da direção, depois eu voltei. Nas primeiras direções eu não estive [...].⁶⁸

Assim, Dodora pondera sobre algo como um sentimento de continuidade nessa construção, no qual se tem a impressão de que parte dos membros da base e das lideranças constituídas não tinham tão demarcado, em suas relações, esse distanciamento, essa lógica que atribui exclusivamente às diretorias do sindicato a responsabilidade pela concretização das decisões coletivas, uma concepção sindical que se formava e, de certa forma, se confrontava com a atuação burocratizada de outras instituições. A palavra de ordem “o SEPE somos nós, nossa força e nossa voz”, nascida ainda na virada da década de 1970, parecia fazer muito sentido naquele modo de fazer a luta coletiva, os primórdios do sindicalismo docente na educação pública do Estado do Rio de Janeiro.

Mas cabe, de certa forma, situar essa leitura num quadro de ruptura com um regime autoritário que já perdurava por dezesseis anos, fomentando segmentos diversos da sociedade a se unificarem e se engajarem em torno de uma mesma esperança, que inspirava justiça e liberdade, na perspectiva da construção efetiva de uma democracia brasileira. A trajetória organizativa do CEP/VR também expressa esses anseios, o que fica visível nos relatos das entrevistadas e nos documentos consultados no acervo do SEPE.

Rosso (2011) reflete sobre sindicalismo, destacando-o como instituição que representa um canal de luta por direitos que vão para além do espectro do trabalho, considerando dimensões mais amplas, onde também se busca a conquista de direitos que atendem algumas

⁶⁸ Entrevista concedida em 04/06/2011.

demandas sociais gerais. Nesse processo, o autor reafirma a importância de analisarmos o sindicalismo no setor da educação no contexto socioeconômico no qual se insere

O sindicato firmou-se como movimento e como instituição social. Na condição de instituição, o sindicato docente pode assumir as mais diversas configurações, assim como pode restringir sua ação aos limites específicos da instituição e da categoria. De seu caráter institucional, decorrem questões de pesquisa relativas à estrutura organizativa, à distribuição dos poderes, à natureza democrática ou concentrada dos poderes da organização. Entretanto, a atividade docente não se restringe a seu público interno nem à função meio. A socialização das novas gerações e a atividade de transformação dos valores dos princípios de ação da sociedade dependem do trabalho docente. Por isso, a ação do sindicalismo docente precisa ser analisada sob a ótica da sociedade na qual está inserida, das mudanças que ocorrem e das mudanças que são necessárias operar nela. (ROSSO, 2011, p. 19)

Desse modo, voltar o olhar numa retrospectiva à fundação do SEPE é, igualmente, repositonar suas intervenções historicamente, procurando entender como a luta contra a Ditadura Civil-militar auxiliou a impulsionar uma organização coletiva. Organização essa que, também, caminhava no sentido de romper com a visão de uma categoria que via o próprio exercício profissional como vocação, para avançar a uma identidade profissional cujo compromisso ético-político abarcava as pautas corporativas, mas ia além, assumindo a luta por um projeto de transformação social e de qualidade socialmente referenciada⁶⁹ na educação. Lembramos, então, Dodora quando afirma não poder dissociar sua atuação como professora, diretora escolar ou coordenadora do nível central, de sua militância sindical e política. Numa expressão clara de consciência de classe.

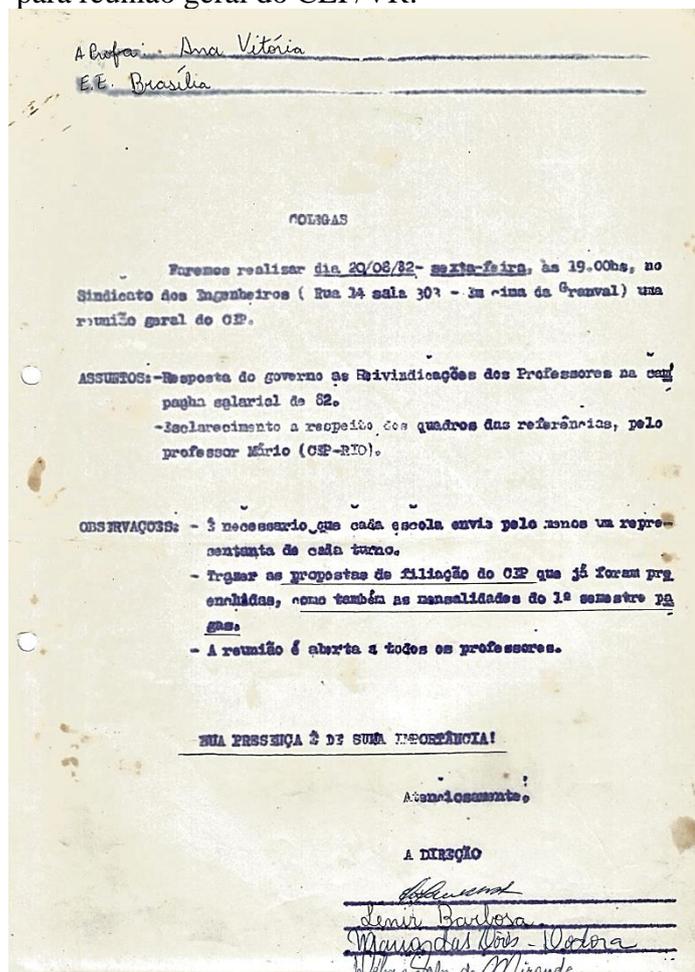
O núcleo do CEP/VR foi se forjando em meio à atuação de seus militantes em muitas das lutas sociais que pautavam o momento, quais sejam a luta pela derrubada do regime autoritário, pela anistia, contra a carestia, em apoio à revolução Sandinista na Nicarágua, pelo direito à sindicalização, além de suas próprias pautas, guardando a especificidade do campo da educação pública. E, apesar de Dodora ter relatado não ter estado nas primeiras diretorias, seu nome consta em alguns documentos do sindicato que correspondem ao período do início da década de 1980, o que nos remete à ideia de que, sim, Dodora teria participado de algumas das primeiras gestões.

Um desses documentos, localizado nos arquivos do SEPE/VR, é a convocação para uma reunião geral do CEP/VR, em 20 de agosto de 1982, para tratar, como pauta, a campanha salarial do mesmo ano e uma explanação sobre as referências relativas à carreira, por parte de um membro da direção estadual. A reunião é aberta a todos, mas convocados ao menos um

⁶⁹ Conceito de qualidade que subverte a lógica mercadológica de referenciar os critérios avaliativos e considera aspectos socioeconômicos, culturais, financiamento e políticas governamentais.

representante, por turno e por escola, havendo também um chamado à filiação e ao pagamento das mensalidades de filiados. O documento, embora em condições de visibilidade ruins, pois ainda mimeografado, era preenchido com os nomes do destinatário e sua escola e assinado por membros da diretoria local, onde se lê os nomes de Eloá Jane, Lenir Barbosa, Maria das Dores-Dodora, Débora Salles de Miranda. Em outro exemplar igual, porém em piores condições de visibilidade e dirigido à outra professora, são acrescentados ainda os nomes de Marlene Fernandes e Aparecida Damasceno, que parecem ter sido cortados deste por uma danificação no papel. Portanto, é possível confirmar que ao longo de 1982 houve uma diretoria instituída, não se sabe exatamente se teria sido a primeira eleita, se corresponderia à gestão de 1981-1983 ou de 1980- 1982, mas fica evidente que dela, certamente, Dodora fez parte.

Figura 23 - 1982. Acervo do SEPE/VR. Convocação para reunião geral do CEP/VR.



Em outro documento mais recente, publicado pelo SEPE/RJ em 2018 na ocasião do 41º Encontro Estadual de Aposentados da Educação, intitulado “A História do SEPE através das suas Direções”, as diretorias estaduais do SEPE são reconstituídas a partir do movimento

realizado na histórica greve de 1979. A primeira gestão em que Dodora consta como membro é a de 1985/1987, na qual parte da Direção renuncia e Dodora compõe esse grupo. Ela ocupava o cargo de Diretora Geral. A essa gestão seguem outras oito gestões integradas por Dodora, duas delas como suplente, na ordem: 1990/1992, diretora de magistério; 1997/1999, coordenadora do interior; 1999/2001, suplente; 2001/2003, coordenadora do interior; 2003/2006, coordenadora do interior; 2006/2009, coordenadora geral; 2009/2012, coordenadora do interior; 2012/2015, suplente. Totalizando-se nove gestões em que Dodora integrou a diretoria estadual, ainda que na suplência.

Figura 24 - 2019. Acervo SEPE/RJ. Encontro Estadual de Aposentadas(os), Teresópolis. Hildézia ao microfone, Dodora, segunda à mesa, observando.



Logo, se no ano de 1979 Dodora atuou como base, já em 1982 compunha a diretoria local, embora seja necessário considerar que o CEP ainda se encontrava na ilegalidade, tendo retomado sua vida institucional em 1983, no governo Brizola, e em 1985, sua primeira gestão na diretoria estadual, tendo feito essa aproximação, como já dito antes, a partir, também, do contato com Hildézia Medeiros. Estando essa relação imbricada, inclusive, no episódio da renúncia de parte da diretoria estadual que, segundo o documento citado do SEPE/RJ, teria ocorrido em algum momento impreciso da gestão de 1985/1987, tendo como mote da renúncia a ampliação do caráter da entidade para os funcionários de escolas, transformando-a em representante dos profissionais da educação. A respeito, Miranda (2011) precisa esse momento, ocorrido a partir do III Congresso, em 1987, e descreve as circunstâncias

Para a diretoria, presidida por Hildézia Medeiros, a deliberação de transformação do CEP em uma entidade dos trabalhadores da educação foi considerada uma “decisão

prematura, inconseqüente e anti-democrática”. Ao apostar que a proposta da oposição - de incorporação dos funcionários ao CEP - motivaria o elitismo dos professores, a diretoria pretendia recuperar a base social e a direção do movimento. Ao contrário, a ampliação do quadro social do CEP, associado aos outros aspectos tratados, levou a diretoria à renúncia. Após a realização do terceiro congresso da entidade, ocorrido entre 30 de outubro e 02 de novembro, na UERJ, a diretoria anunciou a sua renúncia para o ano seguinte. Eram vários os argumentos, o mais incontornável referia-se a incapacidade de dirigir o movimento, conforme demonstrava a carta enviada aos associados [...] (MIRANDA, 2011a, p.78)

Conforme é possível constatar, a diretoria presidida por Hildézia, tendo Dodora como uma das diretoras gerais, protagonizou essa renúncia e já vinha lidando com um clima de crise e desgaste, após atravessar greves difíceis e divergências com grande parte da categoria nos seus fóruns. Dodora analisa esse desfecho

— O SEPE foi organizado, né, as primeiras lideranças do SEPE eram ligadas ao Partidão, na criação do CEP, do PT, houve uma crise aí porque o Partidão discordava totalmente da criação do PT. Alguns que estavam no CEP aderiram ao PT, Godofredo, Ricardo, Ítalo, eram do Partidão, Hildézia, Máximo, eram do PT [...] O CEP foi crescendo, novas lideranças foram surgindo e surgiu, e dentro do PT havia os trotskistas, que eram organizados na Convergência Socialista, que eram organizados na Democracia Socialista. Esse grupo cresceu, com uma postura muito mais combativa, cresceu dentro do CEP e no congresso do CEP de 1984 [sic], e até então eu era igrejeira, eu não era de corrente nenhuma, no congresso de 1984 [sic] a tese desse grupo mais à esquerda ganhou todas as propostas. Então a Direção, é, no final do congresso, renunciou, reconhecendo que não representava mais a vanguarda da categoria, uma vez que todas as suas teses e propostas haviam sido derrotadas, e renunciou. E eu renunciei junto com essa Direção.⁷⁰

Reconhecendo o distanciamento que se deu entre base e direção, naquela gestão, assim como o crescimento e consolidação de outros setores, Dodora reafirma sua decisão de acompanhar a renúncia e pontua que, no contexto, não integrava nenhuma corrente política, o que vai se dar logo depois, com sua aproximação com o MCR⁷¹. Ressalta-se que ela já fazia parte do Partido dos Trabalhadores, desde sua fundação, e transitava entre a diretoria do CEP/VR, a direção de uma unidade escolar e a equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, considerando intervalos relativos a cessão para dirigir escola e licença sindical. Dodora vivenciava, então, um cotidiano de intensa circulação entre diversos setores, com diferentes possibilidades de diálogo, o que, em grande parte, acrescentaria experiência e amplitude em seu processo de formação política.

Em contraponto a esse cenário que se dava em nível estadual, Dodora recupera a caracterização do CEP/VR, que a partir do III Congresso, em 1987, passaria a CEPE, Centro Estadual dos Profissionais da Educação, incorporando os funcionários de escola como inspetores, merendeiras, auxiliares de serviço geral, dentre outros. Nesse sentido, pondera que

⁷⁰ Entrevista concedida em 04/06/2011.

⁷¹ Movimento Comunista Revolucionário, tendência interna do PT na década de 1980.

o núcleo não sentiu reflexos de sua renúncia na Direção central, pois sua composição era de um “CEP de base mesmo, de militantes que não tavam [sic] envolvidos nessa discussão”. E completa relatando que algumas das militantes da origem, que apresentavam vinculação com organizações políticas, já não estavam mais na estrutura, como Marlene Fernandes e Eloá Jane.

Figura 25 - 1988. Arquivo pessoal. Passeata da greve da Rede Estadual. Foto: Cláudia Ferreira.



No que se refere à sua concepção evidenciada na expressão “CEP de base”, percebemos uma herança dos primeiros tempos da fundação do núcleo em Volta Redonda, em que havia uma ação mesclada, de certa maneira aproximada de um exercício horizontalizado de militância, na qual somava-se o compromisso com ações concretas e a preocupação com o esclarecimento e a formação da categoria. Inúmeros registros impressos, encontrados no acervo do sindicato, corroboram com esse olhar, são certificados de cursos e encontros variados, relatórios de debates de conteúdos diversos, fotografias que registram dramatizações, dinâmicas, palestras e seminários. Ou seja, uma forma de fazer acontecer a militância que não abria mão das combativas assembleias e manifestações de rua, inclusive com greves de ocupação e táticas do universo da tradição operária, mas que valorizava também a experiência docente em si, o caráter pedagógico do ato de resistir, a dimensão educativa da luta coletiva.

Especialmente as mobilizações e greves da Rede Municipal são destacadas por Dodora, pela territorialidade que garantia um maior potencial de concentração, proximidade com o centro da política e ação unificada, mas também porque, ante o histórico de luta social e movimento popular da cidade, abrangia setores para além da educação, sensibilizava a sociedade, possibilitava unificação com os demais segmentos do funcionalismo público municipal. Segundo seus relatos, essas greves chegavam a ter até 90% de adesão, com a

participação de diversas diretoras de escola, inclusive, independentes politicamente e combativas tal qual a base.

Nesse sentido, Miranda (2011) contribui, ao analisar o pensamento pedagógico de entidades sindicais da educação no Estado do Rio de Janeiro

O Sepe é a entidade em que encontramos o debate pedagógico mais desenvolvido, até mesmo na forma de resoluções congressuais. Atribuímos também a complexidade do debate ao fato de ser uma entidade que tem uma direção formada pelos critérios de proporcionalidade, ou seja, que é composta por dirigentes de diferentes forças políticas, de acordo com o quantitativo de votos obtidos nos processos eleitorais.

Para Dodora, a dimensão educativa da ação sindical nesse período, ainda que a instituição contivesse muitas contradições no modo de operação que foi se constituindo ao longo dos anos, era um elemento que formava consciência política e fortalecia os vínculos entre categoria e sindicato. E, entendendo o sindicato como a expressão de uma coletividade que se constrói em avanços e retrocessos, assumindo os debates e as decisões compartilhadas, afirma “o sindicato não tem erro, o sindicato acerta sempre”.

Figura 26 - Década de 1990. Arquivo pessoal. Dodora e Sãozinha, também professora e sindicalista, em manifestação do SEPE no Rio de Janeiro.

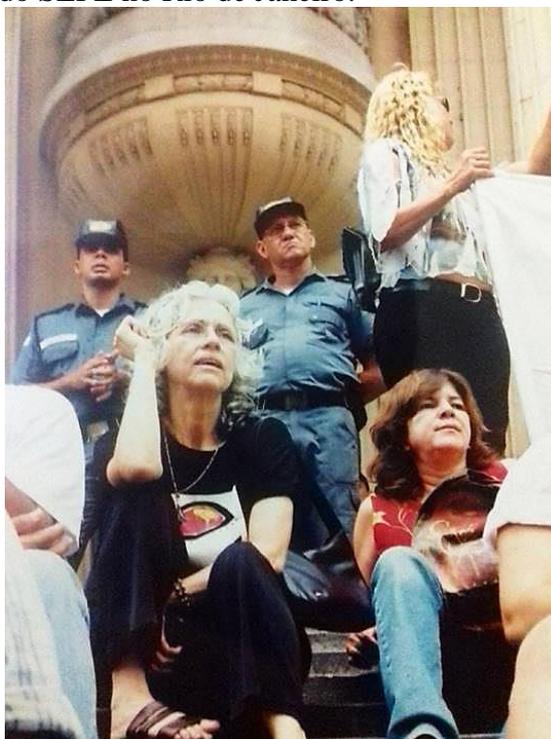


Figura 27 - Década de 1990. Acervo pessoal..

a)



b)



c)



a) Campanha salarial do SEPE. b) "Campanha das bananas", SEPE/VR e Sinpro/VR. c) Aula pública/SEPE

3 MILITANTE, UMA VOZ FEMININA NA CIDADE OPERÁRIA

“O movimento sempre foi muito machista, né?”, define Dodora, enquanto rememora as lutas históricas da cidade. Lutas essas que incluíam imensas parcelas de mulheres, algumas lembradas por ela, as posseiras, as lavadeiras, as empregadas domésticas, as metalúrgicas, as donas de casa, as professoras... tantas, muitas eram as que ficaram sob o tapete no registro da história.

De inúmeras dissertações, teses, publicações de variados formatos, sobre uma das cidades operárias mais pesquisadas da América Latina, poucas abrem espaço para as vozes e memórias femininas. E, ainda assim, espaço mínimo. Cabe a pergunta: essas mulheres nada teriam a dizer sobre as histórias, fatos e enredos tecidos nesse território efervescente “onde tudo acontece primeiro” (como costuma brincar Dodora)? A elas só caberia o silêncio?

A respeito, Perrot (2007, p. 16) afirma

Escreve a história das mulheres é sair do silêncio em que elas estavam confinadas [...] Nesse silêncio profundo, é claro que as mulheres não estão sozinhas. Ele envolve o continente perdido das vidas submersas no esquecimento no qual se anula a massa da humanidade. Mas é sobre elas que o silêncio pesa mais. E isso por várias razões.

E reconstitui, historicamente, esse lugar à margem destinado à elas, não sem resistência, não sem vitórias, ainda que a necessidade de conquistar e defender esse terreno seja permanente, como diz Beauvoir.

Não somente no universo acadêmico essa desigualdade ainda perdura, mas também, e profundamente, no campo da representação na política, assim como na esfera do movimento sindical. Ora, numa cidade atravessada de ponta a ponta pela atmosfera fabril, um reino da siderurgia, que lugar caberia às mulheres? E às suas falas? E às suas memórias? Justo elas, a quem o sistema atribui a gigantesca tarefa da reprodução social da vida e, assim, da própria força de trabalho, os trabalhadores. Sua atuação já era expressiva no mundo do trabalho e continuava predominante no mundo da reprodução social. Dodora, oriunda de um uterino processo de formação de consciência de classe, no seio da Igreja progressista, de uma concepção de educação libertária e da prática política do movimento sindical, já sentia, por experiência própria, o peso dessa desigualdade.

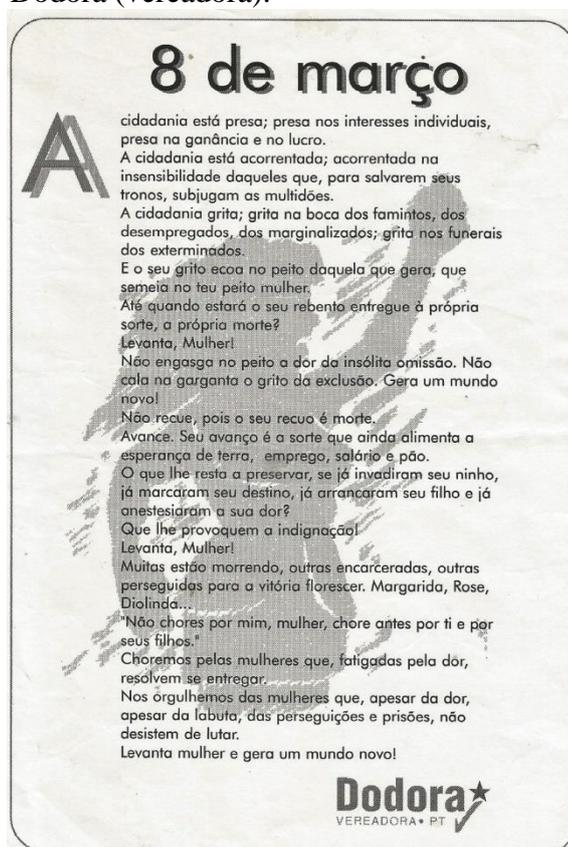
— [...] o movimento, e o próprio sindicato dos metalúrgicos, sempre foi muito machista, né? E continua sendo. É um perfil machista sem precedentes. Nas assembleias dificilmente alguma mulher falava, dificilmente alguma representação de

outro sindicato falava porque, além de machista, era um sindicato muito centralizador. Só as figuras do sindicato é que sobressaíam.⁷²

Por se tratar de uma cidade onde as diversas mobilizações e movimentos se cruzavam, embora o relato de Dodora se refira ao ambiente do sindicato dos metalúrgicos, se estendia, ainda que em intensidades diferentes, aos demais. Até mesmo o SEPE, entidade cuja base representativa é majoritariamente feminina, deixou transparecer seu viés reprodutor do machismo e do patriarcado em seus fóruns e instâncias.

Em contrapartida, os relatos e as trajetórias, quando contados sob o ponto de vista dessas “vidas submersas no esquecimento”, revelam existências ricas em contribuições, participação ativa e protagonismo nas suas bases de atuação. Ao assumir postos de liderança nas associações da Igreja, se tornar diretora de escola, exercer a coordenação de área em equipes pedagógicas centrais, ocupar a direção do sindicato e passar a atuar por um partido, chegando a se tornar parlamentar, Dodora se coloca, inevitavelmente, num lugar de protagonista na história da cidade. E, gritam as evidências, vai de mãos dadas com outras.

Figura 28 - 1993. Arquivo pessoal. Panfleto do 8 de março, do Mandato Popular da Dodora (vereadora).



⁷² Entrevista concedida em 06/12/2018.

Assim, seguir de mãos dadas com outros, mas especialmente com outras, significava conhecer suas realidades, de vidas em risco, de encarceradas, de perseguidas, conforme o alerta da mensagem emitida, em razão do Dia Internacional da Mulher, no período em que exercia o mandato de vereadora. Questionando, inclusive, no texto, um conceito de cidadania que exclui os setores “despossuídos” e precarizados da sociedade, associando a condição de luta permanente nas vidas das mulheres às características de certa identidade de classe. Entretanto, significava, mais do que tudo, estabelecer diálogo constante com essas realidades no sentido de compreendê-las, perceber suas nuances, demandas e contradições, e provocar a saudável indignação que impulsiona para a organização coletiva. Pois, em simultâneo a esse lugar de protagonista nas lutas, havia a constatação de que muitas outras e outros também o eram, ou deveriam ser.

E, embora Dodora não tenha integrado algum setor específico nas lutas das mulheres, mantinha relações com esses segmentos, compartilhando e fortalecendo suas pautas, e identificava um movimento de mulheres muito ligado à Igreja, sem aprofundar determinadas pautas que encontravam limites na doutrina, enquanto outro setor assumia mais as pautas ligadas ao feminismo ascendente, reconhecendo, portanto, as disputas de visões. Análise que, por observação e vivência própria, podemos afirmar que ainda perdura na cidade.

Considerando as divergências e a diversidade de lugares de onde as mulheres pensavam a si mesmas, as suas vidas e lutas, o fato é que, como Dodora, ainda que parte delas não se apropriasse de alguma tendência ou corrente feminista, muitas foram as formas de participação, de exercício de um protagonismo, no contexto dessa delimitação temporal desde o final da década de 1970 até meados da década de 1990, ainda não incluídas nos relatos da história. Desde a organização de movimentos que acompanhavam e protestavam quanto ao custo de vida (Movimento Contra a Carestia ou Movimento do Custo de Vida), de grupos de mães, até a atuação na fundação de entidades sindicais de categorias de base (sindicato das empregadas domésticas e CEP), a participação em direções sindicais como as da Construção Civil e dos Metalúrgicos, nas Comissões de Moradores (depois Associações de Moradores), no Centro de Cultura Popular⁷³ e nos demais fóruns políticos institucionais, como as representações no parlamento. As professoras, inclusive, vanguarda do movimento sindical na cidade, também se viam envoltas na luta sindical dos metalúrgicos, como descreve a observação de Dodora que lembra, também, a figura da professora Débora Salles, que teria sido uma das lideranças das mulheres dos metalúrgicos

⁷³ Segundo Marlene Fernandes, o Centro de Cultura Popular atuava realizando assessoria em educação popular. Dele fizeram parte a própria Marlene, Jessie Jane, Cláudia Virgínia, Silene Domenguini

— [...] muitas daquelas mulheres que estavam nos bairros [...] impedindo que entrassem as kombis da CSN para pegar os trabalhadores para que eles fossem furar greve, no meio dessas mulheres também tinham professoras, né, esposas de metalúrgicos.⁷⁴

Um fato importante, noticiado pelo jornal *Opção*, na edição de 20 a 22 de agosto de 1983 (p. 7), foi a participação de Ana Maria da Cruz, que exercia a função de meio-oficial de eletricista, na chapa de oposição ao sindicato da construção civil. Segundo o jornal, ela teria sido a primeira mulher no país a se candidatar a uma vaga na diretoria de um sindicato de produção. Na reportagem, Ana Maria já participava do movimento da oposição sindical desde 1979 e relata a dificuldade de estabilidade no emprego e, inicialmente, de aceitação de sua presença no movimento, por ser mulher. Acrescenta que não participava de movimentos feministas, por discordar de determinadas posições “que às vezes não atingem a realidade da mulher”, apesar de considerar importante a atuação conjunta em certas circunstâncias.

Nesse contexto, dentre os papéis considerados de destaque ocupados por mulheres estavam também os cargos eletivos da Câmara Municipal⁷⁵, para os quais os nomes de Glória Roussin Guedes Pinto e Lecy Fernandes de Souza surgem como algumas das pioneiras no período da redemocratização. Tal exercício político também irá marcar a trajetória de Dodora, como veremos mais a frente.

E no seio desse processo, onde a caracterização da cidade operária, nascedouro de lutas populares diversas, bem como do contexto histórico onde a Igreja Católica das Pastorais Sociais, Comunidades Eclesiais de Base e da Teologia da Libertação se encontrava enraizada em sua territorialidade e em suas lutas, e onde os movimentos sociais e sindicais organizados ecoavam na política municipal, se desencadeia, como em tantos outros lugares do Brasil, a organização de um novo partido político operário, o Partido dos Trabalhadores, no qual Dodora terá participação orgânica e determinante.

3.1 Novas lentes na militância no PT

Os anos finais da década de 1970 trouxeram grande esperança com as inúmeras greves e mobilizações que ganhavam força por todo o país. Essa esperança, embora ainda “equilibrada” como na música de João Bosco, alimentava não só o desejo de um projeto de país que trouxesse uma vida melhor para quem se encontrava na base da pirâmide ou simplesmente

⁷⁴ Entrevista concedida em 06/12/2018.

⁷⁵ Segundo a publicação *Mulheres de Volta Redonda* (2013), da Prefeitura Municipal da cidade, Orsina Prado de Castro, professora e militante pela emancipação do município, foi a primeira mulher eleita vereadora em Volta Redonda, pelo PTB, no pleito de 1954.

precisava sobreviver do seu trabalho, mas, igualmente, entusiasmava e fortalecia as aspirações a construir efetivamente uma democracia brasileira.

Um país que viu sua história atravessada por golpes e períodos autoritários, onde o pensamento escravocrata, patriarcal e coronelista encontra-se profundamente enraizado em suas estruturas, não havia ainda experimentado uma efetiva democratização de suas políticas e instituições.

Desse modo, as greves do ABC paulista, as greves docentes e de tantas outras categorias e a ascensão dos movimentos sociais favoreciam a disseminação de organizações coletivas, populares, comunitárias, cujo grau de politização permitia a coexistência de uma pluralidade de concepções, renovando as estratégias e táticas do que vinha sendo a resistência política brasileira.

Também o mundo da cultura, compreendido aqui como universo da atuação de artistas de diversos matizes, repercutia essa atmosfera. A herança das intervenções dos Centros Populares de Cultura, da influência dos Festivais da Canção, das diversas companhias de teatro e das produções literárias que incorporavam a crítica ao regime e à censura, contribuía para preparar o terreno para os novos ventos que sopravam frente ao arbítrio que já não resistia.

É, portanto, nessas circunstâncias de efervescência política e cultural que funda-se o que seria, para muitos, a representação dessas novas aspirações no campo da política, o Partido dos Trabalhadores.

O Partido dos Trabalhadores começava a se concretizar em vários lugares do Brasil. Era a resposta organizativa construída por trabalhadores que emergiram para a política na vaga de mobilizações do final dos anos 70. Mas a passagem das greves e agitações sociais para a concretização da nova formação política não foi, de modo algum, mecânica. Havia vários projetos de partido em discussão e o fato de que o resultado histórico tenha sido, afinal, o PT tal como ele se configurou foi a consequência dos embates que se travaram entre as forças que se envolveram, não estava dado a priori. E nem poderia ser de outro modo, tal a diversidade de sujeitos que emergiam das lutas e formulavam o problema da organização política e dos horizontes de luta, a partir do qual foi criada a perspectiva do novo partido. (COELHO, 2005, p. 49)

À luz do que nos traz Coelho (2005), sobre os primórdios do fenômeno que se configurou o PT no Brasil, tentamos também perceber a realidade dinâmica e complexa que se reproduzia na cidade de Volta Redonda naquele momento. A diversidade de grupamentos políticos, representativos das mais variadas áreas e setores, a tradição daqueles que compunham os quadros da resistência de esquerda na cidade, antes desse processo, como PCB, MDB, grupos clandestinos (MEP, ALN, POLOP, Convergência Socialista, etc.)⁷⁶ e a posição da Igreja

⁷⁶ Partidos e organizações que atuaram antes e/ou durante a Ditadura Civil-militar brasileira: Partido Comunista Brasileiro (PCB); Movimento Democrático Brasileiro (MDB); Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP); Aliança Libertadora Nacional (ALN); Política Operária (POLOP).

Católica local, também inscreviam naquela territorialidade um desafio para os campos políticos progressistas e de esquerda em tal conjuntura.

Até então, Dodora participava ativamente das instâncias da Igreja progressista e já iniciava sua atuação mais sistemática no movimento sindical, entretanto, não possuía filiação partidária ou integrava algum tipo de grupo clandestino. No âmbito do CEP estadual se referenciava nos discursos e modos de abordar a categoria representados por Hildézia Medeiros e, assim, à medida que os contatos, as reflexões e os espaços-tempo de concretização da luta aconteciam, possibilitando encontros e trocas, nos quais surge o nome de Wilton Porciúncula, professor e militante do SEPE/RJ, como figura importante nos diálogos que repercutiam em suas opções políticas. Dodora realizava, portanto, a convite desse companheiro, sua primeira aproximação com o Movimento Comunista Revolucionário (MCR), que viria a se tornar Força Socialista, tendência interna do PT e, uns anos depois, se modificaria com as reconfigurações de forças políticas no interior do partido.

No sentido de compreender melhor a concepção de democracia num partido de tendências internas, que o PT convencionou ao longo de seus primeiros anos de existência, recorremos à Resolução sobre Tendências, um marco em sua organização, definida no 5º Encontro Nacional do PT, em 1987

Sendo democrático, o PT admite em seu interior a disputa ampla entre diferentes opiniões. Acredita que somente a mais ampla liberdade de pensamento e o incentivo ao debate político poderá torná-lo genuína fonte de conhecimento e fortalecê-lo como instrumento de ação dos trabalhadores. Entretanto, da mesma forma que defende e garante a pluralidade de pensamento sobre as mais variadas questões, exige a mais forte unidade de ação, pois é na base desse elemento que reside a eficácia do partido como instrumento de intervenção na luta de classes, no rumo do socialismo. O PT, portanto, defende a democracia interna como princípio partidário, ao mesmo tempo em que reitera a necessidade de acatamento obrigatório das deliberações das instâncias partidárias como expressão desse mesmo princípio. (RESOLUÇÃO SOBRE TENDÊNCIAS apud ALVES, 2018, p. 167)

Comprendemos, então, que, na trajetória de Dodora, houve um primeiro momento de integração ao partido e, alguns anos depois, sua aproximação e vinculação mais orgânica com uma tendência interna.

Retomando, assim, esse período inicial, referente à fundação do partido em 1980, ressalta-se que Dodora participou desse momento juntamente com seu companheiro de vida, Schetino Mota, funcionário público da antiga TELERJ e militante sindical do SISTEL (Sindicato dos Telefônicos). Além de Schet, como é conhecido, muitos outros companheiros e companheiras de luta, dos diversos movimentos e entidades com base na cidade, integraram essa conformação inicial. Mas é importante pontuar que outros optaram por ingressar no PDT,

Partido Democrático Trabalhista, no qual Brizola já vinha galgando outro projeto alternativo para o país, inclusive para a educação, que correspondia aos anseios de parte dessa militância. Existindo, pois, na cidade, uma disputa relativamente polarizada na esquerda entre as militâncias desses dois partidos.

Figura 29 - 1989. Arquivo pessoal. Praça de Volta Redonda repleta em manifestação que mostra cartaz da campanha do Brizola, bandeiras do PT, faixas sobre o movimento na CSN e a atuação das pastorais sociais. Uma síntese da luta social na cidade.



Da mesma forma que a pluralidade de atores, experiências e concepções na composição do PT, em sua origem, representou um desafio para sua consolidação e unidade de atuação, no plano municipal esse retrato também se deu, caracterizando um difícil processo de construção na cidade que, já em meados da década de 1980, aparece como “crise” em alguns de seus documentos e boletins.

Dodora, que a princípio possuía uma posição política independente dentro do partido, relata que “a direita dizia que eu era radical e a esquerda, igrejeira”, o que expressa como sua atuação era rotulada por diferentes setores. Ser radical para a direita, talvez fosse manter as defesas de princípios que não cabiam no jogo de interesses privados que procurava, desde sempre, se apropriar da ‘coisa pública’? E ser igrejeira, para a esquerda, seria priorizar os interesses relacionados ao projeto da Igreja, mesmo progressista, no bojo da luta de classes?

Questões que servem para fazer refletir sobre o papel da figura pública, a expressão de seu compromisso ético-político, nos processos de tomada de decisão e busca por coerência,

considerando as contradições como possibilidades de aprendizagem e crescimento. Um pouco da síntese que Dodora realiza, ao olhar para trás, reafirmando se sentir como uma “metamorfose ambulante”, alguém com direito e desejo de mudança.

E, embora se envolvesse cada vez mais com a organização do partido, a militância sindical ganhou centralidade em sua atuação até determinado momento. Lembra que apenas esteve ausente da condução política do núcleo municipal do CEP quando foi eleita vereadora na cidade, em fins de 1992.

Importante ressaltar que esse também foi um momento crucial em sua vida pessoal. Integrar um partido, exercendo liderança sindical, atuando no magistério, em equipes de coordenação de rede e, por alguns anos, também dirigir uma escola de grandes proporções, não seria nada fácil para uma mulher, casada e mãe de três filhos. Realidade que seria, em parte, retratada na exposição “O sol por testemunha”⁷⁷, conforme já citado. E, por mais que Adélia Prado profetize que “mulher é desdobrável”, no sentido da força e resistência que representa, é preciso desvelar as injustiças e desigualdades intrínsecas às estruturas sociais também marcadas, historicamente, pelo recorte de gênero.

Na condição de esposa e mãe, Dodora se viu vivenciando dilemas, especialmente na fase de seu mandato de vereadora, conforme compreenderemos mais adiante. Num casamento tradicional, realizado na Igreja Católica, de onde os dois eram oriundos e onde se conheceram enquanto jovens, em 25 de dezembro de 1971. Quando jovem casal, militaram e viajaram juntos. Depois de cinco anos, desejaram filhos e, com intervalo de alguns anos entre eles, vieram Demian, Érica e Dimitri, nascidos em 1975, 1978 e 1980, respectivamente.

Ao longo de sua infância e adolescência, por conta da atuação política do casal, os filhos e a filha acompanhavam ou ficavam apoiados pela tia materna e a família no geral. Dodora identifica como fase mais difícil a do mandato de vereadora em Volta Redonda, mesmo período em que o companheiro, Schet, havia sido transferido no trabalho para o Rio de Janeiro.

Entretanto, a despeito do que as convenções sociais, ainda mais fortes à época, diziam sobre mães que optam por distribuir seu tempo entre outras atividades que consideram importantes na vida, que trabalham fora e que ocupam um espaço político, Dodora se manteve firme nas suas convicções, ao que parece buscando encontrar caminhos para lidar com as demandas.

Convém destacar que, concomitantemente com a fundação do PT, as centrais e confederações de trabalhadores também começam a se estruturar, tendo a participação nos

⁷⁷ O conteúdo da exposição pode ser visto no anexo ao texto.

fóruns da CUT e da CPB, posteriormente CNTE⁷⁸, sido, da mesma forma, espaços de atuação, como evidenciam alguns certificados que apontam sua participação em congressos e conferências das entidades.

Enfrentando, assim, as limitações estabelecidas pelo que se convencionou como papel da mulher na sociedade e ocupando, de fato, o espaço da política, Dodora construiu sua militância no partido. E, ainda que tenha ingressado em uma tendência interna por volta de 1987, até esse momento se definia “igrejeira”, uma militante independente de correntes ou tendências, advinda dos movimentos mais relacionados à base da Igreja. Isso acarretava uma condição por vezes incômoda, outras vezes polêmica, para os setores que estavam em organizações políticas e disputavam propostas, encaminhamentos e cargos internos.

Quanto à estruturação e consolidação do partido em Volta Redonda, identificamos percurso semelhante ao trilhado pelo PT em outras cidades brasileiras, debates e disputas internas intensas, coexistência de divergentes concepções e pluralidade de propostas e percepções de método, que derivaram, ao final da década de 1980, numa organização mais delimitada pelo partido da existência de tendências internas.

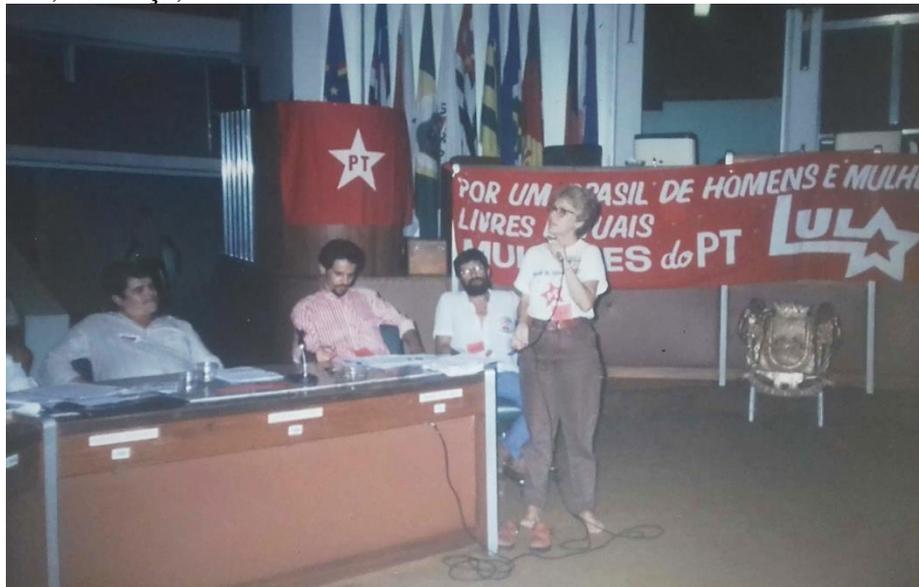
Sendo assim, com opiniões e avaliações políticas muito próprias, Dodora é considerada por alguns setores como figura polêmica, supostamente destoante de parte majoritária do núcleo central do partido, compreendendo-se nele o diretório municipal. A partir do momento que se organiza politicamente, aderindo, efetivamente, ao MCR, posterior Força Socialista, passa a vivenciar e intervir com maior organicidade nas instâncias partidárias e fora delas, como representante partidária. Atuação a partir da qual vai se constituindo como possibilidade eleitoral, de onde surge suas candidaturas como vereadora e deputada federal nos anos vindouros.

Em um dos boletins internos do Diretório do PT de Volta Redonda, de 17 de outubro de 1989, cujas pautas tratavam das perspectivas eleitorais próximas e de temas como finanças, segundo turno, comissão de ética, intervenção e campanha do Amorim, seu nome chega a ser citado, junto ao de outros companheiros, alegando que Dodora faria parte de um grupo que esparramava boatos e que “apoiou Clinger em 85, trabalhou para Darcy Ribeiro em 86 e em 88 não sabemos para que partido trabalhou”. Numa clara demonstração de divergências internas e demarcação de territórios de disputa, nem sempre realizada com base numa ética solidária e dialógica, onde parte da militância parecia reivindicar a legitimidade histórica do partido e outra parte persistia na defesa de uma visão de um PT “nas bases e nas ruas”, enquanto alguns

⁷⁸ CUT, CPB e CNTE: Central Única dos Trabalhadores, Confederação dos Professores do Brasil e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, respectivamente.

transitavam entre os campos. Tendo Dodora se mantido independente até por volta de 1987 e, nesse ano de 1989, já estabelecendo relações com uma tendência interna que, aparentemente, não era majoritária na cidade.

Figura 30 - 1989. Arquivo pessoal. Dodora em atividade municipal do PT, descalça, exercendo a fala ante uma mesa masculina.



Ressalta-se que, a crise no PT/VR, já mencionada anteriormente, não se dá de forma isolada, tendo em vista que esse início de formação partidária foi extremamente complexo em função da coexistência de visões e perspectivas estratégicas que compuseram o partido, mas ocorre no contexto prévio de sua estruturação quanto às diretrizes para a relação entre as tendências internas e das tendências com o partido como organização. No entanto, a conjuntura local, de intensa concentração de movimentos populares e linhas de ação, favoreceu um maior clima de tensão em nível municipal. Ainda assim, mesmo atravessando acentuadas disputas internas, atuações individualizadas e rachas públicos, o partido seguiu se organizando, crescendo e intervindo na vida política da cidade, o que se reverteu na eleição de vereadores e de uma vice-prefeita, em coligação com o PSB e a Frente Popular, a qual abordaremos mais adiante, no ano de 1992.

Logo, a convicção que conduziu Dodora às fileiras do partido no cenário de sua fundação fica expressa ora quando ela pensa e verbaliza sobre o novo mundo que as aspirações cristãs progressistas. Mas também, nos perguntamos, mesmo que em alguns momentos pareça subjacente ao seu relato, o quanto já se atribuía, também, ao sonho socialista que aparentava referenciar sua prática.

O partido lhe garantiu, pois, a oportunidade de aprofundar sua análise a respeito do que representava trabalhar pela transformação social, tomando como referência a compreensão da conjuntura de maneira integral e sistêmica. Embora a formação na Igreja tenha possibilitado a capacidade de realizar a leitura crítica da realidade, a partir dos exercícios do VER-JULGAR-AGIR, e a vivência dos primeiros anos de sindicato oportunizado o ponto de vista partindo da relação concreta com o mundo do trabalho, seria no partido que uma concepção mais abrangente do que se tratava o sistema sócio-político-econômico e a perspectiva de consolidação de outro projeto de sociedade se viabilizariam. Conforme expresso na Carta de Princípios, de 1979, elaborada pela comissão provisória nos primórdios da fundação do PT

Os trabalhadores entenderam ao longo desse ano de lutas que as suas reivindicações mais sentidas esbarravam em obstáculos cada vez maiores e é por isso, dialeticamente, que vão sendo obrigados a construir organizações cada vez mais bem articuladas e eficazes. (CARTA DE PRINCÍPIOS, apud ALVES, 2018, p. 103)

Enquanto dava conta de viver a materialidade das demandas da vida familiar e do trabalho, se inseria cada vez mais no universo da militância política e sindical, onde as práticas comunitárias que forjaram a primeira etapa de sua trajetória, através da atuação nas esferas católicas e do próprio modo de vida, ao compartilhar desse mesmo sentimento e convívio com vizinhos e colegas de trabalho, ganharam um corpo teórico mais elaborado, que lhe permitia, inclusive, uma percepção mais aprofundada sobre o papel institucional de um partido de massas. Ainda de acordo com o mesmo documento

O PT entende, por outro lado, que sua existência responde à necessidade que os trabalhadores sentem de um partido que se construa intimamente ligado com o processo de organização popular, nos locais de trabalho e de moradia. Nesse sentido, o PT proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão a seu objetivo maior, que é o de estimular e aprofundar a organização das massas exploradas. (CARTA DE PRINCÍPIOS, apud ALVES, 2018, p. 106)

E, além de fornecer elementos de análise para a reflexão sobre a importância da intervenção partidária, naquela conjuntura, para a articulação das lutas em diversas instâncias, para a ampliação da formação de consciência política e para a efetiva organização da classe trabalhadora e das exploradas e explorados empobrecidos e violentados pelas políticas remanescentes de um governo autoritário, cujo modelo econômico privilegiava o capital monopolista, também instrumentalizava sua visão a respeito de um projeto de educação transformador que ia ao encontro de seus anseios e sonhos.

Nesse cenário conjuntural, greves de 1978 e 1979, fundação do PT em 1980, da CUT em 1983 e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1985, a educação de viés popular e crítico era um instrumento fundamental para a emancipação dos trabalhadores,

como outrora afirmava Florestan Fernandes ao defender a escola de qualidade. Foi, igualmente, base para os governos democrático-populares que se elegeram na retomada dos processos eletivos democráticos

O potencial desse projeto político de Educação está presente na forma como, mesmo diante de muitas dificuldades e precariedades, a Educação popular sobreviveu às ações de desmobilização e desmonte dos movimentos populares. Ela não só resistiu e permaneceu atuante, como contribuiu para que educadores e educadoras levassem para as escolas o que aprenderam em sua militância política nos movimentos sociais e sindicais. Os governos democráticos e populares, que foram ganhando espaço na sociedade brasileira a partir dos anos 80, também se apoiaram nas experiências de Educação popular para definição de políticas educacionais. (PEREIRA, 201, p. 83)

Confluindo para esse sentido, Dodora reafirma, com lucidez, em uma de suas entrevistas, o dito clássico de Paulo Freire “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda”, ao pensar sobre o papel das professoras e professores, de Volta Redonda, na luta pela democratização da sociedade, bem como na construção do sindicato, concluindo que o diálogo entre essas dimensões e a atuação para além da escola se fazem imprescindíveis em qualquer projeto que pretenda a transformação social e a instauração de uma nova ordem.

Figura 31 - 1999. Arquivo pessoal. Marcha à Brasília com o MST (Dodora ao centro).



3.2 A greve dos metalúrgicos de 1988

“[...] foi um espaço de aprendizado, um espaço de educação política, um espaço de aprendizado da unidade dos trabalhadores”, é dessa forma que Dodora define o movimento de massas, com projeção nacional, que se constituiu a greve dos metalúrgicos de 1988.

Para Dom Wadyr Calheiros, bispo de Volta Redonda, a repressão àquela greve em 88 já era a introdução do neoliberalismo no Brasil. *“Eu me lembro que dentro da negociação entre os operários e a companhia siderúrgica se deslocou para cá o Ministro da Indústria e Comércio. Ele já apontou naquela ocasião com a privatização da Companhia. Depois com o Collor começou o desmonte total da organização dos nossos operários.”* (VEIGA; FONSECA, 2008, grifo dos autores)

Enquanto Volta Redonda já se tornara um centro econômico de interesse nacional, os movimentos populares e sindicais da cidade, num crescente desde a década de 1970, também identificavam a Usina ou Companhia, como chamavam, como central nas vidas das famílias e no sentido de urbanidade que se vivenciava. Conforme já apontado no início dessa pesquisa, por um longo tempo a cidade girou em torno da Usina, e sua posição estratégica na economia nacional a colocava, da mesma forma, num lugar político estratégico. O relatório final da Comissão Municipal da Verdade, inclusive, nomeia esse período como uma ditadura tardia, cuja manutenção da vigilância, espionagem e intervenções militares sobre a cidade se justificavam em função do poderio econômico de sua estatal.

Além dessa caracterização, já começava a pairar sobre o país o espectro neoliberal na forma de políticas governamentais que procuravam implementar e aprofundar suas diretrizes, como pontuado por Veiga e Fonseca (2008). A resistência coletiva e unificada dos movimentos na cidade seria, então, em última instância, uma resistência também à ofensiva neoliberal.

Desse modo, a greve dos metalúrgicos de 1988, trazia como pauta, tirada em assembleia, o cumprimento do turno de 6 horas, os pagamentos de percentuais referentes a recomposição de perdas salariais, a readmissão dos demitidos por motivo de greve e o fim das listas “negras” da CSN, tendo sido deflagrada dia sete de novembro e prosseguido até vinte e três do mesmo mês. Cabendo destacar que entre os primeiros dias, até dez de novembro, a greve teve um caráter de ocupação, com milhares de metalúrgicos reunidos no interior da Usina, organizados, inclusive, para manter a preservação dos setores essenciais que não poderiam ser paralisados.

No bojo dessa resistência, majoritariamente reconstituída pelas vozes masculinas nas pesquisas registradas sobre o tema, mulheres de diversos setores exerceram um importante papel. As professoras, base do CEP/VR, se incluem nessas fileiras, Dodora entre elas. Sendo, portanto, de grande importância recompor suas memórias a respeito, considerar suas vozes, como forma de avançar na busca da igualdade de gênero também nas pesquisas acadêmicas. Em concordância com o que Perrot (2007, p. 17) afirma, *“o silêncio mais profundo é o do relato”* (grifo da autora), quando analisa a invisibilidade das mulheres no curso do registro da história.

Onde estariam essas mulheres durante o correr desse acontecimento histórico? Como se portaram as mães, esposas e filhas dos operários internados na Usina nos dias da greve de

ocupação? Haveria operárias? Quem trabalhou para garantir a subsistência do operariado ao longo daqueles dias? Quem comandou a “defesa” dos operários que ficaram do lado de fora? Como contribuíram as professoras, base majoritária e lideranças principais de outro forte movimento precursor de greves na cidade?

Essas são algumas questões imprescindíveis, sobre as quais é necessário discorrer, embora não tenhamos condições de responder a todas elas nessa pesquisa. Para compreender, então, o desenrolar dos fatos considerando também vozes femininas, ouvimos Dodora ao rememorar

— A greve de 1988 era uma greve inevitável, né. Havia a aprovação da Constituição, é o ganho, né, do turno de seis horas, que a CSN se negava em implementar. Junto com isso tinha toda a conjuntura da cidade, que vivia também um período de luta intensas, que já vinha da outra década [...] do acúmulo da luta contra a ditadura, contra a carestia, e Volta Redonda entrava num período de muito ascenso das lutas populares, principalmente impulsionada pelo, pelas comunidades de base e pelos sindicatos, que eram muito atuantes em Volta Redonda. É, a construção civil era um sindicato super atuante, o SEPE, o Sinpro. [...] a greve de 1988 foi uma greve que coesionou toda a classe trabalhadora de Volta Redonda, em torno de busca de direitos, de garantia de direitos, não só pros trabalhadores da Usina, mas virou uma luta geral da cidade.⁷⁹

Observando, assim, o relato de Dodora, percebemos a contextualização que explicita não só o histórico de lutas sociais e sindicais da década, mas o grau de envolvimento da cidade, como um todo, naquele movimento. O entendimento de que a busca por direitos não seria só para os trabalhadores da Usina e que a luta já se tornara geral atingindo o conjunto da população, demonstra uma análise de quem acompanhava os acontecimentos, fazendo o debate mais amplo sobre as relações e estruturas sociais e econômicas daquele espaço de atuação que não se restringia à escola ou ao sindicato.

Entendemos, entretanto, que a recomposição desse cenário, no exercício de buscar as memórias individuais, também se estrutura mediante a malha de lembranças compartilhadas. Pois, conforme Vieira (2015), ao refletir sobre a produção de Halbwachs

As relações entre sociedade e memória são o centro do pensamento do precursor Maurice Halbwachs. Ao introduzir suas observações sobre memória coletiva e memória individual (organizadas postumamente), o autor lembra que “apelamos aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma” (op. cit., p. 27). O depoimento não teria sentido senão em relação a um grupo do qual faz parte, acontecimento vivido em comum, e por isso depende do quadro de referência no qual evoluem o grupo e o indivíduo [...] (VIEIRA, 2015, p. 3)

Nesse sentido, os depoimentos de outras companheiras e companheiros, como outra professora, ex-sindicalista da educação, também partícipe do episódio, de uma operária da

⁷⁹ Entrevista concedida em 06/12/2018.

própria Usina e, ainda, de um metalúrgico aposentado, liderança grevista, vêm complementar o relato, auxiliando na compreensão das entrelinhas e da dinâmica do acontecimento compartilhado. Solange Whehaib nos conta

— 1988, que teve aquela tragédia [...] esse dia eu estava panfletando na porta do Colégio Batista [...] porque aí era a campanha, o meu carro, cheio de PT, tava no estacionamento ali enfrente do escritório central, que eu não sabia o que é que tava acontecendo, ali não sabia, a gente só ficou sabendo que não podia sair dali, só ouvia os tiros. [...] acho que um outro dia, um dia depois, nós fomos lá pra passagem superior, pra entrar [...] aí um soldado virou pra mim e falou: “professora, sai daqui”, ele era meu aluno [...] aí era algum protesto, alguma coisa depois do 9 de novembro.⁸⁰

O referido dia nove de novembro, citado pela professora Solange, se tornou tragicamente histórico e conhecido em todo o país. O Exército Brasileiro, acostumado a desbaratar as mobilizações e greves dos metalúrgicos, assim como controlar e espionar outras instâncias e entidades na cidade, embora a Ditadura tenha se encerrado oficialmente em 1985, invadiu a CSN e encontrou, dessa vez, uma categoria de centenas de milhares de operários disposta a resistir, em nome de sua dignidade e sobrevivência. Nas assembleias da greve se contabilizavam entre vinte e vinte e cinco mil trabalhadores. Entretanto, orientado por uma lógica militar, portanto, de guerra, usou da truculência de costume, feriu mais de vinte operários e assassinou brutalmente outros três: Willian, Valmir e Barroso.

Naquele momento a cidade encontrava-se envolvida nas atividades da greve, mas, também, nas eleições municipais, visto que sua maior liderança sindical no âmbito da siderurgia, Juarez Antunes, se apresentava como candidato a prefeito no pleito, o que se colocava como oportunidade estratégica para a conquista de outro projeto para a cidade. Além da candidatura para prefeito, cuja filiação era ao PDT, havia também as candidaturas da esquerda para a Câmara de Vereadores e grande parte da militância se distribuía nessas tarefas, incluindo a campanha eleitoral. A professora Solange nos relata, pois, que encontrava-se em campanha naquele fatídico dia, tendo sido muito difícil conseguir maiores informações e, até mesmo, se locomover na cidade. Logo, a população e a vanguarda militante foram estabelecendo contatos e, algumas horas depois, as notícias aterradoras foram divulgadas, motivando negociações com a mediação do Bispo Dom Waldyr Calheiros e novas mobilizações.

De acordo com o relatório final da Comissão Municipal da Verdade, em depoimento concedido na ocasião das investigações, Maria Conceição dos Santos, operária, “única mulher metalúrgica atuante no universo masculino do movimento sindical” (COMISSÃO, 2015, p.

⁸⁰ Entrevista concedida em 17/07/2018.

512), relatou que “Na greve de 1988, os operários da Usina e a população do centro da cidade foram atacados pelo Exército na 5ª intervenção, com dezenas de feridos e três operários assassinados” (COMISSÃO, 2015, p. 513).

E, ainda, Isaque Fonseca, metalúrgico aposentado, ex-sindicalista e outrora vereador na cidade, em seu livro de memórias “Volta Redonda – entre o aço e as armas” nos ajuda a reconstituir aqueles dias

O maior complexo siderúrgico da América Latina foi transformado em quartel do Exército brasileiro; os militares faziam ordem unida e liam boletins diários para passar o tempo e manter “o moral da tropa”. Na cidade a PM retirara o patrulhamento ostensivo, mas a presença disfarçada da Polícia Federal se fazia sentir. As lojas começaram a reabrir as suas portas. Os ônibus voltaram a circular. Parecia que estava tudo voltando ao normal, mas não estava. Ia haver assembleia dos metalúrgicos na Praça Brasil. Quando estava me dirigindo para a praça já percebi que a luta não era mais só da categoria, era do povo de Volta Redonda. (VEIGA; FONSECA, 2008, p. 138)

Inúmeros relatos dão conta do processo organizativo e participação da população na greve: assembleias com a participação do povo, piquetes, mutirões para manter a alimentação dos trabalhadores, atos e manifestações diversas. Assim como, destacaram também a ação do exército no entorno da Usina, segundo as testemunhas, quebrando fachadas e provocando vandalismo do qual a população seria acusada posteriormente, jogando bombas e disparando contra as ruas próximas para mantê-las desertas, provocando na cidade um verdadeiro clima de guerra.

Dodora acrescenta, pensando o papel do SEPE/VR e da militância docente à época, sobre o apoio dado à greve dos metalúrgicos de 1988, através de cartas aos pais, à comunidade, boletins chamando à luta, jornais e manifestos do sindicato da educação

— Volta Redonda não era uma cidade de movimentos estanques [...] a gente tinha uma articulação muito intensa e uma visão muito clara de como é que se dava a unidade entre os trabalhadores e como é que essas lutas tinham que ser lutas unitárias. Então, o sindicato, em luta, tinha direção, mas os outros sindicatos chegavam junto.⁸¹

Explícita, dessa maneira, o engajamento das professoras e professores na divulgação e no convencimento da própria categoria, mas também da população que orbita o universo escolar, a respeito dos justos motivos da greve, da condição de exploração das políticas governamentais, bem como da necessidade da organização popular na luta por direitos. E estavam presentes, ainda, nas passeatas, reuniões de mobilização, atos e movimentações. Cumpriam, assim, um papel pedagógico de formação de consciências para além do âmbito escolar.

⁸¹ Entrevista concedida em 06/12/2018.

— O SEPE, como era um sindicato muito atuante, participou com as suas representações, em todos os espaços, não só de construção da greve, como de manutenção da greve, como de apoio aos trabalhadores. E o SEPE participava tanto como uma entidade presente nos fóruns que foram criados, Fórum Popular e Sindical, e ajudou a construir, né, nesse momento, a fortalecer durante a greve toda a resistência daquele período, como também dos profissionais da educação nos bairros [...] E a greve de 1988 foi uma lição, né, de como se organiza uma cidade e foi um momento da luta de classes muito intensa em Volta Redonda, isso a gente aprendeu de forma real e concreta o que é essa luta de classes.⁸²

Com esse depoimento Dodora transparece o caráter educativo das lutas populares e sindicais, especialmente as greves, para as parcelas de trabalhadores e militantes direta ou indiretamente implicados nos processos. Revela uma coesão das categorias e setores da cidade no que se refere aos conceitos de luta, classe, sindicalismo e política, que certamente oscilava entre diversos níveis de consciência e participação, resguardadas as contradições inerentes a todo fenômeno organizativo social e humano.

Por conseguinte, a partir da conjunção de elementos decorrentes dessa experiência, os resultados de sua forte repercussão nacional foram sentidos nas eleições por todo o Brasil, onde candidaturas de esquerda que, a princípio, não pareciam ter chances, conseguiram vencer o pleito. O que se deu, de maneira mais emblemática, na própria cidade que elegera para prefeito, então, um metalúrgico, sindicalista, expoente da luta local, Juarez Antunes. Sua eleição tendo possibilitado um breve avanço de muitas pautas, não fosse sua misteriosa morte num acidente de carro suspeito, investigado também pela Comissão Municipal da Verdade, alguns meses depois de empossado.

É importante ressaltar essa passagem pelo governo, por mais que rápida, da professora Marlene Fernandes, ex-sindicalista e militante do PDT, também referência de luta na cidade, que foi alçada ao cargo de secretária municipal de educação.

Das lições aprendidas na greve de 1988, dentre as dores provocadas pela ferida aberta da repressão que mata companheiros, filhos e pais de família, e as vitórias de resistir coletivamente e lograr o alcance de toda a pauta reivindicatória, Dodora dá ênfase ao que se propaga no imaginário coletivo, diz “foi uma escola de consciência de classe, foi forjada uma consciência de classe trabalhadora em Volta Redonda. E isso repercutiu, né, durante toda a década de 1990”. E conclui que, em vista disso, um legado fundamental fica marcado para aquelas gerações, “toda a década de 1990 teve reflexo dessa luta, dessa greve de 1988”, foi importante pra compreensão dessa unidade na classe.

⁸² Idem

3.3 Estando vereadora numa Câmara masculina

Sob a herança de toda uma década de lutas, o acúmulo da experiência da construção cotidiana de uma prática pedagógica dialógica e o exercício criativo da militância sindical e política, o início dos anos 1990 trouxe o compromisso com novos desafios imbricados nessa síntese.

Uma vez que a militância no Partido dos Trabalhadores permitia o aprofundamento de uma concepção de projeto de sociedade, da mesma forma que direcionava a um compromisso mais orgânico, através da inserção na tendência interna Força Socialista⁸³ e da participação mais intensa nas instâncias internas do partido, a figura combativa e articulada de Dodora vai se tornando, cada vez mais, uma possibilidade para o pleito eleitoral.

Enquanto já se consolidara como referência na educação pública e na cidade, por sua participação, considerada incansável por muitos, nas variadas lutas sociais, também avançava na formação de posições políticas mais delimitadas, tendo deixado, ao final da década de 1980, sua condição de independente no âmbito do partido.

A defesa do socialismo, de um governo dos e para os trabalhadores, da democratização das instituições, do controle social e de uma educação emancipatória passam a se colocar ainda de forma mais nítida e consolidada em seus posicionamentos.

O próprio Partido dos Trabalhadores, na cidade, já enxerga o momento como propício para ocupar, mais expansivamente, espaços no legislativo e no executivo. Algumas experiências parlamentares já haviam se concretizado. As políticas neoliberais se anunciavam implacáveis com ameaças de privatizações, inclusive quanto a CSN, e retiradas de direitos. Além disso, seguiram-se alguns eventos dramáticos que potencializaram a indignação geral, após a vitoriosa greve de 1988, como a morte do líder sindical e prefeito, Juarez Antunes, e a explosão terrorista do Memorial 9 de Novembro (projetado por Niemeyer em homenagem aos três operários mortos), ademais do assassinato dos três jovens metalúrgicos na invasão do exército.

Somando-se a esse contexto nacional, no plano municipal, a população via um quadro de corrupção, falência, e desvalorização dos serviços públicos se aprofundar, devido à política implementada pelo prefeito e seus aliados, Wanildo de Carvalho (PDT), que havia assumido o

⁸³ A Força Socialista foi uma tendência interna do PT, oriunda do MCR (Movimento Comunista Revolucionário), que, posteriormente, tornou-se APS (Ação Popular Socialista) e desligou-se do partido em 2005, quando migrou para o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), na ocasião de sua fundação. Tal percurso realizado pela corrente política também foi acompanhado por Dodora em sua trajetória.

cargo após a morte do sindicalista Juarez Antunes (PDT), recém-eleito na esteira da greve dos metalúrgicos de 1988. E, apesar de integrar o mesmo campo político do falecido prefeito, fez um governo considerado destoante do projeto originalmente defendido por essa parcela da esquerda e apoiado amplamente pela população.

Permanentemente em luta, a categoria da educação seguia organizando-se e ansiando por valorização e mudanças nas condições de trabalho. O direito a um Plano de Cargos e Salários e a democratização da gestão escolar, por meio da eleição para diretores de escola, eram alguns dos pontos de pauta. O SEPE mantinha forte presença na cidade e articulação com as demais lutas.

Havia, portanto, na avaliação de uma vanguarda sindical e política que fez escola nesse período de lutas, uma tarefa premente a se enfrentar.

Nesse contexto, para as eleições municipais de 1992, se configura uma Frente Popular entre as legendas PSB, PV, PC do B, PC e PT⁸⁴, fundada em premissas que afirmam um governo de participação popular através dos conselhos municipais e do orçamento participativo, da transparência, da ética política e da priorização dos setores populares. Uma agenda política que se assemelhava as pautas convencionadas nacionalmente por anos de acúmulos, de debates e experiências, com a reorganização da esquerda brasileira.

Juntamente à candidatura majoritária, que tinha Paulo Baltazar (PSB) como prefeito e Glória Amorim (PT) como vice-prefeita, Dodora é lançada como candidata a vereança pelo PT. Representando especialmente a base da educação, mas também outros setores do movimento popular, sindical e Comunidades Eclesiais de Base, com os quais manteve sempre uma relação solidária e de fortalecimento nas lutas.

— [...] nós fomos com tudo, né, pra campanha dela. A gente tinha participado de todas as campanhas anteriores do PT, porque o Paulo foi candidato em 1982, 1986 e 1988 [...] e aí, em 1992, nós fizemos bastante campanha pra ela, a ponto dela ser eleita [...] porque ela nos representava, tanto em magistério, em partido, em comunidade, em sociedade, em tudo. Dodora tinha essa fleuma dessa participação. Foi uma pena não ter continuado, até porque ela fez papel de vereadora, coisa que ninguém faz.⁸⁵

Suas memórias dão conta das motivações centrais para a escolha de sua candidatura e de uma campanha forte, solidária e alegre

— A minha candidatura foi, assim, muito natural, né. Porque tinha representação dentro da cidade, eu tive uma atuação muito grande na oposição ao Governo Wanildo, então, foi uma candidatura natural do partido [...] tanto que eu fui a mais votada, porque foi uma candidatura que conseguiu articular, né, todos os setores em Volta

⁸⁴ Partido Socialista Brasileiro (PSB); Partido Verde (PV); Partido Comunista do Brasil (PC do B); Partido Comunista Brasileiro (PC); e Partido dos Trabalhadores (PT).

⁸⁵ Depoimento de Solange Whehaibe, em entrevista concedida em 17/07/2018.

Redonda [...] A campanha foi linda, foi muito bonita [...] uma campanha muito pra cima, uma campanha muito alegre, uma campanha muito cheia de esperança, com umas atividades muito interessantes, muito bonitas e com muita participação de base [...] ⁸⁶

Contando com ampla participação de profissionais da educação em sua campanha, o livro preto de registros traz a sequência de eventos e atividades, todos coletivamente organizados em mutirões, alguns com venda de convites para levantamento de fundos, como noites dançantes com MPB, arraial junino, almoços, além de plenárias organizativas, festa da vitória e seminários preparatórios para o mandato, posteriormente à eleição.

Sua Carta aos Companheiros e Companheiras, publicada em agradecimento, no dia 26 de outubro de 1992, dizia

Aprendi
(O caminho me ensinou)
A caminhar cantando
Como convém
A mim
e aos que vão comigo
Pois já não vou mais sozinha
Assim diz o poeta
Assim dizemos nós

E seguia, enaltecendo o que chama de “vida verdadeira”, que só existirá de forma coletiva, esclarecendo que essa vitória também é do movimento popular, sindical, dos trabalhadores da educação, dos funcionários municipais e destaca a ética, a solidariedade e a democracia como valores para alcançar a sociedade justa e igualitária.

A eleição de Dodora e da Frente ao governo municipal parecia iniciar uma nova fase nas expectativas políticas da cidade. Junto com ela a Frente elegeu mais dois vereadores, Cláudio Castro (PT) e Mário Carneiro (PSB). Dodora, a única mulher entre vinte e um vereadores. Um programa de governo denso foi amplamente discutido. Em um documento sem data da Frente Popular, preparatório para o exercício do mandato popular, alguns conceitos, princípios e propostas são abordados. Entende-se por participação popular “um componente indispensável de um método de administrar, baseado na cultura política dos direitos”, onde se deveria combinar a democracia participativa com a democracia representativa. Enumeram-se os canais institucionais de participação popular, formais e deliberativos, como os conselhos municipais das mais variadas áreas, e informais, como os mutirões e fóruns. Há, também, a definição dos espaços consultivos, formativos, dos equipamentos e diretrizes para políticas no geral. As prioridades da Frente, como a participação popular na discussão do orçamento e do

⁸⁶ Entrevista concedida em 06/12/18.

Plano Diretor, são apontadas ainda para apresentação à população no final de 1992, dando indícios de que o documento foi elaborado logo após a vitória eleitoral.

Tendo em vista todo esse percurso, muita expectativa se projetava nesse próximo período, a ponto de um panfleto inicial do mandato de Dodora pontuar uma conjuntura em que avalia como favorável a categoria da educação contar com três instrumentos de luta: o SEPE, o mandato popular de vereadora e o governo popular eleito para o poder público municipal, do qual a secretária de educação seria uma das combativas sindicalistas.

Cabe ressaltar que, para a educação, outro elemento contava favoravelmente, principalmente, em vista de que um projeto mais próximo ao que era defendido, pela classe e pelo sindicato, ganhou espaço. O que se traduziu, também, na escolha da secretária municipal de educação, professora e sindicalista Solange Whehaibe, que procurou, durante os poucos meses em que esteve no governo, construir uma gestão coletiva, com estímulo a participação e democratização das instâncias escolares, no sentido de uma concepção emancipatória e democrática de educação. E foi, para o mandato da Dodora, uma aliada. Tendo sido exonerada ainda no primeiro ano de governo e substituída pela professora Emiliana Casagrande que, naquele momento, que contribuía na política de isolamento do mandato.

Dodora inicia, dessa forma, um mandato com uma composição de assessores que incluía representante docente, estudante, membros do movimento popular e sindical. Alguns deles constam dos registros de presença de eventos, através da especificação “gabinete”, como Nivaldo do Nascimento, Alvinho Luiz Corrêa de Lima, Vitor Sepúlveda, Nair da Silva Schocair, outros, citados por Dodora, como Maria Marcelino (representação dos setores sociais ligados à Igreja), Ernesto Germano, e, ainda, em documento da coordenação delimitando funções, Izabel Frauches, Débora Sales, Laura, J. Arnaldo, Fernando Braga, o que denota que poderiam ser colaboradores. Seus diversos materiais, boletins e cartas, assinados pelo mandato expressam a clareza de concepção sobre o papel de uma vereadora, que não poderia tornar-se monotemática, qual seja representante exclusiva de um setor, mas cumprir a função de olhar a cidade como um todo, em sua complexidade e demandas.

Ao que parece, através das publicações do mandato popular, percebemos uma intenção de permanente diálogo, aberto e franco, sobre o conceito de cidade e a política que ia se costurando nos bastidores da Câmara, mas, igualmente, entre poder legislativo e poder executivo. Diversas cartas aos professores, cartas aos metalúrgicos e documentos de outras naturezas dirigidos aos posseiros, ao funcionalismo municipal, dentre outros setores, levam a análise sobre as dificuldades encontradas e certa prestação de contas acerca do que foi possível ou não realizar.

Sendo assim, a partir da observação das inúmeras publicações, de registros em ata, cartazes e panfletos, notamos uma regularidade de atividades promovidas pelo mandato com intuito de possibilitar espaços de debate, esclarecimento e formação quanto às questões pautadas na campanha e, mesmo, no plano de governo da coligação da que fazia parte. As temáticas procuram abranger as diversas demandas apresentadas pelos setores sociais da cidade, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a ameaça de leilão da CSN, segurança pública e direitos humanos, reforma urbana e plano diretor, são alguns deles. Para além dessas atividades formativas, que também embasavam as ações do mandato, auxiliando nos rumos escolhidos, outra ação importante foi a entrega do Título da Cidadania Voltarredondense à figuras representativas de variados setores, como à Salete Maria Polita Maccalóz (em 17/07/1993), juíza da 7ª Vara de Justiça do Rio de Janeiro, pelas liminares impedindo a realização do leilão da CSN, e à professora Dora de Araujo da Rocha e Silva (em 16/11/1993), pelo valoroso trabalho de mais de cinquenta anos no magistério, o que significava, também, uma demonstração de respeito à categoria. E, ainda, mensagens de saudação e homenagem a membros da Defensoria Pública, Promotoria de Justiça e Procuradoria Geral de Justiça, que atuavam como “aqueles que constroem a utopia da Justiça e da Igualdade no Ministério Público” (em 17/10/1994). Inúmeros Títulos de Cidadania Voltarredondense foram concedidos, pelo mandato de Dodora, a pessoas com significativa atuação relacionada às causas sociais, educacionais que representavam os anseios de uma coletividade. Em oposição, a cada título proposto pelos vereadores caracterizando clientelismo, Dodora apresentava outros que se opunham a pessoas que representassem, quase sempre, o inverso.

A atuação de Dodora, como vereadora, embora inicialmente compusesse a base do governo, visto que seu partido fazia parte da coligação eleita, se deu de maneira a manter o compromisso público com os princípios e diretrizes propostos durante a campanha. Numa correlação de forças que foi se configurando muito desfavorável, devido ao abandono, da parte do Governo Baltazar, do programa construído coletivamente para a gestão, as evidências coletadas em documentos como boletins do PT, notas públicas dos movimentos, balanços do mandato, manifesto do SEPE, dentre outros, mostram que, tanto grande parte dos componentes do governo, quanto a maioria eleita na Câmara de Vereadores, cederam às práticas clientelistas e fisiologistas historicamente reproduzidas na política brasileira. Desse modo, aparentando ter sucumbido à manutenção dos privilégios e a reprodução de políticas excludentes.

Dessa forma, é importante destacar alguns episódios, cujos relatos caracterizam bem o clima político que se conformou a partir de determinado momento do mandato e se manteve durante os quatro anos que se seguiram. Como na ocasião de uma votação importante, que

tratava da planta de valores da cidade e mexia com os interesses econômicos de núcleos de poder na cidade, onde ficou nítido a quais interesses servia e com que ética funcionava o governo eleito

— Me lembro também, na Câmara, de votação da planta de valores da cidade, em que tinha dez vereadores a favor, dez contra e, na verdade, eu seria o voto de Minerva, né. E eu ia votar contra porque a planta apresentada pelo Governo Baltazar aliviava a CSN. E me lembro que o Aurélio Paiva foi um dia no gabinete, na Câmara, me pegou de carro, me levou pra ir em vários lugares, pra me mostrar a incoerência da planta de valores, o Aurélio, claro, defendia a CSN. O Baltazar me ligou, antes da sessão, nós preparamos no gabinete várias emendas, modificando a planta de valores [...] eu disse pra ele que só votaria a favor, se ele se comprometesse com as emendas que nós íamos apresentar, ele se comprometeu, nós apresentamos as emendas, as emendas foram aprovadas e, depois, ele vetou todas as emendas. Quer dizer, foi um golpe que ele deu [...] ⁸⁷

Em decorrência de situações como essa, que expõe as fraturas provocadas pelos desajustes entre a política traçada durante a campanha e a prática política que se revelou perpetuadora das velhas formas do fazer político no país, desde o “toma lá dá cá” da troca de favores e cargos, ao beneficiamento de setores empresariais em detrimento do atendimento às demandas do funcionalismo ou dos segmentos mais desprivilegiados da cidade, as divergências internas no PT se acirravam e a imprensa local reportava e publicizava toda a crise.

Não raro, vinha à tona a marca patriarcal e machista estruturante do sistema e ainda mais evidente naquele momento. Alguns exemplos das múltiplas abordagens desse tipo foram descritos nos depoimentos

— Era a única mulher num grupo de vinte e um vereadores, me lembro de um fato, com relação ao aumento de passagem, em que seria votado um Conselho de Transporte em Volta Redonda, e tava sendo debatido aumento de passagem. Como esse projeto tava em pauta, eu resolvi conversar com o presidente, que era o professor Gibraltar Vidal, quando eu cheguei na sala da presidência, todos os vereadores estavam presentes lá, menos eu e Cláudio. Eu cheguei, entrei, vi todo mundo lá, era uma reunião de vereadores, então, eu cheguei e sentei. E o assunto era esse, estava presente nessa reunião o Marcos Pena, que era chefe de gabinete do Baltazar, estava presente o Ernesto Braga, que era da assessoria do Baltazar e dois ou três empresários de ônibus. Na verdade estava ali, tava rolando um acordão, a respeito de aumento de passagem. Eu reclamei daquela reunião, perguntei porque eu não tinha sido chamada praquela reunião e um vereador, o vereador Fumian, diante da minha fala e da minha cobrança, que eu perguntei o que é que aqueles empresários estavam fazendo ali, ele virou pra mim e disse que o meu problema era falta de homem. Aí eu bati na mesa, dei um tapa na mesa, saí da reunião e disse: a gente discute isso no plenário [...] e no plenário aconteceu o debate. Esse vereador foi pra rádio, no dia seguinte, e disse que eu entendi errado, que o que ele disse é que o meu problema era falta de ônibus. ⁸⁸

Na sessão, pois, seguinte as mulheres se mobilizaram em sua defesa, foram pra Câmara, realizando uma bonita participação de reafirmação do lugar da mulher na política. Segundo Dodora, o ocorrido se deu no primeiro ano de governo, em que ainda havia uma articulação,

⁸⁷ Entrevista concedida em 06/12/2018.

⁸⁸ Entrevista concedida em 06/12/2018.

pois a ruptura decisiva viria depois, mais precisamente após mensagens enviadas pelo prefeito à Câmara, sem nenhuma discussão prévia com os aliados, tirando direitos do funcionalismo, congelando licença-prêmio, atrasando pagamento, dentre possíveis outras no mesmo teor. Houve resistência por parte do mandato da Dodora e do Cláudio Castro, médico e militante do PT, também eleito no mesmo pleito, com manifestações e pronunciamentos contrários às mensagens do Executivo. Membros do PT estadual se posicionaram contrariamente a postura de Dodora e Cláudio, alegando que deveriam ceder por conta do PT compor o governo. Ambos faziam parte de um campo municipal do partido que se intitulava como Blocão, sendo composto pela Força Socialista, setores ligados à Igreja Católica progressista e setores atuantes no movimento popular, muitas vezes denominado como “os radicais do PT”.

A respeito das práticas machistas, que visavam coibir e intimidar o protagonismo feminino no espaço do parlamento, Dodora lembra mais algumas outras situações, mas sempre pontuando a necessária resistência coletiva que se opunha a elas

— Nós fizemos no 8 de março, uma manifestação, uma apresentação lindíssima na Câmara [...] a Solange tava na secretaria de educação, inclusive com apoio da secretaria de educação, que fez um painel maravilhoso na entrada. E nós fizemos a representação de várias mulheres, foi um jogral de várias mulheres, tinha Maria do Rosário, Maria da Penha [...] cada uma representou um tipo de Maria e as suas dores, foi muito lindo. A Edelzia, a Hilda, que hoje já é falecida, a Isabel Frauches [...] a Nair. [...] A Áurea Schocair, que hoje tá na secretaria de educação e foi uma grande apoiadora do mandato, também participou dessa representação [...] E foi um espetáculo o que nós fizemos na Câmara, mas os vereadores não gostaram. [...] E depois daquela apresentação eles nunca mais me deixaram organizar o Dia Internacional da Mulher na Câmara.⁸⁹

E, ainda, “O vereador Zoinho, ele tinha uma fala machista e política [...] ele criticava o PT no governo, porque o PT tinha a vice-prefeitura, e ele dizia assim ‘macarrão é duro fora da panela, depois que entra na panela fica todo mole’, ele usava sempre essa fala pra me atacar”, ou insinuava que seu lugar seria nos “banquinhos” na rua, fazendo discursos, prática que fazia parte das atividades do movimento no geral. No entanto, Dodora relata que ela sempre respondia com firmeza, apontando as contradições e demarcando terreno, com apoio de coletivos mais amplos, o que evidencia postura condizente com a luta das mulheres pelo direito de ocupar o espaço da política com voz e voto.

Em documento de prestação de contas ao final do mandato, que correspondeu ao período de 1993 a 1996, apresentou-se um resumo da ação parlamentar que indicava importantes propostas e numerosas ações, como reforma administrativa, concurso público para vagas técnicas, redução dos cargos comissionados, reformulação do regimento interno, participação

⁸⁹ Entrevista concedida em 06/12/2018.

popular nas comissões, além de 22 indicações (incluindo manutenções em escolas e bairros); 119 requerimentos numerados (diversos deles abrangendo demandas da educação municipal e outras como reintegração de demitidos da CSN); 100 requerimentos verbais (relacionadas às datas e serviços relevantes para escolas, ou moções contra assassinatos de ambientalistas e militantes); aproximadamente 31 projetos de leis (destacando-se o que regulamenta a eleição de diretores municipais das escolas da Rede, o que cria os conselhos comunitários escolares e o grêmio livre); 12 projetos de resolução (títulos de Cidadão Voltarredondense); atuação na presidência e relatoria de 3 Comissões Parlamentares de Inquérito, incluindo a que apurou irregularidades do governo anterior (Wanildo de Carvalho); e emendas na lei orçamentária. É possível observar que as reivindicações e necessidades da educação foram pautadas em todos os anos, contemplando as bandeiras históricas defendidas pelo SEPE, mas, também, outros aspectos relacionados às políticas públicas para a cidade, na sua integralidade, estiveram constantemente na ordem do dia.

Em virtude da propagação de uma avaliação que insinuava não ter o mandato popular da Dodora priorizado a educação, até mesmo quando da luta pelo Plano de Cargos, Carreira e Salários, reivindicação histórica do SEPE, e apresentado pelo Governo Baltazar apenas ao final do mandato, a categoria não pode perceber claramente que toda a articulação para a sua aprovação na Câmara foi garantida pelo mandato de Dodora. Garantindo, ainda, a inclusão de todos os pontos importantes suprimidos pelo governo ao enviá-lo, na forma de mensagem, para apreciação e votação

— Todos os projetos que eu apresentei para a educação os vereadores votaram contra, todos. Foram inúmeros. Isso é uma coisa que a categoria não conseguiu compreender [...] isso com o trabalho de base, de queimação do PSTU⁹⁰, porque o PSTU me queimava muito dentro das escolas, a categoria foi construindo uma crítica, que ela via só um lado, via só o interesse. Mas todos os projetos de educação que eu apresentava, ou a Câmara não aprovava ou [...] o Baltazar vetava. Então foi um espaço, assim, muito difícil de movimentar.⁹¹

Portanto, faz-se importante recuperar algumas das principais propostas e projetos apresentados em prol da educação, ainda que não tenham sido aprovados devido a ação articulada que caracterizava boicote, a saber: eleição de diretores de escola; estruturação do censo escolar; criação do banco de livros didáticos; incorporação da gratificação da regência; garantia de grêmios livres; criação do Centro de Pesquisa e Capacitação Profissional para o Magistério, autorização à prefeitura para o perdão de dívidas das escolas estaduais relativas à conta de água; instituição do Fundo Municipal de Educação; dentre outras.

⁹⁰ PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado.

⁹¹ Entrevista concedida em 06/12/2018.

Além dessas ações, gerais e específicas à educação, já elencadas, de seu mandato, uma merece destaque, aos moldes do que defendia o programa do PT em outros Estados, a criação do Programa de Garantia de Renda Mínima, que visava fornecer auxílio financeiro (partindo da concepção de um imposto de renda negativo), em articulação com outros programas sociais, à famílias com filhos até 14 anos completos em situação de risco, conforme a definição do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Na esteira dos quatro anos de mandato, a necessária relação entre vereadora e sindicato, como entidade reivindicatória, precisaria incluir diálogo, entendimento e parcerias, conforme as circunstâncias. Entretanto, quanto à sua relação com o SEPE, Dodora aponta muitas dificuldades, visto que havia uma parte da diretoria vinculada ao PSTU, partido que fazia oposição ao governo, e que transferiu esse modo de oposição intransigente para a relação com o mandato. Sendo assim, a relação se estabelecia apenas com a parcela da diretoria que mantinha canal de diálogo aberto com a representação na Câmara.

Considerando os embates travados no que foi definido como “luta intransigente contra as ações populistas e desmandos do governo municipal; a favor da democratização e controle social do Poder Legislativo” (documento impresso intitulado “Feliz 97” e publicado ao final da gestão), registra-se que, ainda em 1993, uma parcela da militância do PT, incluindo o mandato de Dodora, tornou-se oposição ao governo municipal, rompendo com a aliança eleitoral, embora outra parte do partido tenha permanecido, inclusive, ocupando cargos comissionados no Poder Executivo. A ruptura se deu, não somente por políticas arbitrariamente implementadas pelo governo, incoerentes com o programa de campanha, como já dito, mas também pelo tratamento desrespeitoso conferido à vice-prefeita e ao funcionalismo público. O que inclui um tétrico episódio em que o prefeito emitiu ordem para que o pagamento do funcionalismo fosse realizado no estádio desportivo, gerando transtornos e, conseqüentemente, tumultos, que foram reprimidos pela Guarda Municipal, inclusive, com tiros para o alto. Diante da situação, Dodora apontou mais uma contradição, visto que o programa de governo defendia o desarmamento da Guarda Municipal, e tentou intervir procurando Baltazar, que teria saído sutilmente pela porta dos fundos.

Tal conjuntura derivou numa crise pública do PT municipal, com apelos para intervenção, estadual ou nacional, e ameaças de Comissão de Ética sobre esse conjunto da militância, em especial as figuras públicas, como Dodora e Glória Amorim, a vice-prefeita. Esta última, no caso, por conta, também, da tentativa de assumir a prefeitura em viagem do prefeito, tendo sido impedida pela Câmara, numa intervenção com evidente conotação machista, para além das motivações políticas.

Portanto, muitas das iniciativas do mandato popular de Dodora foram rejeitadas ou derrubadas pela bancada articulada pelo governo, vetadas pelo prefeito, ameaçadas de impedimento na justiça ou inviabilizadas através de decretos, ante as evidências, por retaliação e disputa política. A esse quadro se somou o desgaste público na relação entre mandato e governo, que se propagava na imprensa local, por meio de questionamentos, acusações e desqualificação pessoal de Dodora em pronunciamentos do prefeito Baltazar. Como, conforme denúncia em documento do mandato, num programa de rádio local em 1996, o mesmo declarou que “Dodora não passa de uma professora primária que não sabe fazer conta”, após questionamentos do mandato acerca da proposta orçamentária, num claro ataque pessoal, também de cunho machista, que atingia, indiretamente, todas as integrantes da parcela da categoria citada e inferiorizada.

Refletindo a partir das circunstâncias que se criaram em torno do governo, as contradições toleradas sem debate ou definições coletivas na Frente Popular, Dodora avalia que houve uma política de isolamento de seu mandato, por parte de setores ligados à Igreja e, também, do próprio PT, levando, inclusive, a intervenções diretas como proibição de associações de moradores, pelo governo, de recorrerem a ela, enquanto vereadora. Relata que no mandato, mesmo, chegaram a receber uma gravação em fita denunciando uma orientação desse tipo, que teria sido dada por um secretário de governo numa reunião de bairro. “Fui boicotada o tempo inteiro”, conclui.

— Eu te digo, sem medo nenhum de errar, que o parlamento é o pior lugar por onde eu passei. Porque é um lugar de muita negociação [...] eu não vou nem dizer negociação, de muito conchavo, e eu acho que qualquer negociação ela tem que ser feita publicamente e sou avessa a qualquer tipo de conchavo. Então, com isso, eu sofri muita retaliação na Câmara.⁹²

Embora tenha uma avaliação negativa da experiência, Dodora ressalta um grande aprendizado político e seu mandato finaliza os trabalhos com um balanço positivo sobre sua atuação. Através de um material impresso bem completo, o mandato presta conta detalhadamente dos quatro anos no Poder Legislativo, avalia a relação com o Executivo, esclarece mal ditos, problematiza as contradições e incoerências, chama à esperança e à reflexão sobre o que fazer dali pra frente. Rende, também, uma bonita homenagem à uma companheira de lutas, e da equipe do gabinete, falecida no período: Terezinha Viana.

Ao forjar mais uma etapa do caminho, a professora, sindicalista, vereadora se vê em novas encruzilhadas, se coloca outros questionamentos, se percebe ante os limites, contradições

⁹² Entrevista concedida em 06/12/2018.

e potenciais que não conhecia. Em permanente mediação com a coletividade que a sustenta, opta, ao longo do trajeto, pelo método do diálogo, da coerência, do pensar e agir como corpo coletivo, e acredita na capacidade do interlocutor, o povo organizado, de apostar na continuidade dessa construção. Carrega consigo uma síntese

— Continuei na minha militância porque acredito nela. Aprendi muito. Passando pelo mandato consigo eu consigo compreender o que é aquele covil, em qualquer espaço. Rendo muita homenagem a quem consegue se sustentar lá [...] Acho que a década de 1990 me ensinou isso, resistir é possível, resistir é preciso, a gente não tem que abandonar a luta, não tem que perder a esperança. E essa construção é permanente.⁹³

Figura 32 - 1992. Arquivo pessoal. Comitê de campanha da candidatura de Dodora para vereadora em Volta Redonda.



⁹³ Entrevista concedida em 06/12/2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS - UMA VIDA MILITANTE EM DEFESA DE OUTRO PROJETO DE SOCIEDADE

Postura firme, sorriso largo, cabeça branca. Assim conheci Dodora, em alguma assembleia de base do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro, o SEPE. Também por isso, me vejo no direito de finalizar a escrita desse trabalho dizendo a palavra na primeira pessoa, ainda que com ele muitas outras pessoas tenham contribuído.

A pesquisadora permanece, pois, atenta que esteve aos vestígios observados em fatos e relatos, consciente do tempo histórico em articulação com o tempo presente e dos cuidados pressupostos na abordagem da história oral.

Mas, para além da escrita acadêmica mais convencional, a pesquisadora se apropria do direito de colocar-se inteira, assumindo todas as suas referências e a dimensão ativa que lhe coube na construção da pesquisa, numa dialética inevitável entre as experiências pessoais e o trabalho metodológico.

Sendo assim, nessa sistematização final acerca da pesquisa, me coloco como parte integrante dela. E retomo, então, o relato inicial que trouxe a essa conclusão o ponto de partida. Conhecer Dodora, a professora de cuja trajetória tratei aqui, no contexto da luta sindical foi não só motivação para registrar parte de seu percurso, mas também inspiração para um projeto de vida e militância que se identificava com o seu.

De tal modo que, ao longo de quinze anos de convivência, acompanhar reuniões, audiências, atos públicos, encontros culturais, eventos pessoais e as famosas mesas de bar pós-reunião, na presença de Dodora, permitiu constatar seu nível de entrega a esse modo de vida militante, bem como sua importância como liderança histórica na cidade de Volta Redonda.

Assim foi, compartilhando o desejo de *viramundo*, que nosso convívio no campo onde se trava a luta sindical e política – onde os debates tencionam transformar a educação pública e a realidade social, onde seguimos “cortando a faca e facão os desatinos da vida” – gerou aproximação pessoal e evidenciou também divergências, contradições e limites mútuos, presentes naturalmente em toda e qualquer parceria.

Como na canção de Gil e Capinan, composta em 1967, em que o impulso pela transformação da realidade de dor do sertão dá origem ao desejo de virar o mundo em “festa, trabalho e pão”, também em Maria das Dores esse anseio ganha corpo e torna-se, inclusive, lema pessoal para alguns momentos militantes.

Pensar a trajetória de Maria das Dores Pereira Mota, professora, sindicalista e militante política, sob a luz de suas memórias quanto a educação e a cidade onde atua, é, pois, pensar os

caminhos trilhados na esteira da resistência de uma conjuntura que tem muito a nos dizer ao dirigirmos nosso olhar para o tempo presente. Tendo sido, portanto, o propósito de minha pesquisa, registrar e analisar seus relatos, em articulação com a fundamentação teórica que trouxe as nuances de gênero, da história da educação fluminense e do contexto da cidade operária de Volta Redonda, considerando o período histórico que compreende, prioritariamente, desde os fins da década de 1970 até meados dos anos de 1990.

Inicialmente, recorri a essa construção por se tratar de um conjunto de vestígios antes relegados ao silêncio, diante do caráter de gênero que marca as narrativas relacionadas ao percurso da cidade e da entidade que baseiam sua militância e ação política. Aspecto sobre o qual Michelle Perrot muito me ajudou a refletir. A reconstituição histórica da cidade de Volta Redonda por parte das inúmeras pesquisas já consolidadas anteriormente, não inclui devidamente as vozes femininas, privilegiando as memórias e relatos masculinos. De tal maneira, que os modos de ver e fazer das mulheres quanto aos diversos fatos e processos transcorridos naquele território, em especial no âmbito da educação e do fazer político, vinham continuamente adormecidos e apartados das possibilidades de experiência com o passado, por parte das novas gerações.

Como diz seu poeta predileto, “carrego um grito que cresce cada vez mais na garganta, cravando seu cravo triste na verdade do meu canto”, Dodora se forjou sujeito da própria história, incorporando os aprendizados e as contradições, sob o compromisso permanente de não abrir mão do direito a dizer a verdade de suas concepções quanto ao mundo e a humanidade, mesmo que um *cravo triste* lhe atravessasse o canto vez em quando. Evidenciando, ainda, a marca fundamental da coletividade como essência coprodutora do que se tornou. Vê-se traduzida, então, nas palavras de Thiago de Mello.

Perguntei a mim mesma, assim, por diversas vezes ao longo da pesquisa: o que me é possível apreender desse lugar, a princípio negligenciado, a que suas memórias nos remontam? Memória que se instrumentaliza, também, de tantas contribuições somadas e lembranças compartilhadas por esse conjunto que se define como coletividade e que ainda que tenha comportado mudanças durante essa trajetória, foi sempre o cerne de sua motivação. Memória que, igualmente, se depara com suas lacunas, revendo através de outras fontes a perspectiva narrada e compreendendo os limites e os arranjos que, outrossim, revelam incoerências, encontrando nelas possibilidades de expandir o olhar e se aproximar da complexidade do que foi, num processo permanente de reelaboração.

E ao me colocar tantas questões, intrínsecas ao processo de pesquisa, também me indaguei sobre os limites éticos que se apresentavam, visto que havia todo esse compartilhar de

vidas, essa proximidade de trajetórias que atravessam o que se define como distância necessária entre o pesquisador e seu propósito de pesquisa.

Ainda assim, cabe relatar que Dodora se disponibilizou durante todo o tempo, fornecendo e conferindo informações e documentos, deparando-se com elementos sensíveis durante o processo de lembrar grande parte de sua vida, sem manifestar de forma alguma objeção ou intervenção no percurso e resultado da pesquisa. Tendo sido, portanto, a primeira leitora antes da finalização definitiva do trabalho.

Desenvolvo, assim, o capítulo inicial procurando responder a essa angústia principal, que se tornou questão fundamental, e nos aponta um percurso formativo, na infância, na formação escolar, mas, especialmente, na esfera da formação religiosa e política, onde o exercício constante da reflexão crítica, vinculada à realidade e compartilhada no conjunto de suas relações, forneceu as bases para a consolidação de uma consciência de classe que pautou suas práticas futuras. Nesse sentido, recuperar o papel da Igreja Católica progressista, por meio das CEBs e do método VER-JULGAR-AGIR, foi necessário. E, portanto, o primeiro elemento que se destaca na formação de Dodora é a pertinência do compromisso com o pensar crítico e coletivo.

Um segundo aspecto que se faz necessário salientar, então, trata-se da repercussão do campo sindical, especificamente da educação, nesse percurso. Encontrando na escola a oscilação entre o aparelho ideológico de reprodução da sociedade e o espaço de produção de sínteses críticas que, em relação com o SEPE, aparelho privado de hegemonia, é capaz de ir além dos interesses imediatos, no sentido de pensar projetos societários, como podemos ver em Gramsci. Dodora se depara, assim, com o momento em que, junto com seus pares, vai avançar de um estágio do fazer pedagógico isolado ao fazer pedagógico engajado, ampliando a atuação militante, antes restrita ao âmbito da Igreja e das lutas sociais da cidade incorporadas por ela, à instância educacional e sindical. Demonstrando, nessa dimensão, a persistência de práticas de diálogo e construção do princípio associativo que confrontaram, muitas vezes, o sistema posto. Ora encontrando vitórias e fortalecendo sua atuação, ora refazendo os caminhos em função da repressão e dos reveses impostos pela correlação de forças desfavorável ou por escolhas que possam ter sido avaliadas como equivocadas. Dado que esse segundo elemento, sua atuação no campo sindical da educação, se funda na clareza de princípios, mesmo quando da reorientação dos rumos, e na vontade política do exercício democrático na construção das instâncias coletivas.

Importante ressaltar, portanto, que Dodora contribuiu decisivamente para que a escola não se resumisse a um lugar de reprodução, mas que, frente às contradições intrínsecas,

ultrapassasse esse papel cristalizado. E que o SEPE, como entidade de classe, que, entretanto, também produz ideologia, fosse capaz de colaborar com esse processo, fomentando nos profissionais da educação o desejo de ir além do sentimento corporativo. Percebi, assim, na atuação de Dodora, o papel de intelectual orgânica que, em consonância com os coletivos que integrava, auxiliava a provocar tal movimento, no sentido da formação da consciência política de uma categoria, para além da questão sindical.

Por fim, pude constatar que a reafirmação da convicção política, numa busca permanente pela coerência, expressa através do exercício profissional engajado com a defesa, não só das pautas da categoria da educação, mas de um projeto de sociedade que subvertesse o que se colocava como dado, favoreceu a projeção política da figura de Dodora. O que se potencializa com sua trajetória no Partido dos Trabalhadores, culminando em sua eleição como vereadora.

Destaca-se que, embora não tenha sido reeleita na campanha seguinte, por motivos que não abordamos profundamente, Dodora persiste atuante nas instâncias sindical e política, tendo se disponibilizado em outras candidaturas à prefeita, à vereadora, à suplente de senadora, tanto no PT como na atual agremiação a qual é filiada, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), pelo qual foi candidata à prefeita por duas vezes.

Reconstituir, portanto, parte desse cenário, explorando as memórias, nos relatos e arquivo pessoal de Dodora, assim como dialogando com outros arquivos públicos, como o do SEPE/VR, e com indícios fornecidos pela imprensa, me permitiu abrir janelas para outros horizontes e compreender, com um pouco mais de aproximação, a importância das práticas e táticas implementadas num tempo que guarda, em partes, grande semelhança com o atual, tendo em vista os vestígios da Ditadura Civil-militar.

Em tempos de recrudescimento da onda conservadora no mundo e da ascensão do pensamento profascista no Brasil, com o golpe jurídico-midiático-parlamentar de 2016 e a chegada ao poder de um representante da extrema-direita brasileira em 2018, considero uma enorme contribuição para o pensamento crítico e a resistência atual dar conhecimento a trajetória e prática de Dodora, em seu compromisso radical com a democracia. Compromisso esse entendido no contexto de sua defesa de um projeto socialista de sociedade, o que a consolida como uma das principais lideranças políticas em atuação na esquerda voltarredondense, e contribui para pensar alternativas de enfrentamento aos dilemas do tempo presente.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Adir da Luz. *Uma relação muito delicada: escola e comunidade*. GT-Educação Popular-nº6/ 25ª Reunião Anual da ANPEd. 2002.
- ALFANO, Bruno. *Cochilo de aluno levou à primeira eleição de diretor na história do Rio*. Disponível em: < <http://extra.globo.com/noticias/educacao/cochilo-de-aluno-levou-primeiraeleicao-de-diretor-na-historia-do-rio-20740872.html>> Acesso em: 29 abr. 2018.
- ALVES, Sarkis. *As tendências internas do Partido dos Trabalhadores: pluralidade e democracia*. Coletânea Documentos, Fundação Perseu Abramo, Nº 16, Ano 12, 2018.
- BAPTISTA, Paulo Agostinho Nogueira. *Religião, política e Teologia da Libertação: trajetória e desafios*. Revista Pistis Praxis, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 229 a 254, jan./abr. 2014.
- BEDÊ, Edgar D. A. Tonolli. *Formação da classe operária em Volta Redonda*. Projeto financiado pela Lei Municipal de Incentivo à Cultura. Volta Redonda, 2010.
- BUENO, Rubens. *Autor de lei pioneira no Brasil, Rubens Bueno acompanha votação de projeto sobre diretores de escolas*. Disponível em: <http://www.rubensbueno.com.br/noticias/3911/autor-de-lei-pioneira-no-brasil-rubens-acompanha-votacao-de-projeto-sobre-diretores-de-escolas.html> Acesso em: 29 abr. 2018.
- CHAVES, Vera Lúcia Jacob; NOVAIS, Valéria Silva de Moraes; GUEDES, Gilmar Barbosa. *A gestão escolar e formas de provimento ao cargo de diretor escolar: o Plano de Ações Articuladas em foco*. Revista Eletrônica de Educação, v. 12, n. 3, p. 653-670, set./dez., 2018. P. 653-670. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/2880>
- COELHO, Eurelino. *UMA ESQUERDA PARA O CAPITAL - Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese de doutoramento em História/UFF. Niterói, 2005.
- ROSSO, Sadi Dal et al. *Associativismo e sindicalismo em educação – Organização e lutas*. Brasília: Paralelo 15, 2011.
- ESTEVEZ, Alejandra. *A Ação Operária no Espaço Eclesiástico: O Movimento da Juventude Operária Católica e da Ação Católica Operária (1940-1980)*. Anais Eletrônicos do VII Encontro Internacional da ANPHLAC. Campinas, 2006. Disponível em: http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/alejandra_estevez.pdf
- FARIA, Lia; LOBO, Yolanda. *Identidade e campo de produção: o Laboratório de Currículos da Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Rio de Janeiro (1975-79)*. GT: História da Educação / n.02 / 28ª Reunião Anual da ANPEd. 2005.
- _____. *Memórias e discursos – a escola fluminense pós-fusão (1975-1983)*. Cadernos de História da Educação - nº. 4 - jan./dez., 2005. P. 103-116.
- _____. *Chaguismo e Brizolismo: territorialidades políticas da escola fluminense*. Rio de Janeiro: Quartet, 2011.

FARIA, Lia; LOBO, Yolanda. *Ecos e Memórias do Magistério Português: conversas para não esquecer (1960-1970)*. In: Pintassilgo, Joaquim (Org.). *O 25 de abril e a educação. Discursos, práticas e memórias docentes*. Lisboa, Edições Colibri, 2014, pp. 167-186.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GANDRA, Marcos A. R.. *Cidade “Vermelha” do Aço: greves, controle operário e poder popular em volta redonda (1988-1989)”*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

GOMES, Angela de Castro. *Pesquisa histórica e arquivos pessoais: o exemplo do arquivo Gustavo Capanema*. In: ALVES, Luis Alberto Marques e PINTASSILGO, Joaquim (coord.). *Investigar, intervir e preservar em história da educação*. Porto: CITCEM, 2017. P. 141-151.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais LTDA, 1990.

LOURO, Guacira Lopes. *Mulheres na sala de aula*. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. P. 443-481.

MAGALDI, Ana Maria e GONDRA, José G. (Org.). *A reorganização do campo educacional no Brasil manifestações, manifestos e manifestantes*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e Velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955– 1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura. 1998.

MAURÍCIO, Lúcia Velloso. *Escritos, representações e pressupostos da escola pública de horário integral*. In: MAURÍCIO, Lúcia Velloso (Org.). *Educação Integral e tempo integral*. V. 1. N. 1 Brasília, DF: Em Aberto, 2009. P. 15-34.

MAURÍCIO, Lúcia Velloso (Org.). *Educação Integral e tempo integral*. V. 1. N. 1 Brasília, DF: Em Aberto, 2009. P. 35-50.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. *Baú de memórias, bastidores de histórias: o legado pioneiro de Armanda Alvaro Alberto*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

MIRANDA, Kênia Aparecida. *As lutas dos trabalhadores da educação: do Novo Sindicalismo à ruptura com a CUT*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, 2011.

_____. *“Professores não são desordeiros”*: repressão policial e radicalização do CEP na greve de 1979. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011.

MOGARRO, Maria João. *Arquivos e educação – a construção da memória educativa*. Revista Brasileira de História da Educação, n. 10, jul./dez., 2005. P. 77-99.

MOREL, Regina L. *A ferro e fogo: construção e crise da “família siderúrgica” o caso de Volta Redonda (1941-1968)*. 506 f. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade de São Paulo, 1989.

PARO, Vitor Henrique. *Escolha e formação do diretor escolar*. Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional, UTP, v.6, n. 14, set/dez, 2011. P. 36-50.

PEREIRA, Sérgio Martins. *Sindicalismo e privatização: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional*. 32º Encontro Anual da ANPOCS, GT 4: Trabalho e sindicato na sociedade contemporânea. Caxambu, 2008.

PEREIRA, Dulcinéia de Fátima Ferreira e TADEU PEREIRA, Eduardo. *Revisitando a história da educação popular no Brasil: em busca de um outro mundo possível*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.40, p. 72-89, dez. 2010.

PERROT, Michelle. *A história feita de greves, excluídos & mulheres*. Entrevista concedida a HALL, Michael; NEGRO, Antonio; COSTA, Hélio da; FONTES, Paulo; XAVIER, Regina. Tempo Social, Rev. Sociologia. USP, São Paulo, 8(2). P. 191-200, outubro de 1996.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

_____. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, 1992. P. 200-212.

RODRIGUES, Cristiane. *A importância das eleições para o provimento dos cargos de direção nas escolas públicas estaduais do Rio de Janeiro*. Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: http://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/trabalhos_conclusao/1semestre2017/pdf/CristianeRodrigues.pdf

SCOTT, Joan. *História das mulheres*. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História, novas perspectivas*. São Paulo, SP: Editora UNESP, 1992. P. 63-95.

SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira et al. *“A Greve Continua!”: Algumas Considerações Historiográficas Sobre os Movimentos Grevistas de Volta Redonda*. Cadernos UniFOA, edições nº 7, 2008. P. 24-38.

SILVA, Leonardo Ângelo. Dissertação de mestrado, *Industrialização, relações de classe e participação política: da criação da CSN à emancipação de volta redonda (1941-1954)*. Nova Iguaçu – UFRRJ, 2010.

_____. *Volta Redonda em Preto e Branco: Trabalho, Desenvolvimentismo e Relações Raciais (1946-1988)*. Tese de doutoramento em História. Rio de Janeiro, Instituto Multidisciplinar – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2019.

SOARES, Paulo Célio. *A atuação das Cebes em Volta Redonda (1974-1979)*. Revista Nures. São Paulo, nº 13, setembro-dezembro 2009. Disponível em: www.pucsp.br/revistanures

_____. *As lutas pela redemocratização em Volta Redonda (1974-1979)*. Revista Episteme Transversalis – v. 4, n.2, 2013 .

SOBREIRA, Henrique Garcia. *Alguns aspectos da reorganização do movimento dos professores públicos do Estado do Rio de Janeiro (1977-1980)*. Revista Educação e Sociedade, ano XXII, nº 77, dezembro, 2001.

SOUZA, Jessie Jane Vieira. *Os círculos operários e a intervenção da Igreja Católica no mundo do trabalho no Brasil: uma discussão historiográfica*. Dimensões - Revista de história da Ufes. Espírito Santo, v. 7, 1998.

SOUZA, Â. R. de; PIRES, P. A. G. *As leis de gestão democrática da Educação nos estados brasileiros*. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 68, p. 65-87, mar./abr. 2018.

VAISMAN, Ester. *Althusser: ideologia e aparelhos de estado – velhas e novas questões*. Projeto História, São Paulo, n.33, p. 247-269, dez. 2006.

VEIGA, Sandra M. e FONSECA, Isaque. *Volta Redonda, entre o aço e as armas*. PNUD Brasil e Secretaria Especial de Direitos Humanos. Rio de Janeiro, 2008.

VIEIRA, Itala Manduell. *A memória em Maurice Halbwachs, Pierre Nora e Michael Pollak*. XI Encontro Regional Sudeste de História Oral. Niterói, 2015.

VOLTA REDONDA, *Relatório da Comissão da Verdade Dom Waldyr Calheiros*. 2015.

WENZEL, Myrthes (1976). *Apresentação. Reformulação de Currículos – Síntese*. Secretaria de Estado de Educação e Cultura. Niterói, Imprensa Oficial do Estado, p.10.

XAVIER, Libania N. *Inovações e (des) continuidades na política educacional fluminense (1975-1995)*. GT: História da Educação / 24ª Reunião da ANPEd, 2001. Disponível em: <http://24reuniao.anped.org.br/T0592361373669.DOC>

_____. *Educação e cultura para a democracia em Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Revista Artes de Educar, v. 3, n. 02 – p. 31-46. 2007.

_____. *Associativismo docente e construção democrática (Brasil-Portugal: 1950-1980)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

ZABOT, Nircélio. Resenha: PARO, V.H. *Eleição de diretores: a escola pública experimenta a democracia*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 76, n. 184, p. 691-698, set./dez. 1995.

ANEXO - RECONSTITUIÇÃO DA EXPOSIÇÃO “O SOL POR TESTEMUNHA” – 1987 (CLÁUDIA FERREIRA/FOTOS E ISIS BAIÃO/TEXTO)



Exposição O sol por testemunha - imagem 1

Ai 2ª feira! Não devia existir 2ª feira, devia pular pra 3ª. Não, pro domingo. Aaaaah, que sono! Se não me levanto agora perco o ônibus. Meu Deus 5,5! Merda. Levanta-te e anda, professora! O tempo que perco acordando esses meninos! O Junior então! Finge que não acordou só pra me sacanear... Sacaninha! Uns catiripapos não lhe fariam mal... A educação antiga tinha suas razões... Hum, tô precisando é de tirar uma licença! O médico... mas eu não posso, agora não posso.



Exposição O sol por testemunha - imagem 2

Licença! Bobagem, o pior já passou, hoje tá um mar de rosas! Quando as crianças eram pequenas... Sábado vou ter que lavar essa toalha... Um ano cuidando de doença de criança, tomando remédio pra não dormir... Alterou o coração! Mas, como eu posso tirar licença? Vou deixar os meus alunos no final do ano, coitadinhos! Cadê as colherinhas desta casa? Sábado vou dar uma geral, detesto bagunça... pega mal pra uma dona de casa. Bom, a casa da Zezé é bem pior...



Exposição O sol por testemunha - imagem 3

Meu Deus, porque tenho de carregar tanta coisa? Roleta de ônibus não foi feita pra professora. Ônibus cheio, muito menos. Será que vale a pena ter uma vida assim? Melhor nem pensar! Ih, esse garoto tá encostando demais! A Lola, coitada, tá engordando, cada vez mais, de tanto se questionar, diz ela. Fica ansiosa, come, come... Diz que cansou de ficar parada no tempo, só fala nisso... Papo chato. Hora de recreio é pra conversar futilidades, aliviar a pressão...



Exposição O sol por testemunha - imagem 4

Calma, crianças, calma. Um por um, um por um, a tia já falou! Todos sentadinhos! Só vejo o dever quando estiverem sentados! Será que sou boa professora? Acho que não... A pedagogia moderna... É, às vezes, sou, sou mesmo autoritária... mas professora também tem nervos, droga! Já pras suas carteiras! Esqueci de telefonar pra casa... Será que as crianças almoçaram? Meu Deus, tenho sido péssima mãe!



Exposição O sol por testemunha - imagem 5

Melhoria de salário, mas também melhoria de ensino. Os alunos estão desmotivados. Será que nós os estamos motivando? Será que...

Eles não gostam de ouvir falar nisso... Claro, é difícil a motivação com um salário indigente, mas...

Lá vem a Marilza falar que somos veículo da ideologia dominante! Vai criar aquele mal-estar com a Coordenadora, o que mostra que somos mesmo... Esta reunião vai entrar pela noite e eu vou chegar em casa depois do Jorge. Pior é o marido da Rita..



Exposição O sol por testemunha – imagem 6

Ah, que bom! Enfim, só! Me sinto como um cachorro querendo sair da coleira...

Hum, este sofá tá fedendo a cachorro! Sábado, vou botar estas almofadas no sol. Se tiver tempo...

Será que essa greve valeu a pena?

Ai, a dor de cabeça! É a pressão subindo... Também, só dormi 5 horas na noite passada! Né nada disso, já me acostumei a dormir pouco.

Pior é a Dorinha, que só dorme 3 horas por noite... Sinto falta é de sol. No domingo, vou pegar um sol.

Sol! Sol! Sol! Onde estás?



Exposição O sol por testemunha - imagem 7

Coitadinhos, estão carentes... Sou uma mãe ausente... ausente e exausta...

As compras do supermercado, não guardei... por que esse menino tem que futricar em tudo? Ai, que saco! Meu Deus, tenho que ter mais paciência com os meus filhos! Domingo a gente vai pegar um sol. Eles também precisam de sol...

Não, não posso me queixar... Pior é a vida da Flor, ficou viúva, sozinha criando filhos, o dinheiro não dá. Pelo menos pra dar dinheiro, marido serve...



Exposição O sol por testemunha - imagem 8

É agora, sim, tem que fazer agora, eu também tô com sono, droga! Vamos, escreve, menina.

Mas isso não é hora de criança estar acordada! Mas é a hora que eu tenho, bolas!

ãe e professora, devem ser a mesma coisa, uma extensão da outra, extensão cansada...

Já não tenho o pique de antes... Era preciso educar primeiro os pais... Ontem, o Marcelo, coitadinho, chegou na escola todo lanhado. Nem cachorro de polícia apanha daquele jeito...



Exposição O sol por testemunha - imagem 9

Acertou tudo, este capeta. Os mais levados são sempre os mais inteligentes... Se ele soubesse como eu gosto dele, ia ficar mais folgado!
Ai, a maldita pontada na lombar! Que hora serão? Este desgraçado já começou a roncar...
Vida boa é a de marido! Chega, lê jornal, come, reclama, dorme e ronca. Merda, como que posso me concentrar com um avião no ouvido! Esqueci de comprar algodão... E agora, com que diabo vou tapar os meus ouvidos?



Exposição O sol por testemunha - imagem 10

Prometi ao Jorge que não ia me meter nisso e tô aqui bem na frente...
Mas que que tem? Não tô fazendo nada demais! Ah, ele que se dane! Não sei por que marido não gosta que a mulher se meta em política... Bom, o Jorge pelo menos... Pior é o da Dolores, ameaça baixar o cacete nela...
Ah, meu Deus, lá vem a televisão... E daí? Não tô fazendo nada demais! Depois de amanhã é domingo... Se eles não derem esse aumento, sei não...



Exposição O sol por testemunha - imagem 11

Só fazendo um curso de matemática especial pra aprender a "química" das nossas autoridades!
Me pagam um mini-salário e me mandam as contas do FMI! O pior é que a gente tem ainda que comer, se locomover, vestir... As crianças estão de roupa puída, sapato furado...
Minha cabeça vai explodir! Mas domingo tá chegando... que domingo, ó idiota, a situação é de 2ª feira, chuvosa! Vou ter que ir à formatura dos meninos com vestido da década passada...



Exposição O sol por testemunha - imagem 12

Era tão pequeno quando chegou à escola! As calças curtas dançando sobre as perninhas magras... não sabia escrever um A... duro de aprender, mas vi logo que não era por falta de inteligência... garoto problema, como tantos outros... família destrozada pela pobreza. Foi evoluindo, evoluindo...
Às vezes achei que exigia muito dele, mas valeu a pena. É como uma gestação, de 8 anos... Deve ser isso que faz a gente continuar nessa luta.



Exposição O sol por testemunha - imagem 13

Graças a Deus que amanhã é domingo! E vai fazer sol... tem que fazer sol...

Onde foi parar o pano de limpeza? Garanto que o Jorge pegou pra limpar o sapato e jogou na lata do lixo... Deu pra ser distraído depois que entrei pro CEP... Nunca vi tanta falta de sutileza nas reações! Bonita a formatura dos meus meninos... Pensar que já tenho ex-alunos na universidade! Será que a filha da Joana engravidou mesmo? Gente de língua mais solta!



Exposição O sol por testemunha - imagem 14

O Jorge tá precisando de camisa... Hum, quem nesta casa não tá precisando de roupa!

Amanhã é domingo... Ah, vou me esparramar ao sol! Ah! Aquela quenturinha entrando pelos poros, queimando lá dentro... Tenho a impressão de que só o sol consegue abrir os meus poros...

Um amante deve ser como o sol: não cobra, não reclama, não invade... vai entrando devagarinho e tomando a gente toda, manso... uma viagem que vai, vai, até a explosão! Ah! Eu queria ficar sozinha com o sol!



Exposição O sol por testemunha - imagem 15

Um cachorro querendo sair da coleira... por que pensei nisso? Éta vida besta!!

O Drummond entendia de pedras no caminho... Será que há pedras também no caminho dos poetas? É, mas prefiro as pedras às coleiras... pedras apenas esfolam os dedos...

Tomara que cheguem as férias... nas férias as crianças ficam mais soltas... Será que todos os filhos são carentes ou não estou sendo boa mãe? Se o Jorge tirasse um pouco a cabeça daí pro sol entrar!



Exposição O sol por testemunha - imagem 16

“De um novo mundo eu sou e o mundo novo será mais claro mas é no velho que eu procuro o jeito mais sábio de usar a força que o sol me dá.”

(Solar – Milton Nascimento e Fernando Brant)